

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.

MÔNICA MINAKI

**AS PRAÇAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBA/SP: ANÁLISE DE
UM INDICADOR DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA**

PRESIDENTE PRUDENTE
2007

MÔNICA MINAKI

**AS PRAÇAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBA/SP: ANÁLISE DE
UM INDICADOR DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da UNESP, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof^a Dr^a Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim.

PRESIDENTE PRUDENTE

2007

Dedico este trabalho aos meus pais, Carlos e Gírlene, pelo apoio, cooperação e incentivo em todos os momentos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Ser Superior que em mim resplandece e dignifica o meu viver na essência mágica da vida humana – razão da minha energia, persistência e luta –, que acendeu no meu íntimo a certeza de que a vida – como um todo – faz sentido, e que todos nós fazemos parte dela.

Desejo expressar os meus sinceros agradecimentos à minha professora orientadora Margarete, que percorreu comigo a longa jornada de aprimoramento acadêmico, acreditando sempre que a ousadia e o erro são caminhos para as grandes realizações. Pela orientação, apoio e pelo constante incentivo, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade. À sua disponibilidade incondicional, sua forma exigente, crítica e criativa de argüir as idéias apresentadas.

À esmera contribuição da Prefeitura Municipal de Araçatuba – Setor de Planejamento –, que possibilitou o acesso constante a informações preciosas para a realização do trabalho. Em especial, agradeço a gentileza do Sr. Paulo Merle – responsável pelo Setor de Praças e Jardins de Araçatuba –, que permitiu a realização de todo o trabalho de campo. À sua equipe pelo estímulo e apoio incondicional, pela paciência e grande amizade com que sempre me ouviram, e à sensatez com que sempre me ajudaram.

Agradeço a meu pai Carlos, exemplo de ser humano com uma forma toda especial de ser e incentivar, muitas vezes, mesmo sem estar presente. Agradeço à minha mãe Gírlene, companheira de todos os momentos de minha vida, exemplo de amor, coragem, determinação, retidão e perseverança. À minha irmã Cíntia, pelos momentos de diálogo que contribuíram de forma significativa para meu enriquecimento pessoal e profissional. Pela ajuda e incentivo, também carinho e dedicação.

A meu namorado Marcelo, pela compreensão e amor dedicado em todas as horas e pelos infinitos momentos maravilhosos. Existem pessoas em nossas vidas que nos deixam felizes pelo simples fato de terem cruzado o nosso caminho.

Meus agradecimentos especiais à Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia –, campus de Presidente Prudente, e ao corpo docente do curso de Geografia, responsáveis pela minha formação, que tanto colaboraram nos momentos de estudo, pela valiosa orientação, apoio e incentivo, os quais foram indispensáveis para a realização deste trabalho. Aos amigos de licenciatura e bacharelado, bem como mestrado pela rica convivência. A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos!

“A noite abre as flores em segredo e deixa que o dia receba os agradecimentos”.

Rabindranath Tagore.

Você viu um acontecimento comum,
um acontecimento como ele é produzido cada dia.

E, no entanto, lhe rogamos,
sob o familiar, descubra o insólito,
sob o cotidiano, destaque o inexplicável.

Bertold Brecht

RESUMO

A remoção da cobertura vegetal é um efeito negativo, promovido pela ocupação de um ambiente natural. Em geral, no processo de edificação e ocupação das cidades, sobressaem-se os referenciais arquitetônicos, que se materializam em empreendimentos, resultando no máximo aproveitamento do solo urbano. Nesse sentido, as áreas verdes assumem papel fundamental na reestruturação e reorganização das cidades, já que desempenham importante função na regeneração do meio ambiente frente à urbanização e às perspectivas ambientais. Portanto, propõe-se, neste estudo, a análise da distribuição espacial das praças públicas de Araçatuba e a avaliação dos aspectos referentes ao conteúdo paisagístico e de infra-estrutura, a fim de compreender o papel que desempenham na qualidade ambiental urbana. A cidade, considerada de porte médio (com 169.254 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2000), possui 145 praças públicas. Foi necessária a organização e realização de trabalho de campo, que teve como objetivo levantar subsídios para a caracterização de cada praça pública identificada. A partir das informações obtidas em campo, foram elaborados dois tipos de cadastros. O primeiro – *Cadastro Quantitativo* – teve como principal objetivo identificar e determinar o número de praças públicas. No segundo, cada praça foi analisada de acordo com uma série de itens qualitativos estipulados no formulário de campo, constituindo o *Cadastro Qualitativo*. Os dados obtidos foram tabulados para subsidiarem as análises feitas sob dois aspectos: avaliando a distribuição espacial das praças públicas, com o intuito de observar seu acesso e uso, e considerando os aspectos quali-quantitativos, relacionados às características dos equipamentos, infra-estrutura e mobiliário urbano. Além disso, foram elaborados três mapas temáticos (referentes aos aspectos físicos e sanitários da vegetação, ao estado de conservação e limpeza, e à qualidade paisagística das praças públicas). Foi possível observar mudanças nos padrões urbanísticos, provenientes de um processo de ocupação desordenado, que nem sempre se preocupou em preservar as praças públicas existentes ou criar áreas verdes. Isso demonstra a ausência de critérios locais definidos para a distribuição espacial das praças públicas e o descaso do poder público no processo de implantação e manutenção das mesmas. Assim, buscou-se propor algumas diretrizes para o seu planejamento ambiental urbano, visto que o empirismo e o imediatismo não podem mais orientar uma cidade cuja complexidade dos fatores que nela agem obrigam maior intensidade e compromisso com o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: cobertura vegetal, áreas verdes, praças públicas, planejamento urbano, qualidade ambiental urbana.

ABSTRACT

The removal of the vegetation cover is a negative effect promoted by the occupation of a natural environment. In general, in the process of urban occupation and building, the architectonic referential excels, provoking the maximum utilization of the urban land. In this way, the green areas take on a fundamental role in the reconstruction and reorganization of the cities, as they assume an important function in the regeneration of the environment towards the urbanization and ambient perspectives. So, this work proposes an analysis of the spatial distribution of the public squares of Araçatuba and the evaluation of the aspects related to the landscape contents and infra-structure, in order to understand the role of the public squares in the quality of the urban ambient. The city, considered a medium-sized one (with 169,254 inhabitants, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE 2000), has 145 public squares. It was necessary the organization and realization of a field work, whose aim was to arise subsidies for the characterization of all squares. Taking into consideration all the information obtained by the field work, two types of registers were elaborated. The first – *Quantitative Register* – had as its main aim to identify and to determine the number of public squares. In the second one, all the squares were analyzed according to a series of qualitative items stipulated in the field register, constituting the *Qualitative Register*. The data were listed in order to contribute to the analysis, which was done through two aspects: evaluating the spatial distribution of the public squares – whose objective was to observe their access and use –, and considering the qualitative and quantitative aspects, related to the characteristics of the equipments, infra-structure and urban real estates. Besides, three thematic maps were elaborated (referring to the physical and sanitary aspects of the vegetation, to the state of conservation and cleanness, and to the landscape's quality of the public squares). It was possible to observe some changes at the urban patterns, born by a disorientated process of occupation, which was not concerned to preserve the existent public squares or to create green areas. It all shows the absence of defined location criteria to the spatial distribution of the public squares and the public power's negligence towards the introduction and maintenance of these public places. Because of this, some plans for Araçatuba's urban environmental planning were proposed, as the empiricism and immediacies are not able to orientate a city whose complexity of the factors demand more intensity and commitment with its development.

Keywords: vegetation cover, green areas, public squares, urban planning, urban environmental quality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visualização da malha urbana de Araçatuba/SP.....	20
Figura 2 – Fluxograma metodológico.....	29
Figura 3 – Esquema explicativo das possíveis formas geométricas das praças públicas de Araçatuba/SP.....	72

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Passeio Público do Rio de Janeiro.....	50
Foto 2 – Passeio Público de Belém.....	50
Foto 3 – Largo São Bento - 1950.....	52
Foto 4 – Largo São Bento - 2005.....	52
Foto 5 – Largo de São Francisco.....	52
Foto 6 – Praça Municipal de Salvador.....	53
Foto 7 – Planalto do Palácio, na Praça dos Três Poderes.....	53
Foto 8 – Praça da República de Recife.....	54
Foto 9 – Catedral Metropolitana da Sé - São Paulo.....	55
Foto 10 – Paróquia Nossa Senhora Aparecida – Araçatuba/SP.....	56
Foto 11 – Paróquia Imaculada da Conceição – Guararapes/SP.....	56
Foto 12 – Praça Abelardo da Costa Lobo.....	79
Foto 13 – Praça Albano Ventura.....	80
Foto 14 – Praça Alexandre Biagi.....	80
Foto 15 – Praça Allan Kardek.....	81
Foto 16 – Praça Almirante Tamandaré.....	82
Foto 17 – Praça Álvaro Carvalho Santana.....	82
Foto 18 – Praça Álvaro Siqueira.....	83
Foto 19 – Praça Amália Olier Requena.....	83
Foto 20 – Praça Ângelo Cella.....	84
Foto 21 – Praça Ângelo Prando.....	84
Foto 22 – Praça Ângelo Viol.....	85
Foto 23 – Praça Antonio Augusto Sobrinho.....	85
Foto 24 – Praça Antonio Frederico Ozanan.....	86
Foto 25 – Praça Antonio Panegossi.....	87
Foto 26 – Praça Antonio Villela Silva.....	87
Foto 27 – Praça Antonio Viol.....	88
Foto 28 – Praça Arlindo Braz Teixeira.....	88
Foto 29 – Praça Armando Carli.....	89
Foto 30 – Praça Armando Pagan.....	89
Foto 31 – Praça Assis Ferreira.....	90
Foto 32 – Praça Bezerra de Menezes (Doutor).....	90
Foto 33 – Praça Cacique Valvin.....	91
Foto 34 – Praça Carlos Rigamonti.....	91

Foto 35 – Praça Carlos Soares de Castro.....	92
Foto 36 – Praça Célio Deodato.....	93
Foto 37 – Entrada da Praça Charles Muller.....	93
Foto 38 – Vegetação existente na Praça Charles Muller.....	93
Foto 39 – Área de recreação e lazer da Praça Charles Muller.....	93
Foto 40 – Campo de futebol da Praça Charles Muller.....	93
Foto 41 – Praça Clemência Maria de Jesus.....	94
Foto 42 – Praça Cristiana dos Santos Dias.....	95
Foto 43 – Praça Cristovan Colombo.....	95
Foto 44 – Praça da Cruz.....	96
Foto 45 – Praça da Paz.....	96
Foto 46 – Praça Diogo Júnior.....	97
Foto 47 – Praça do Ipê.....	98
Foto 48 – Praça Dom Walter Bini.....	98
Foto 49 – Praça dos Direitos Humanos.....	99
Foto 50 – Praça do Maçon.....	99
Foto 51 – Praça dos Rotarianos.....	100
Foto 52 – Praça Eduardo Pinheiro Lois.....	100
Foto 53 – Praça Elias Gonçalves Mota.....	101
Foto 54 – Praça Elias Nemer Elias.....	102
Foto 55 – Praça Elpídio Pedroso.....	102
Foto 56 – Praça Emilia Pezzica Ruas.....	103
Foto 57 – Praça Ernesto Pedro Paro.....	103
Foto 58 – Praça Ernesto Rister.....	104
Foto 59 – Praça Esplanada dos Ferroviários.....	104
Foto 60 – Praça Ettore Protti.....	105
Foto 61 – Praça Expedicionários.....	105
Foto 62 – Praça Fábio Domiciano Normanha.....	106
Foto 63 – Praça Fernanda C. Martins Soares.....	107
Foto 64 – Praça Florisval de Oliveira.....	107
Foto 65 – Praça Francisco Gratão.....	108
Foto 66 – Praça Francisco Rodrigues Macedo.....	108
Foto 67 – Praça Francisco Von Dreifus.....	109
Foto 68 – Praça Geni Rico.....	109
Foto 69 – Praça Geremias Lunardelli.....	110
Foto 70 – Praça Getúlio Vargas.....	110

Foto 71 – Praça Guido Gabas.....	111
Foto 72 – Praça Heitor Augusto dos Santos.....	112
Foto 73 – Praça Helena Maria Rodrigues de Lima.....	112
Foto 74 – Praça Henrique de Poli.....	113
Foto 75 – Praça Henry Ford.....	113
Foto 76 – Praça Hideo Takahama.....	114
Foto 77 – Praça Hugo Lippe Júnior (Olímpica).....	114
Foto 78 – Praça Independência.....	115
Foto 79 – Praça Irmã Esmeralda.....	115
Foto 80 – Praça Irmã Romea Marquez.....	116
Foto 81 – Praça Isaura de Souza Marques.....	116
Foto 82 – Praça Ismael Mansour.....	117
Foto 83 – Praça Jacob Zanom.....	117
Foto 84 – Praça Jaime de Oliveira.....	118
Foto 85 – Praça João Branco.....	118
Foto 86 – Praça João Flávio de Moraes (da Paineira).....	119
Foto 87 – Praça João Mardegan.....	120
Foto 88 – Praça João Martine Matheus.....	120
Foto 89 – Praça João Pessoa.....	121
Foto 90 – Quiosque da Praça João Pessoa.....	121
Foto 91 – Praça João Risolia.....	121
Foto 92 – Praça João Trivellato.....	122
Foto 93 – Praça João Viol.....	122
Foto 94 – Praça João Viola.....	123
Foto 95 – Praça João XXIII.....	123
Foto 96 – Praça Joaquim Camargo Ferraz.....	124
Foto 97 – Praça Joaquim Dibo (19 de Fevereiro).....	125
Foto 98 – Praça Joaquim Lima.....	125
Foto 99 – Praça Joaquim Lopes Viana (Pastor).....	126
Foto 100 – Praça Joaquim Vieira Pinheiro.....	127
Foto 101 – Praça Jordão Rosada.....	127
Foto 102 – Praça José Adriano Marrey Junior.....	128
Foto 103 – Praça José Azevedo Rasteiro.....	128
Foto 104 – Praça José Meca Dias.....	129
Foto 105 – Praça José Olegário Netto.....	129
Foto 106 – Praça José Otoboni.....	130

Foto 107 – Praça Ladislau de Souza.....	130
Foto 108 – Praça Largo Tiradentes.....	131
Foto 109 – Praça Leonardo Mazarin.....	131
Foto 110 – Praça Lino Sversut.....	132
Foto 111 – Praça Luiz Cazerta.....	132
Foto 112 – Praça Manoel da Silva Prates.....	133
Foto 113 – Praça Manoel Joaquim de Souza.....	134
Foto 114 – Praça Manoel Teixeira.....	134
Foto 115 – Praça Manuel Felipe de Almeida Amaral.....	135
Foto 116 – Praça Marcelo Yuzo Ussui.....	135
Foto 117 – Praça Maria Helena Rodrigues de Lima.....	136
Foto 118 – Praça Maria Nunes dos Santos.....	136
Foto 119 – Praça Mario Turrini.....	137
Foto 120 – Praça Mauricio Martins Leite.....	137
Foto 121 – Praça Mercedes Morales Dias Lopes.....	138
Foto 122 – Praça Milton Machareth.....	138
Foto 123 – Praça Misael Ókio de Oliveira.....	139
Foto 124 – Praça Monsenhor Victor Ribeiro Mazzei.....	140
Foto 125 – Praça Nametala Rezek.....	140
Foto 126 – Praça Natal Drigo.....	141
Foto 127 – Praça Nestor Vergueiro.....	141
Foto 128 – Praça Nossa Senhora do Rosário.....	142
Foto 129 – Câmara Municipal de Araçatuba.....	142
Foto 130 – Praça Nove de Julho.....	142
Foto 131 – Praça Orlando Ramalho.....	143
Foto 132 – Praça Orlando Saladini.....	143
Foto 133 – Praça Osório Gadioli.....	144
Foto 134 – Praça Osvaldo Natali.....	144
Foto 135 – Praça Osvaldo de Souza Freitas.....	145
Foto 136 – Praça Osvaldo Pereira (14 Bis).....	145
Foto 137 – Praça Otaciano Viana.....	146
Foto 138 – Praça Pedro Zambon.....	146
Foto 139 – Praça Pio XI.....	147
Foto 140 – Praça Pio XII.....	148
Foto 141 – Praça Raquel Rangel de Oliveira.....	148
Foto 142 – Praça Roberto Mange.....	149

Foto 143 – Praça Rodolpho Quaggio.....	149
Foto 144 – Praça Rui Barbosa.....	150
Foto 145 – Coreto da Praça Rui Barbosa.....	150
Foto 146 – Fonte luminosa da Praça Rui Barbosa.....	150
Foto 147 – Vista do Calçadão de Araçatuba.....	150
Foto 148 – Praça Sakusuke Nó (Okio).....	151
Foto 149 – Praça Santo Agostinho (Universitário).....	151
Foto 150 – Praça São Benedito.....	152
Foto 151 – Praça São João (Antonio Prado).....	152
Foto 152 – Praça São Joaquim.....	153
Foto 153 – Praça Seisaburo Ikeda.....	153
Foto 154 – Praça Sérgio Dossi.....	154
Foto 155 – Reservatório de Água da Praça Sete de Setembro.....	155
Foto 156 – Campo de futebol Praça Sete de Setembro.....	155
Foto 157 – Praça Thathi.....	155
Foto 158 – Praça Tião Carreiro.....	156
Foto 159 – Praça Triângulo Largo.....	156
Foto 160 – Praça Uirapuru.....	157
Foto 161 – Praça Valdenor da Silva (Nói).....	157
Foto 162 – Praça Victor Domenico Benez.....	158
Foto 163 – Praça Walkir Lourenço.....	158
Foto 164 – Praça Wilson Alves Pereira.....	159
Foto 165 – Praça Zumbi.....	159

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Região Administrativa de Araçatuba no Estado de São Paulo.	19
Mapa 2 – Distribuição espacial das praças públicas na malha urbana de Araçatuba/SP.....	76
Mapa 3 – Aspectos físicos e sanitários da vegetação das praças públicas de Araçatuba/SP.....	183
Mapa 4 – Estado de conservação e limpeza das praças públicas de Araçatuba/SP.....	184
Mapa 5 – Qualidade paisagística das praças públicas de Araçatuba/SP.....	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Funções das áreas verdes.....	40
Quadro 2 – Fenômenos decorrentes do processo de urbanização e suas conseqüências para o ambiente natural.....	41
Quadro 3 – Sugestões de índices urbanísticos para espaços livres.....	45
Quadro 4 – Funções destinadas às competências municipais.....	61
Quadro 5 – Cadastro Quantitativo das Praças Públicas de Araçatuba/SP.....	77
Quadro 6 – Cadastro Qualitativo das Praças Públicas de Araçatuba/SP.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos dados do território de Araçatuba/SP.....	20
Tabela 2 - Quantidade de praças públicas existentes nos bairros de Araçatuba/SP.....	161
Tabela 3 - Ocupação nas proximidades das praças públicas de Araçatuba/SP.....	163
Tabela 4 - Condições do relevo das praças públicas de Araçatuba/SP.....	164
Tabela 5 - Forma geométrica das Praças Públicas de Araçatuba/SP.....	167
Tabela 6 - Vegetação existente nas praças públicas de Araçatuba/SP.....	170
Tabela 7 - Aspectos físicos e sanitários da vegetação das praças públicas de Araçatuba/SP.....	170
Tabela 8 - Impermeabilização das praças públicas de Araçatuba/SP.....	171
Tabela 9 - Tipo de material de construção das praças públicas impermeabilizadas de Araçatuba/SP.....	172
Tabela 10 - Mobiliário urbano e equipamento existente nas praças públicas de Araçatuba/SP.....	172
Tabela 11 - Iluminação das praças públicas de Araçatuba/SP.....	173
Tabela 12 - Qualidade paisagística das praças públicas de Araçatuba/SP.....	174
Tabela 13 - Estado de limpeza e conservação das praças públicas de Araçatuba/SP.....	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
1. ESPAÇOS LIVRES E ÁREAS VERDES: CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA.....	30
1.1. Reflexo do momento histórico no ambiente urbano.....	30
1.2. Espaço livre e áreas verdes: a complexidade do conceito.....	34
1.3. Espaço livre e áreas verdes: importância e função.....	39
1.4. Os espaços livres e as áreas verdes no contexto atual.....	43
2. PRAÇAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÃO, IMPORTÂNCIA E IMPLICAÇÕES.....	49
2.1. Praça Pública: história e evolução.....	49
2.2. A nova concepção de praça pública.....	56
2.3. A importância do planejamento ambiental urbano no processo de implantação, manutenção e fiscalização das praças públicas: uma contribuição à qualidade ambiental urbana.....	59
3. CARACTERIZAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBA/SP.....	65
3.1. Aspectos do desenvolvimento urbano de Araçatuba/SP: políticas públicas voltadas às áreas verdes.....	65
3.2. Caracterização das praças públicas de Araçatuba/SP.....	74
4. ANÁLISE DAS PRAÇAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBA/SP.....	160
4.1. Distribuição espacial das praças públicas de Araçatuba/SP.....	160
4.2. Aspectos quantitativos e qualitativos das praças públicas de Araçatuba/SP....	168
4.3. Sistematização das condições de acesso e uso das praças públicas de Araçatuba/SP: propostas de ações e medidas para o planejamento ambiental urbano voltado às políticas públicas das áreas verdes.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
BIBLIOGRAFIA.....	191
ANEXO.....	199

INTRODUÇÃO

Historicamente, o surgimento e a consolidação das sociedades ocorreram mediante interferências abruptas nos componentes bióticos e abióticos, impactando a natureza de forma diferenciada. As alterações ambientais e conseqüentes modificações das paisagens vêm sendo registradas, de modo notório, por diversos problemas decorrentes, em especial, do uso intensivo do território urbano. A paisagem natural, aos poucos, está sendo substituída pelo cimento, concreto (construções), pavimentação asfáltica, parques industriais e por todas as atividades e empreendimentos inerentes à própria existência do homem na cidade.

Além disso, o aumento populacional e a ampliação das cidades ocorreram sem o acompanhamento necessário da implantação de infra-estrutura urbana suficiente. As conseqüências de um planejamento inadequado, que não considera o crescimento ordenado, resultam numa gradual degradação da qualidade ambiental urbana. Decorrentes desse processo, já são comuns, nas grandes cidades, problemas referentes à ausência de serviços indispensáveis à vida dos cidadãos, a condições precárias de habitação, à destruição dos recursos de valor ecológico, a enchentes, à falta de condições sanitárias mínimas, à poluição do meio ambiente, entre outros.

A urbanização, como fenômeno mundial, é considerada tanto um fato recente quanto crescente, já que, por volta de meados do século XIX, a população urbana representava apenas 1,7% da população total do planeta. Em 1960, atingiu 25% e, em 1980, esse número passou para 41,1%. (SANTOS, 1981). De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995, a população urbana mundial atingiu 46% do total, e, em 2000, cerca da metade da população do planeta era urbana. Em recente estudo, elaborado pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos da ONU (DESA), foi publicada a previsão de que o mundo atingirá, em 2008, um ponto em que, pela primeira vez, a população urbana deverá superar a rural.

No caso brasileiro, nas seis últimas décadas, o país, antes predominantemente rural, conheceu um processo de urbanização intenso, a ponto de se observar quase uma inversão das percentagens de população rural e urbana: em 1950, elas eram, respectivamente, 63,8% e 36,2% do total. Segundo o Censo de 2000, esses índices passaram, respectivamente, para 18,8% e 81,2% do total.

De acordo com os Dados Históricos dos Censos, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira, em 1880, era de apenas 14 333 915, atingindo, em 1920, 30 635 605 habitantes. Já a taxa de urbanização, em 1940, era de apenas 26,35%, enquanto, em 1991, atingia 77,13%. Ainda no período de 1940 a 1980, a população total do país triplicou de 41 326 315 para 119 099

706 habitantes, ao passo que a população urbana multiplicou-se por, aproximadamente, sete vezes (de 12 880 182 para 80 436 409 habitantes).

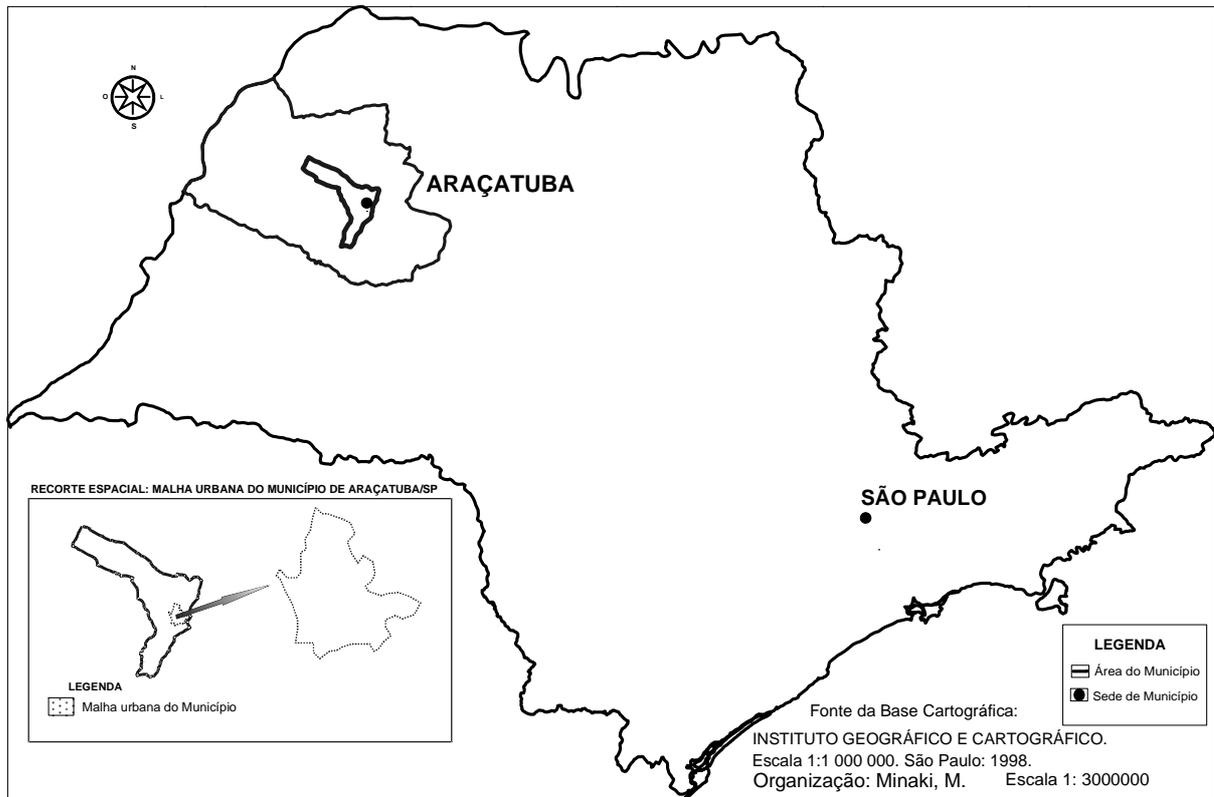
Para perceber a importância do fenômeno nas últimas décadas, no contexto nacional, basta notar que, em 1996, a população brasileira já ultrapassava os 155 milhões de habitantes. Nesse mesmo ano, a população urbana representava cerca de 78% do total. No ano de 2000, a população do país, segundo o IBGE, quase atingiu a marca dos 170 milhões de habitantes, sendo que 140 milhões de pessoas residiam em zonas urbanas. Somente no Estado de São Paulo, a população urbana representava, em fins do século XX, 93,41%, correspondendo a uma das mais altas taxas de urbanização do Brasil.

Nesse cenário urbano, a vida nas cidades adquiriu características peculiares decorrentes da ação humana que se intensificou bruscamente. O crescimento desordenado das cidades brasileiras e as conseqüências geradas pela falta de planejamento urbano adequado despertaram as atenções dos gestores municipais e da população, no sentido de se resgatar a cobertura vegetal como componente reestruturador do espaço urbano. Por isso, o planejamento urbano passou a privilegiar os espaços públicos – em especial, as praças públicas – como local de convivência em comunidade e do cotidiano urbano, que deve assumir não somente o seu papel de área de lazer, mas, sobretudo, de área verde, contribuindo como um importante indicador de qualidade ambiental nas cidades.

Nesse sentido, propõe-se o estudo das *Praças Públicas de Araçatuba/SP*, já que, em escala local, o significado das áreas verdes passou a ser mais expressivo em decorrência dos resultados negativos do crescimento nem sempre adequado. Desse modo, as mesmas se tornaram componentes de regeneração do meio ambiente, exercendo funções de recreação e lazer significativas no âmbito da qualidade de vida da população.

Araçatuba, elevada à categoria de município em 02/12/1921, localiza-se na região noroeste do Estado de São Paulo. Está entre os meridianos de 50° 10' e 50° 50', oeste de Greenwich, e os paralelos de 20° 40' e 21° 30' de latitude sul, a uma altitude média de 390 metros sobre o nível do mar e distante da capital paulista cerca de 530 Km. (Mapa 1). Segundo o IBGE, o município ocupa uma área de 1 168 Km², sendo de 59,77 Km² a área urbana (Lei Municipal nº 3 572 de 24/10/1991). A cidade conta com os Distritos Rurais de Taveira, Água Limpa, Prata e Jacutinga.

Localização da Região Administrativa de Araçatuba no Estado de São Paulo



Mapa 1 – Localização da Região Administrativa de Araçatuba no Estado de São Paulo.

Conforme o Censo de 2000, a população de Araçatuba totalizava 169 254 habitantes. Deles, 81 984 eram homens e 87 270 mulheres. Do total, 164 449 equivalia à população urbana e 4 805 à rural. A estimativa populacional divulgada pelo IBGE, em 2005, atinge a marca de 177 445 habitantes, dos quais 173 253 se referem à população urbana e 4 192 à população rural.

De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE (2000/2005), o município possui uma densidade demográfica de 151,92 hab/km², com uma taxa de crescimento populacional anual de 0,97%. Esse crescimento é composto tanto pela taxa de crescimento vegetativo como por mecanismos migratórios, e expressa, em termos percentuais, o crescimento médio da população em determinado período de tempo, considerando-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico. Na área urbana, concentram-se 97,64% da população (IBGE-2005).

A rapidez com que se processou a expansão urbana de Araçatuba dificultou a execução de um planejamento adequado de uso e de ocupação do solo, produzindo densos e amplos aglomerados urbanos. Através da Figura 1 e Tabela 1, é possível diagnosticar a proporção entre a área ocupada de município, a densidade demográfica e o grau de urbanização.



Figura 1 – Visualização da malha urbana de Araçatuba/SP.

Fonte: disponível em: <<http://www.earth.satellite.map.googlepages.com>>

Tabela 1 - Evolução dos dados do território de Araçatuba/SP.

Araçatuba	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Caracterização do Território - Área (Em km ²)	1.168	1.168	1.168	1.168	1.168	1.168
Caracterização do Território - Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	144,77	146,17	147,59	149,02	150,46	151,92
Caracterização do Território - Grau de Urbanização (Em %)	97,16	97,26	97,36	97,46	97,55	97,64

Fonte: IBGE – 2000/2005

Atualmente, uma das grandes dificuldades de se estabelecer uma Política de Recuperação e Conservação do Meio Ambiente está em manter espaços livres frente às pressões da urbanização intensiva. No caso do município de Araçatuba, a ocupação de sua malha urbana se realizou antes do estabelecimento de políticas urbanas, criando, na organização do município, uma série de contradições, responsáveis pelo nível de

degradação ambiental e pela falta de áreas livres e espaços verdes efetivos, além de problemas freqüentes relacionados ao déficit habitacional e às enchentes. Hoje, a vegetação original da região está confinada a alguns capões restritos e se constitui, essencialmente, de florestas subcaducifólia, tropical e cerrado. São encontradas, isoladamente, manchas de cerrado, juntamente com gramíneas e matas arbustivas. As matas galerias ocorrem como trechos irregulares nos cursos d'água de maior porte. As pastagens e a cultura da cana-de-açúcar compõem a vegetação predominante no ambiente rural.

Nesse contexto, a fim de se evitar futuros problemas ambientais urbanos, o desenvolvimento da cidade requer, entre outras ações, a adoção de uma política de ocupação para o território que abranja estudos sobre a rede de cidades, bacias hidrográficas e uso e ocupação do solo, entre outros. Assim, concebe-se importância aos espaços livres de construção, em especial, às áreas verdes já existentes, que podem, se efetivadas de fato, desempenhar um importante papel nas áreas humanizadas no que se refere à qualidade ambiental.

Aqui, propõe-se o estudo das praças públicas de Araçatuba a fim de contribuir com a análise desse indicador de qualidade ambiental urbana, que está intrinsecamente ligado ao de qualidade de vida urbana, referindo-se, especificamente, à capacidade e às condições do meio urbano em atender às necessidades de seus habitantes. Sendo assim, as praças públicas foram avaliadas segundo a capacidade (que envolve disponibilidade e acesso) da estrutura, da infra-estrutura, dos equipamentos e serviços urbanos de uma determinada localidade, e na satisfação das necessidades da população e no aumento de seu bem-estar.

Para que determinado espaço urbano possa apresentar qualidade ambiental satisfatória, torna-se condição necessária uma composição paisagística que privilegie, sobretudo, mas não somente, a vegetação. Nessas condições, a vegetação constitui um componente chave da qualidade ambiental, embora outros componentes também sejam necessários ao alcance de um padrão mínimo de qualidade do ambiente, como os espaços livres públicos destinados ao lazer e a coerência entre os padrões de edificações desse ambiente.

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo geral a caracterização das Praças Públicas de Araçatuba (145 áreas, segundo levantamento realizado junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços – Setor de Praças e Jardins – SOSJP), bem como analisar sua distribuição na malha urbana e seus aspectos referentes ao conteúdo paisagístico e de infra-estrutura, com o intuito de compreender o papel das mesmas na qualidade ambiental urbana.

Como objetivo específico, pretendeu-se:

- ▶ Analisar a distribuição espacial das praças públicas na cidade;

- ▶ Avaliar as condições de manutenção das praças públicas, pela análise dos elementos estruturais e da vegetação existente;
- ▶ Efetuar levantamentos das praças públicas, no sentido de quantificá-las e, ao mesmo tempo, verificar sua(s) função(ões) exercida(s) dentro do urbano, sejam elas ambiental, paisagística, de defesa, psicológica e/ou recreativa;
- ▶ Levantar informações, por meio de trabalho de campo, que forneçam parâmetros para a análise do ambiente, tais como: localização, tipo de vegetação existente, aspectos físicos e sanitários da vegetação, presença de infra-estrutura e de áreas de recreação e esporte, tipo de ocupação nas proximidades, entre outros.
- ▶ Propor medidas que auxiliem no planejamento e na gestão das praças públicas.

O trabalho foi estruturado em 4 capítulos, que se desenvolvem da seguinte forma:

Capítulo 1 – *Espaços livres e áreas verdes: conceituação e importância* – apresenta uma discussão conceitual, teórica e metodológica de espaços livres e áreas verdes, segundo diferentes interpretações, buscando correlacioná-las e historicizá-las de acordo com seu surgimento e evolução, numa busca de sistematização de conteúdos acerca de um mesmo tema: a importância e função dos espaços livres e áreas verdes, em face à desordenada ocupação do ambiente urbano e conseqüente queda da qualidade de vida.

O Capítulo 2 – *Praças públicas: conceituação, importância e implicações* – caracteriza as praças públicas sob diversos aspectos referentes ao seu acesso e uso, condições ideais, contribuições ambientais, psíquicas e recreativas e distribuição na malha urbana, entre outros; além disso, demonstra, cronologicamente, o surgimento e a evolução da mesma na história da sociedade brasileira.

O Capítulo 3 – *Caracterização das praças públicas de Araçatuba/SP* – apresenta o processo de ocupação do município, enfatizando a implantação de suas praças públicas e desenvolvimento urbano, bem como a realização de uma breve caracterização de todas as praças públicas identificadas na cidade, a fim de viabilizar a análise posterior.

O Capítulo 4 – *Análise das praças públicas de Araçatuba/SP* – expõe alguns apontamentos relevantes das condições de acesso e uso das praças públicas sob dois aspectos: o primeiro referindo-se à distribuição espacial das mesmas, e o segundo realizando a análise dos aspectos quali-quantitativos, obtidos por meio de trabalho de campo.

Por fim, nas *Considerações Finais*, procurou-se propor medidas que auxiliem no planejamento e na gestão dos espaços públicos, como as praças públicas, visando ao acompanhamento do crescimento urbano, com o objetivo de garantir o seu acesso e uso para a população.

Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à melhoria dos espaços públicos em Araçatuba e ao avanço na busca de um planejamento que priorize os aspectos ambiental e sócio-econômicos.

Acredita-se na relevância do estudo, já que a valorização das práticas de lazer nos espaços livres é, sem dúvida, uma das características da sociedade contemporânea, seja pelo que elas representam em termos de bem-estar individual ou coletivo, seja pelo apelo que exercem em termos de possibilidades econômicas e de valorização do verde urbano, ou, ainda, pela necessidade de se encontrar uma relativa compensação para a carência de interação com os elementos naturais que caracterizam a vida dos cidadãos.

Nesse sentido, os espaços livres e as áreas verdes, em especial, as praças públicas, tanto por sua própria importância, quanto por suas funções particulares, requerem tratamento integrado em termos de estudo, planejamento urbano e política de administração municipal. No entanto, cabe destacar que a planificação urbana só será eficiente, de fato, se os interesses sociais, políticos e econômicos dos mais diversos grupos estiverem submetidos ao interesse maior da comunidade urbana; caso contrário, o planejamento se tornará inócuo em pouquíssimo tempo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo, foram adotados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, levantamento de campo e atividades de gabinete. A discussão teórica foi desenvolvida a partir de leituras e fichamentos de textos relacionados à temática. A fim de alcançar os objetivos propostos, foi necessária a organização e realização de trabalho de campo, que teve como objetivo efetuar o levantamento de subsídios para a caracterização de cada praça pública identificada. Os formulários levados a campo continham as seguintes informações: nome da praça pública, localização (bairro), altitude, vegetação existente, porte e densidade de vegetação, cobertura do solo, condições de relevo, tipo de ocupação nas proximidades, aspectos físicos e sanitários da vegetação, qualidade paisagística no que se refere à análise do mobiliário urbano, que são os equipamentos e infra-estrutura existentes e aspecto geral quanto à limpeza e conservação das praças públicas. (ANEXO).

As informações foram preenchidas em um formulário, com o intuito de se analisar a qualidade dos componentes vegetais, a densidade do conjunto arborizado, a localização do conjunto na cidade, sua contribuição para as condições ambientais, entre outros. Essa metodologia foi utilizada por Amorim¹. Além disso, buscou-se relacionar as características das praças com as políticas públicas desdobradas em âmbito municipal, a partir da Lei Orgânica e do Plano Diretor de Araçatuba.

Para a saída de campo, alguns parâmetros foram pré-estabelecidos, de modo a promover a observação, a percepção, o contato, o registro, a descrição e representação, análise e a reflexão crítica da situação das praças públicas de Araçatuba. Nessa ótica, o trabalho de campo suscitou as problematizações e forneceu as informações como um dos instrumentos para a análise, a fim de se conhecer a realidade e apontar possíveis soluções.

Nas áreas visitadas, era executado o preenchimento do formulário, no qual constavam as percepções visuais da pesquisadora, seguido da documentação fotográfica. Através destes dois instrumentos – formulário e documentação fotográfica –, pôde-se registrar diversos aspectos que contribuíram para a análise das condições de acesso e uso das praças públicas. Acredita-se na relevância desse relatório de campo, já que os dados adquiridos visam oferecer subsídios para a ampliação dos conhecimentos direcionados ao tema e, possivelmente, aplicação em projetos municipais.

¹ AMORIM, M.C.C.T. Caracterização das áreas verdes em Presidente Prudente. In: SPOSITO, M.E.B. Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. 18 ed. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – GASPERR – FCT/UNESP. 2001. p. 37-52.

No entanto, houve a preocupação em padronizar os parâmetros utilizados para a análise de algumas informações de percepção visual. Daí a importância de toda a visita a campo ser realizada somente pela pesquisadora.

Para os aspectos físicos e sanitários da vegetação, os parâmetros utilizados para classificar foram os seguintes:

- Bom: refere-se à vegetação que está isenta de sinais de pragas e doenças ou injúrias mecânicas;
- Satisfatório: para vegetações que apresentam pequenos problemas de pragas, doenças ou danos físicos, necessitando de uma poda;
- Ruim: quando se verifica severos danos desencadeados por pragas, doenças ou danos físicos;
- Morta ou com morte aparente. (TEIXEIRA e SANTOS, 1991).
- Inexistente.

Com relação à iluminação, os parâmetros utilizados para diferenciar a sua qualidade foram os seguintes:

- Bom: em bom estado de manutenção, sem luminárias quebradas ou queimadas; número de postes suficiente para proporcionar uma boa luminosidade; luminárias não localizadas próximas às copas de árvores, prejudicando o desempenho da iluminação;
- Regular: apesar dos postes de luz estarem em bom número e bem localizados, existem luminárias queimadas e ou quebradas, influenciando na iluminação da praça, prejudicando a segurança e o bem estar da vizinhança;
- Ruim: além de luminárias quebradas, o número de postes é insuficiente, fazendo com que a iluminação esteja aquém do necessário;
- Sem iluminação: área desprovida de postes de luz ou, quando existentes, encontram-se quebrados e inativos. (CARVALHO, 2001).

No intuito de se evitar que um mesmo equipamento ou estrutura tivesse diferente avaliação nas diversas praças visitadas, estabeleceram-se parâmetros fixos de avaliação. Dependendo do elemento em foco, foram consideradas na avaliação: condições de conservação, conforto, funcionalidade, disponibilidade para uso, qualidade do material utilizado, manutenção, entre outros. Na seqüência, são elencados os parâmetros utilizados na avaliação de cada um dos itens estipulados no formulário.

- ▶ Banca de revista: padrão de localização – se periférica ou central – em evidência ou não; o material empregado em sua construção, seu desenho e estética.
- ▶ Bancos: estado de conservação, material empregado em sua confecção, conforto, locação ao longo dos caminhos – se recuados ou não, distribuição espacial –, se em áreas sombreadas ou não, desenho e quantidade.

- ▶ Bebedouros: tipo, quantidade, condições de uso e conservação.
- ▶ Conforto acústico: presença de agentes causadores de barulho.
- ▶ Conforto térmico: relação entre a área sombreada e não sombreada, impermeabilização da área das praças e seu entorno.
- ▶ Conforto visual: harmonia entre os elementos construídos e vegetação, característica visual do entorno.
- ▶ Equipamentos para prática de exercícios físicos: tipo e quantidade, material empregado e conservação.
- ▶ Espelho d'água/chafariz: em funcionamento, se inserido ou não no contexto da praça e conservação.
- ▶ Estacionamento: conservação, sombreamento e segurança.
- ▶ Estrutura para terceira idade: estruturas existentes, conservação e compatibilidade de uso com os usuários.
- ▶ Iluminação: alta ou baixa – em função da copa das árvores –, tipo – poste, super poste, baliza, holofote –, localização, conservação e atendimento ao objetivo precípua.
- ▶ Limpeza: varrição dos gramados e caminhos.
- ▶ Lixeiras: tipo, quantidade, localização, funcionalidade, material empregado e conservação.
- ▶ Localização das praças públicas: se próximo ou distante de centros habitados e facilidade de acesso.
- ▶ Manutenção da estruturas físicas: estado geral dos equipamentos e estruturas.
- ▶ Monumento/estátua/busto: significância da obra de arte, conservação e inserção no conjunto da praça.
- ▶ Paisagismo: escolha e locação das diferentes espécies, criatividade e inserção do verde no conjunto.
- ▶ Palco/coreto: funcionalidade, conservação, desenho, uso – freqüente, esporádico, sem uso e se compatível com o desenho da praça.
- ▶ Parque infantil: brinquedos que o compõe, material empregado e cor, se em área reservada e protegida, conservação e compatibilidade de uso com os usuários.
- ▶ Piso: material empregado, funcionalidade, segurança e conservação.
- ▶ Ponto de ônibus e de táxi: se na praça, próximo ou distante, presença ou não de abrigo e conservação.
- ▶ Quadra esportiva: quantidade, conservação, material empregado, com iluminação, esportes passíveis de serem praticados e cercada.
- ▶ Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo – trailer, construção em alvenaria –, higiene, estética e localização.
- ▶ Sanitários: condições de uso, conservação e quantidade.

- ▶ Segurança: em função da localização, freqüência de pessoas, policiamento e conservação.
- ▶ Telefone público: localização – na praça, próximo ou distante – e conservação.
- ▶ Traçado dos caminhos: funcionalidade, largura, manutenção e desenho.
- ▶ Vegetação: estado geral e manutenção. (ANGELIS, 2000).

Somente a partir dessa padronização no julgamento da qualidade dos equipamentos, infra-estrutura e mobiliário urbano que se pôde avaliar os parâmetros utilizados para diferenciar a qualidade paisagística, que foram:

“- Bom: quando se apresentam sem danos, em condições de pleno uso;

- Satisfatório: quando se apresentam com pequenos danos, possibilitando o uso;

- Ruim: quando se apresentam com danos que impossibilitam o uso pleno”. (TEIXEIRA e SANTOS, 1991).

- Inexistente.

No que se refere, em especial, ao *estado de conservação e limpeza das praças públicas*, considerou-se uma definição que variou de bom a inexistente. Com bom aspecto foi considerada a praça que apresentava: ótimo tratamento paisagístico, completa combinação (de acordo com os parâmetros avaliados) entre a área arborizada, os espaços gramados e os caminhos calçados, diversidade em suas estruturas, permitindo variados usos, e bom estado de limpeza e conservação. Dessa forma, classificou-se como aspecto bom a praça que atingiu 75% desses critérios; como de aspecto regular, a praça que atingiu 50%; ruim, 25%; e, péssimo, menos de 10%. (GOMES, 2004).

A partir das informações obtidas em trabalho campo, realizado durante o mês de julho de 2006, foram elaborados, em atividade de gabinete, dois tipos de cadastro. O primeiro, referindo-se ao *Cadastro Quantitativo*, teve como principal objetivo identificar e determinar o número de praças públicas, bem como sua localização. Dessa maneira, foi organizado um cadastro completo, contendo informações de cada praça pública. Daí a importância do trabalho de campo, que permitiu a atualização das praças públicas não cadastradas, definindo, assim, com exatidão, o número total e a localização das mesmas. No segundo cadastro, intitulado *Cadastro Qualitativo*, cada praça pública foi analisada de acordo com uma série de itens qualitativos estipulados e dispostos no formulário de campo citado anteriormente. Nesse sentido, a compilação desses dados serviu de complemento da investigação no campo e síntese do diagnóstico realizado.

Após a realização do trabalho de campo, iniciou-se o processo de tabulação das informações obtidas, para quantificá-las e, ao mesmo tempo, analisar sua importância dentro do urbano, no que se refere aos seguintes aspectos: às atribuições de lazer e recreação da população e qualidade ambiental urbana. Assim, pretendeu-se analisar a dinâmica que cada área exerce no sistema urbano através da caracterização física e

urbana das mesmas. Os dados obtidos na pesquisa de campo foram organizados em tabelas para subsidiarem as análises.

As análises foram realizadas sob dois aspectos: o primeiro, se referindo à distribuição espacial das praças públicas, a fim de observar seu acesso e uso, e o segundo, considerando os aspectos quali-quantitativos, relacionados às características e aspectos observados em campo.

Com o objetivo de facilitar a análise, foram apresentados três mapas temáticos (referentes aos aspectos físicos e sanitários da vegetação, estado de conservação e limpeza, qualidade paisagística das praças públicas de Araçatuba), que, associados à distribuição espacial das mesmas, possibilitaram uma leitura por meio da qual se desvendou o entorno e se estabeleceu a mediação entre o registro, o conhecimento já sistematizado e informado e seu significado, auferido através de um processo dinâmico e dialético para o entendimento da realidade.

Através dessa análise, foi possível propor algumas medidas que auxiliem o poder público e a comunidade a resgatar o caráter funcional de ambas as esferas, que, agindo conjuntamente, possibilitaram promover a função social para qual as praças públicas são destinadas.

Ao final, apresenta-se, sob a forma de síntese, a confecção do fluxograma metodológico, com destaque aos meandros teóricos e metodológicos percorridos durante o presente estudo, de modo a permitir a visualização das etapas realizadas. (Figura 2).

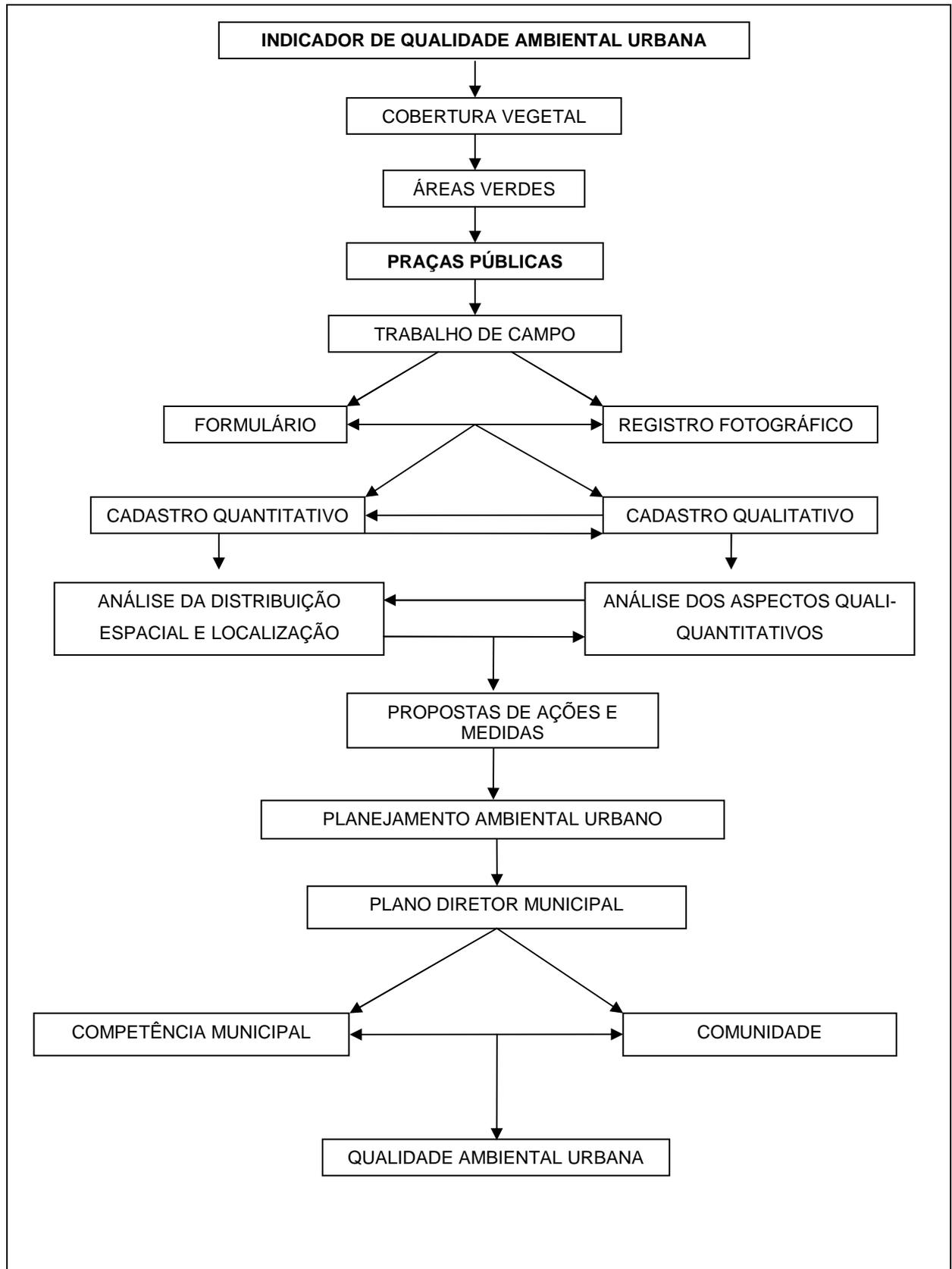


Figura 2 – Fluxograma metodológico.

1. ESPAÇOS LIVRES E ÁREAS VERDES: CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA

1.1. Reflexo do momento histórico no ambiente urbano.

Vive-se um momento inegavelmente complexo, em que as relações humanas se esvaecem no contexto da dinâmica de transformação do capital. Fruto da chamada “Era da Modernidade”, o desenvolvimento do capitalismo impõe contradições inerentes ao próprio modo de vida atual. “Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional”. (SANTOS, 2002, p. 238).

O dinamismo inato da economia moderna e da cultura que nasce dessa economia aniquila aquilo que cria – ambientes físicos, instituições sociais, idéias metafísicas, visões artísticas, valores morais – a fim de criar mais, de continuar infindavelmente criando o mundo de outra forma. (BERMAN, 1990, p. 273 apud SCIFONI, 1994, p. 113).

Contraditoriamente às inovações modernas, surge uma unidade paradoxal, na qual se correlacionam autotransformação e crescimento à ameaça e destruição. Dessa relação tênue, fica cada vez mais evidente que a humanidade se arrisca em trilhar um caminho ainda desconhecido.

Embuída pela idéia de modernidade, essa maneira de criar e recriar novas concepções de vida e visões de mundo destrói certezas concebidas por experiências passadas, transformando toda a história vivida em algo obsoleto frente às novas mudanças. Vivencia-se, portanto, o fim das certezas, um momento de expectativa e de possibilidades e busca de suposições, atreladas à incerteza de um mundo capitalista imperante.

O desenvolvimento técnico alcançado pelo modo capitalista de produção tornou realidade a ambição humana de produzir bens mais rápidos e melhor do que faria a natureza e de depender cada vez menos dela, de seus ciclos, de seu ritmo. Impulsionado pelo grande desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido a partir do século XIX, o modo de produção capitalista-urbano-industrial impôs um novo modo do homem se relacionar com o tempo, com o trabalho e com a natureza. A partir de então, o trabalho, tempo e dinheiro se equivalem, de modo que todo o esforço é válido para não perder a menor quantia de qualquer um deles, ou seja, “o tempo passou a ser comprado, vendido e negociado de múltiplas formas, tal qual uma mercadoria”. (SANT’ANNA, 1992, p. 15 apud BARTALINI, 1999, p. 2).

Diante da complexidade de inovações, relações e transformações, surge a necessidade de se começar a esboçar as primeiras constatações e a tentar, por meio de estudos científicos, entender o significado de toda mudança ocorrida. Nesse aspecto, cabe aos estudos relacionados à temática, produção da cidade, propiciar um novo caminho para

se compreender a transformação do espaço, em sua totalidade. Trata-se, portanto, de um tema relevante para a Geografia porque aborda a questão urbana e o uso do seu espaço, assunto que está na pauta das mais importantes discussões geográficas da atualidade. “[...] O meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras do homem”. (SANTOS, 1996, p. 42).

No atual raciocínio mercadológico, a produção do ambiente urbano implica, necessariamente, a ocupação de todas as áreas disponíveis na maximização dos usos em função da tendência ao aumento do preço do solo urbano, não restando, dessa forma, espaços livres de edificações, em consequência da lógica da produção capitalista. Com o constante aumento das áreas urbanizadas, não é difícil notar a falta de espaços nas cidades para atender funções essenciais, primeiro, para a vida dos habitantes e, em segundo lugar, para manter a própria qualidade de vida nas cidades.

Convém ressaltar que a produção do espaço não pode ser entendida sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo. Enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena. (CARLOS, 1994, p. 50).

Além disso, os setores industriais e imobiliários também exercem influência na produção do espaço, que é disputado pelo capital industrial para seu uso. Enquanto condição de produção e de garantia de sua reprodução ampliada, os setores imobiliários procuram utilizar o espaço como instrumento de aumento de ganhos, que ocorre via valorização do solo. (SCIFONI, 1994, p. 106).

Nessa perspectiva, o processo social de produção do espaço, desenvolvido pela Geografia Humana como um conflito relacionado à reprodução do capital, revela à Geografia Física a necessidade de se compreender a questão ambiental como reflexo do espaço, produto social e histórico. A natureza discutida nos estudos científicos é, portanto, histórica, já que as transformações impostas pelo homem se inscrevem no curso de um processo histórico de constituição da humanidade. E também, social, segundo Santos (1978, p. 130): “a natureza é objeto permanente da atividade humana, daí porque é uma realidade social e não exclusivamente natural”. Assim sendo, a natureza não é um elemento ahistórico; é, contudo, apropriada pela sociedade no percurso de sua evolução, de acordo com suas formas de organização, e seu estado atual é reflexo da organização social a ela relacionada.

Daí a noção de se afirmar que os “aspectos ambientais, culturais, econômicos e tecnológicos, definem a configuração do tecido urbano, ditando as tipologias de urbanização”. (MORENO, 2001, p. 56). O nível de urbanização, sua abrangência, densidade, grau de verticalização, a distribuição dos setores de atividades, os sistemas de

transportes, as propriedades dos materiais, cores e proporção entre espaços construídos e cobertura vegetal refletem a transformação que o ambiente urbano vem sofrendo constantemente. Buscando o domínio sobre a natureza, o homem procurou criar a paisagem conforme os seus desejos, levado pela idéia de que a natureza está presente para servi-lo.

Em termos mundiais, as maiores ou mais significativas intervenções ocorreram de forma mais acentuada após a Revolução Industrial, avivando-se no período Pós-Segunda Guerra Mundial, quando novas tecnologias apareceram e contribuíram para o aumento da industrialização e urbanização.

Com a Revolução Industrial, portanto, a interferência do homem nos sistemas naturais passou a ocorrer num ritmo mais acelerado e numa proporção cada vez maior, provocando um desequilíbrio crescente entre a população e os meios materiais. Desde então, a natureza tem sofrido um processo de degradação, principalmente em áreas densamente urbanizadas, vítimas das atividades humanas que tinham como objetivo o aprimoramento da produção social.

Historicamente, no Brasil, a vegetação nativa de uma área sempre foi considerada um obstáculo ao processo de urbanização. Para que o processo incessante de reprodução do capital ocorresse, a vegetação foi sendo substituída por empreendimentos, que visavam à utilização máxima do solo, promovendo o adensamento urbano e a intensificação do uso e ocupação do mesmo. Por isso, nas cidades extremamente ocupadas, os espaços naturais tornam-se cada vez mais um privilégio para poucos e, dessa maneira, algo extremamente valioso para cada habitante, fazendo com que sua inexistência provoque queda da qualidade de vida. Assim, a utilização do território da cidade está diretamente relacionada à qualidade do ambiente urbano.

Nesse contexto, materializam-se a importância dos espaços livres, que surgem como uma válvula de escape do caos urbano em que as cidades se transformaram. O homem, cada vez mais, necessita de espaços abertos e espaços verdes que o integrem à natureza. “A imagem dos centros urbanos não é dada somente pelas construções, mas pelo conjunto de espaços construídos e espaços abertos. São exatamente estes que, na sua riqueza de funções, deveriam recompor o equilíbrio que a urbanização vem infringindo”. (BUSARELLO, 1990 apud CARVALHO, 2001, p. 3). Os efeitos da urbanização são intensos e localizados. Embora as alterações na paisagem sejam historicamente representadas pela presença humana no planeta, toda intervenção provoca modificações locais.

Em função da perda qualitativa das características naturais, estudos relacionados à questão ambiental têm sido notadamente discutidos no meio científico acadêmico, em especial, a partir do crescimento acelerado das populações humanas e dos problemas de conservação e preservação da natureza e da exploração irracional dos recursos naturais.

A forma como está ocorrendo a apropriação dos recursos naturais (deliberadamente, sem planejamento adequado, em busca da (re)produção do capital), bem como o aumento gradativo e contínuo da degradação ambiental (decorrente, sobretudo, da maciça concentração populacional no ambiente urbano, da ausência de disciplinamento do uso do solo e de políticas que visem ao crescimento associado à manutenção de qualidade ambiental) têm promovido inúmeras conseqüências negativas ao ambiente urbano. Dentre os problemas relevantes produzidos pela intervenção humana, destacam-se: redução e, até mesmo, eliminação da permeabilidade do solo; aumento das áreas de risco onde podem ocorrer erosões e desmoronamentos pela ação de intempéries sobre os solos mais erodíveis, agravadas por desmatamento, movimentos de terra ou ocupações em áreas de grande declividade, aumentando a probabilidade de deslizamentos e encostas; a verticalização, que prejudica a iluminação, reverbera os sons, altera a circulação dos ventos, modifica a insolação e concentra poluição; as grandes cidades, que, por serem grandes geradoras de calor e pelas características dos materiais que a constituem, têm maior propensão para reter calor durante o dia, produzindo ilhas de calor, e por terem esfriamento rápido, ao anoitecer, ocasionam inversões térmicas.

Nessa ótica, o ambiente urbano reflete a forma como o espaço está organizado, evidenciando que este está relacionado à realidade social que o produz.

“Se não quisermos que a ação do homem continue a ser depredadora, é conveniente organizar a ação dos homens entre si e substituir por novas as velhas relações capitalistas”. (BIOLAT, 1973, p. 118)². A (re)criação da unidade entre homem e natureza requer, então, a introdução de um novo sistema produtivo e, por conseguinte, uma transformação da estrutura social como um todo. (apud BRESSAN, 1996, p. 56).

Essa transformação implica, entre outros aspectos, repensar as formas de mediação entre a sociedade e o meio natural. As relações entre a humanidade e a natureza são mais complexas do que se suporia imaginar, já que, além de envolver a ciência e a técnica – que representam possibilidades concretas de gerar conhecimentos sobre o meio natural –, envolvem também, necessariamente, uma análise na base política, sócio-econômica e cultural na qual essas inovações são introduzidas.

Deve-se, portanto, rever as estruturas sociais, econômicas e políticas – com toda a superestrutura cultural –, a fim de que a sociedade livre-se do paradoxo do capitalismo, e revitalize as condições de sobrevivência dignas para o homem.

“A luta pela natureza deve realizar-se atualmente em todas as frentes, mas esta não deve ser preservada contra o homem; no mundo moderno, deve ser

² BIOLAT, Guy. Marxisme et environnement. Paris: Editions Sociales, 1973.

preservada para ele e com ele” (DORST, 1973, p.114), ainda mais no atual estágio do desenvolvimento capitalista, quando se generalizam os fluxos de informações, mercadorias e comportamentos.

Embora esse cenário possa ser considerado exorbitante, é necessário admitir o caráter fundamental de uma reflexão sobre as características do modelo atual de desenvolvimento econômico e, mais especificamente, sobre o crescimento das cidades e as relações entre o ambiente urbano e o ambiente natural e seus recursos, que refletem tal modelo.

Neste capítulo, portanto, será apresentada uma discussão conceitual, teórica e metodológica em torno dos espaços livres e áreas verdes, visto que ambos os conceitos podem ser descritos de formas diferentes e controversas. Entretanto, apesar da dificuldade de se estabelecer um consenso do que seria um espaço livre público e da existência de diversas categorias, acredita-se que, se a população puder desfrutar para seu lazer e convivência social, tal área contribuiria para que a qualidade de vida nas cidades fosse fortemente favorecida.

1.2. Espaço livre e áreas verdes: a complexidade do conceito.

O conceito de áreas verdes é polêmico, uma vez que existem diferentes definições e interpretações. As similaridades e as diferenciações entre termos como áreas livres, espaços abertos, áreas verdes, sistema de lazer, praças, parques urbanos, unidades de conservação em área urbana, arborização urbana e tantos outros é um problema existente nos níveis de pesquisa, ensino, planejamento e gestão dessas áreas e, também, nos veículos de comunicação. (LIMA et al., 1994).

Portanto, nos estudos referentes aos espaços livres e áreas verdes, não há uma unanimidade em relação à sua conceituação e classificação, sendo descritos de formas divergentes e controversas. Aqui, considerou-se como critério a abordagem adotada pelo órgão público de Araçatuba – o Setor de Praças e Jardins (SOSP) –, responsável pela manutenção, fiscalização e manejo das mesmas.

Área livre de uso público é considerada pela Lei Municipal nº 2 913, de 1988, de Araçatuba, como sendo área pública de uso comum ou especial do povo, destinada exclusivamente ou prevalentemente à recreação ou lazer ao ar livre. Além disso, as áreas devem possuir mínima edificação, sendo a área verde um tipo particular de espaço livre, que admite certos tipos de construções em proporções reduzidas (como os banheiros das praças públicas, por exemplo), onde o elemento principal é a vegetação, englobando, nessa categoria, os jardins públicos e os parques, em especial, as praças – objeto de estudo da presente pesquisa –, além dos canteiros centrais e rotatórias.

Na literatura referente aos espaços livres, quase sempre os autores estão efetivamente mais preocupados com os tipos de espaços ou noções de como deveriam ser os espaços livres públicos, do que em formar um conceito fechado.

Para se definir *espaço livre*, é necessário lembrar que, quando se fala em urbanização, muitas são as denominações para áreas inseridas em meios onde não há, de fato, construção (edifícios comerciais ou residenciais, casas, hospitais etc). Os espaços que, de alguma forma, são livres, apresentam diferentes denominações, como: espaços livres, espaços abertos, áreas verdes, parques, praças, jardins, etc. Enfim, existem diferentes denominações de áreas que não cumprem exatamente as mesmas funções, mas que podem amenizar a homogeneidade composta por edifícios. (PRESOTTO, 2004, p. 44).

Segundo Miranda (1982), o espaço livre é entendido como todo espaço, nas áreas urbanas e em seu entorno, que não está coberto por edifícios, ou seja, incluindo o solo e a água que não estão cobertos por edifícios, espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre os tecidos urbanos. (apud NEVES, 1997, p. 7). Ele é todo “espaço solo, espaço água, espaço luz ao redor das edificações”. (MACEDO, 1995, p. 53 apud BARCELLOS, 1999, p. 34).

O emprego do adjetivo *livre* não significa propriamente ausência de restrições de uso, mas apenas se refere àqueles espaços não ocupados pelas edificações. Para Moreno (2001, p. 38), “espaços livres são todos os espaços sem obstáculos, não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade”, “espaços não delimitados por coberturas (tetos)”.

No contexto urbano tem-se como espaços livres todas as ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas e vielas e outros mais por onde as pessoas fluem no seu dia-a-dia em direção ao trabalho, ao lazer ou à moradia ou, ainda, exercem atividades específicas tanto de trabalho, como lavar roupas (quintal ou no pátio), consertar carros, etc. como de lazer (na praça, no playground, etc.). (MACEDO, 1995, p. 18).

Com o objetivo de tornar mais clara a expressão *espaço livre*, alguns autores costumam falar em *espaços livres de edificações e construções*. Entretanto, freqüentemente, o que se observa é o conceito de *espaços livres* sendo tratado como sinônimo de *espaços verdes*, *áreas verdes* e *áreas de lazer*. Em seu estudo, Macedo (1995) organiza as idéias, conceituando cada uma das expressões.

Espaços Verdes: são todas as áreas ou porções do território ocupadas por qualquer tipo de vegetação e que tenham algum valor social. O valor social pode estar vinculado à capacidade de produção agrícola, ao interesse para a conservação e a preservação, ao seu valor estético-cultural e à sua destinação para o lazer ou a recreação.

Assim, um espaço verde pode ser classificado como um espaço livre. Mas um espaço livre nem sempre é verde, pois nem sempre apresenta vegetação.

Áreas Verdes: quando os espaços livres destinam-se a áreas verdes, são definidos como espaços verdes, já que, conceitualmente, estas englobam os espaços verdes e também áreas que, por qualquer motivo, tenham vegetação, designando toda e qualquer área plantada, tendo um significado social expressivo ou não. Macedo (1995) alerta que o uso desta expressão para designar o conjunto de áreas de lazer públicas de uma cidade é impreciso, pois é sabido que nem todas as praças são áreas de recreação/lazer ou que necessitam estar ajardinadas para cumprir sua função de espaço social.

Áreas de Lazer: todo e qualquer espaço livre de edificação destinado tanto ao lazer contemplativo como o lazer ativo (recreação). Todas as praças urbanas, as praias, os parques e até terrenos vazios, utilizados pela população para jogos e brincadeiras, enquadram-se neste conceito.

Sistema de Espaços Livres Públicos de Lazer ou Conservação: é a expressão recomendada para designar o conjunto de áreas públicas de lazer de uma cidade, pois, além de ser conceitualmente mais precisa, evita-se que áreas sem vegetação ou sem condições, como canteiros centrais de avenidas ou rotatórias, sejam computadas como áreas verdes.

Nesse sentido, Lima et al. (1994) afirma que o conceito mais abrangente parece ser o *espaço livre*, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas. Assim, a Floresta Amazônica não se inclui nesta categoria; já a Floresta da Tijuca, localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço livre. Tal conceito tem que ser integrado ao uso do espaço, sua escala e função, devendo esta última satisfazer três objetivos principais: ecológico, estético e de lazer. O autor ainda propõe a seguinte classificação para o sistema de espaços livres, onde a cidade seria dividida em: espaço construído, espaço livre de construção (com função ecológica, estética e de lazer). Uma categoria de espaço livre seria a área verde; as praças com vegetação e permeáveis poderiam ser consideradas como jardins públicos, parques urbanos (maior extensão), canteiros centrais e trevos de vias públicas (estética e ecológica). (apud NUCCI, 2001, p. 75).

Cavalheiro et al. (1999) apresentou, em seu estudo, a terminologia *verde urbano*, que teve como finalidade propor o uso padronizado dos conceitos. Segundo essa proposta, a zona urbana do município se divide em três sistemas:

► **Sistema de espaços com construções:** habitação, indústria, comércio, hospitais, escolas, etc.;

- ▶ **Sistema de espaços de integração urbana:** rede rodo-ferroviária;
- ▶ **Sistema de espaços livres de construção:** praças, parques, águas superficiais, etc..

Como as cidades podem ser divididas do ponto de vista físico em três sistemas, o de espaços com construções, o de espaços de integração viária e o de espaços livres de construção, pode-se, por exclusão, dizer que o espaço livre é todo aquele que não se encaixa nos dois primeiros sistemas. (NUCCI, 1996, p. 152).

Para Nucci e Cavalheiro (1999, p. 29-30), os espaços livres de construção são constituídos por espaços urbanos ao ar livre, destinados a todo tipo de utilização que se relacionem com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esporte e, em geral, à recreação e ao entretenimento em horas de ócio. Os locais de passeio a pé devem oferecer segurança, comodidade, com separação total da calçada em relação aos veículos; os caminhos devem ser agradáveis, variados e pitorescos. Os locais por onde as pessoas se locomovem por meios motorizados não devem ser considerados como espaços livres. Estes podem ser privados, potencialmente coletivos ou públicos, e podem desempenhar, principalmente, funções estética, de lazer e ecológico-ambiental, entre outras.

Esses espaços livres de construção são classificados, por Nucci (2001), segundo:

a) Tipologia: particulares, potencialmente coletivos (clubes, escolas, etc.) e públicos (GROENING, 1976).

b) Categorias: praças, parques, jardins, verde viário, etc. (RICHTER, 1981).

c) Disponibilidade: m²/hab, área mínima, distância de residência, etc..

Público se refere à propriedade de todos os cidadãos, sem restrições, e permite o livre acesso sem discriminação de pessoas a todos os grupos sociais; *Particular* se refere à propriedade de um ou de alguns; *Coletivo* significa que não é para uso individual (nem todo espaço coletivo é público) e *Privado* quer dizer para uso individual ou uso de algum grupo específico.

Portanto, por público, entendem-se os espaços livres que não são objeto da propriedade particular de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, incluindo os espaços livres que estão gravados na forma da lei como de uso geral do povo (parques, praças, ruas e todas as possíveis morfologias de espaços de uma cidade) ou os espaços livres de propriedade de órgãos públicos destinados ao uso geral da população. Nestes, incluem-se algumas tipologias de parque, como jardim zoológico e jardim botânico. O fato de esses espaços serem cercados e de se cobrar pelo acesso não chega a alterar o entendimento que tradicionalmente se faz deles como públicos, embora a existência de cobrança possa condicionar o acesso à população. (BARCELLOS, 1999, p. 35-36).

Apesar de muitos espaços serem públicos, alguns são somente de uso público, ou seja, pertencem a particulares e não às esferas governamentais e, para tanto, poderiam ser enquadrados como potencialmente coletivos, como as quadras das escolas, cemitérios e centros comerciais abertos. E, como já visto, mesmo os de uso público sofrem controle de governos.

Para Cavalheiro (2002), os espaços livres públicos são aqueles em que a população pode ter acesso direto, sem intermediação. É aconselhado, portanto, que as cidades grandes executem programas visando ao desenvolvimento de Planos de Sistema de Espaços Livres para o lazer, sendo que esse lazer deve ser voltado, tanto o contemplativo, quanto o lazer ativo, à recreação, como jogos, caminhadas, etc..

Os espaços livres, nas propriedades privadas, geralmente são apenas os resultantes da aplicação dos índices da legislação e caracterizados pelos recuos. São significativas as áreas formadas pelos corredores laterais, os quais são retalhos, sobras dos lotes, e considerados inadequados para a maioria das atividades ligadas ao lazer e à recreação.

A demanda por espaços livres depende de alguns fatores, como dimensões da residência, número de habitantes, densidade populacional e condições de isolamento das residências. Além disso, o nível de adequação dos espaços livres às atividades neles desempenhadas é determinado examinando-se as características dos espaços, os principais usos, a infra-estrutura (instalações), as faixas etárias dos usuários e a frequência de utilização.

Um tipo muito especial de espaços livres são as áreas verdes, onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; devem servir à população, propiciando o uso e condições para recreação. Canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias e arborização não podem ser considerados áreas verdes, mas sim “verde de acompanhamento viário”, que, com as calçadas (sem separação total em relação aos veículos), pertencem à categoria de “espaços construídos” ou “espaços de integração urbana”. (NUCCI e CAVALHEIRO, 1999, p. 30).

Áreas verdes é um termo genérico, que encerra diversas tipologias de espaços que têm por traço comum a existência de vegetação em suas variadas formas para atender a diferentes finalidades. (BARTALINI, 1999, p. 5). Assim, tal conceito é usado para designar determinadas porções de superfície de espaços livres cobertos por vegetação, incluindo-se os espaços livres, que vão do simples canteiro até o bosque; em outras, é usado para se referir às praças e parques de uma cidade. No último caso, a expressão “área verde” é utilizada como conotação de espaço livre destinado ao lazer e à recreação. Mas, como sugere Macedo (1995), a expressão é genérica demais para diferenciar distintas

situações, pois, como é sabido, nem todas as áreas verdes destinam-se ao lazer e à recreação, assim como nem todas as praças contêm, necessariamente, áreas ajardinadas. (apud BARCELLOS, 1999, p. 37).

Um procedimento adequado para a análise de áreas verdes envolve dois índices: um indicando a quantidade total de áreas verdes, e outro, indicando a quantidade de áreas verdes utilizáveis pela comunidade de acordo com suas qualificações. Sendo assim, na análise de uma área verde, deve-se considerar não só a sua área, mas também o ordenamento da vegetação, as barreiras de vegetação que propiciam um isolamento da área em relação aos transtornos da rua, o entorno, a acessibilidade, a porcentagem de área permeável, as espécies vegetais naturais e exóticas, a densidade de vegetação, a altura de vegetação, a função social, os equipamentos de recreação, telefonia, estacionamento, bancos, sombras, tráfego, manutenção, valor estético, ecológico, serviços, iluminação, calçamento, isolamento visual, sanitários, avifauna, etc.. (NUCCI, 2001, p. 80).

Dessa forma, as áreas verdes englobam locais onde há o predomínio de vegetação arbórea, como as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. A praça, como área verde, tem a função principal de lazer. Uma praça, inclusive, pode não ser considerada como uma área verde quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada. (LIMA et al., 1994).

Surge na sociedade contemporânea uma nova finalidade para as praças públicas, que é a de amenizar as tensões, ou a doença relacionada à agitação diária, comumente conhecida como estresse. Assim, a vegetação urbana demonstra ter influência benéfica no comportamento do homem.

Decorrente dessa nova tendência e frente às inovações, destaca-se o papel das áreas verdes, em especial, das praças públicas constituídas por vegetação, que têm sido vistas (ou pelo menos se espera) não apenas como um complemento decorativo, mas como uma forma importante do componente físico na paisagem urbana, sobressaindo pela sua aparência, diversidade de cores, dimensões, estruturas, formas e rugosidade no meio das edificações e também pelo fato de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental urbana.

1.3. Espaço livre e áreas verdes: importância e função.

O fato de os espaços livres, em especial, as áreas verdes, caracterizarem-se pela ausência (ou presença mínima) de edificações, justifica a importância de ambos frente ao processo de urbanização crescente. O intenso uso do solo urbano, causado pelo adensamento populacional e grande concentração de construções, propiciou alterações nos diversos elementos biológicos da área urbana, como na *atmosfera*, provocando mudanças

no microclima, com a diminuição da radiação solar, da velocidade do vento, da umidade relativa, elevação da temperatura, poluição, precipitação e névoa provocadas; na *hidrografia*, com a alteração do ciclo hidrológico, provocado, entre outros fatores, pela redução drástica da vegetação urbana, que gera a diminuição da evapotranspiração; no *relevo*, causando cortes no terreno, movimentos de massa, erosão e formação de voçorocas, compactação e impermeabilização e perda da camada fértil; na *vegetação*, desmatada para receber construções, e no desaparecimento da *fauna* nativa, na medida em que se destrói ou modifica o habitat natural do local.

Os espaços livres e, principalmente, as áreas verdes atuam como um mecanismo de contenção dos problemas ambientais urbanos, desde que cumpram suas funções, que foram sistematizadas através da proposição de diferentes autores, no Quadro 1:

Função	Características desempenhadas
Função ambiental	As áreas verdes desempenham função ambiental na cidade quando agem como obstáculos contra o vento, protegem a qualidade da água e solo, proporcionam o equilíbrio do índice de umidade, reduzem os ruídos, filtram o ar, dão suporte para a fauna e promovem melhorias no clima da cidade, proporcionando conforto térmico aos habitantes, devido ao efeito sombra.
Função de defesa	As áreas verdes desempenham a função de defesa quando absorvem os gases poluentes, filtrando o ar e liberando oxigênio e quando funcionam de barreira, reduzindo o volume dos ruídos, entre outros.
Função estética e paisagística	As áreas verdes desempenham a função estética e paisagística quando se tornam um ambiente agradável e atraente a todos os cidadãos, estando, portanto, intimamente ligadas à diversificação da paisagem construída e do embelezamento da cidade. Para que esta função seja desempenhada, faz-se necessário o planejamento paisagístico, de forma a realçar o ambiente físico da cidade. Para tanto, devem ser utilizadas espécies vegetais com diversidade de cores, dimensões, formas e estruturas.
Função psicológica	As áreas verdes desempenham função psicológica quando proporcionam relaxamento físico e psicológico. A função estética relaciona-se com a diversidade de emoções e sentimentos que a área verde proporciona.
Função recreativa e de lazer	As áreas verdes desempenham a função recreativa e de lazer quando oferecem possibilidades aos cidadãos de utilizarem o tempo livre caminhando, descansando, brincando, expondo-se ao sol, conversando com outras pessoas, praticando esportes, entre outras atividades.

Quadro 1 – Funções das áreas verdes.

Organização: Mônica Minaki

A importância das áreas verdes, no sentido de desempenharem papel destacado no ambiente urbano, ligado à qualidade ambiental, refere-se à contribuição na amenização do clima urbano, à redução e condução dos ventos, à redução de poeira, ao aumento da evapotranspiração e, conseqüentemente, da umidade relativa do ar, à diminuição de ruídos, à atenuação do impacto pluvial e ao auxílio na captação das águas pluviais. Além das atribuições recreativas e de lazer da população, as áreas verdes ajudam na proteção de encostas com declives, na estruturação do solo, de modo a possibilitar a infiltração da água, contribuindo para os padrões de estética, oferecendo habitats para fauna silvestre, garantia de boa qualidade do ar na medida em que absorve o monóxido de carbono e libera oxigênio, proporcionando também sombreamento e melhora da saúde física e mental da população.

Além disso, o elemento fundamental de composição das áreas verdes é a vegetação, e vários autores citam os benefícios que ela pode trazer aos cidadãos. Dentre eles, destacam-se: estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas; obstáculo contra o vento; proteção da qualidade da água, diminuindo a poeira em suspensão; equilíbrio do índice de umidade no ar; redução de barulho; proteção das nascentes e dos mananciais; abrigo à fauna; organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas; valorização visual e ornamental; estabilização da temperatura do ar; segurança dos logradouros como acompanhamento viário; contato com a natureza, colaborando com a saúde psíquica do homem; recreação; contraste de texturas – árvores decíduas lembrariam ao homem as mudanças de estação –; quebra da monotonia das cidades; cores relaxantes; renovação espiritual; consumo de vegetais e frutas frescas; estabelecimento de uma escala intermediária entre a humana e a construída, e caracterização e sinalização de espaços, evocando sua história.

Um dos principais fatores que contribuem para a redução da biodiversidade é o avanço das ocupações e as atividades humanas sobre os ambientes naturais. Vários autores destacam as diversas mudanças ocorridas nos ambientes naturais, derivadas do processo de urbanização, responsáveis pelo empobrecimento da capacidade regenerativa do ambiente urbano, como pode ser observado no Quadro 2:

Fenômenos decorrentes do processo de urbanização	Conseqüências para o ambiente natural
Impermeabilização das superfícies	Redução da disponibilidade hídrica do solo.
Despejo de nutrientes em corpos d'água	Eutrofização, assoreamento e anoxia, resultando em queda da qualidade da água e alteração do ciclo hidrológico

Emissão de gases na atmosfera	Poluição do ar Ozônio (O ₃): afeta populações vegetais em áreas além da zona urbana. Dióxido de Enxofre (SO ₂): altera populações de líquens, que são importantes como espécie pioneira, devido à capacidade de fixação de nitrogênio (N ₂) no substrato.
	Aquecimento do ambiente urbano Dióxido de carbono (CO ₂) e Metano (CH ₄): têm capacidade de reter e refletir radiação de ondas longas.
Remoção da vegetação nativa	Alterações climáticas locais, aceleração da perda de nutrientes e sedimentos do solo (erosão), redução da diversidade biológica e das funções dos ecossistemas, tornando o solo insustentável e inviável.
Disposição de resíduos em lixões e aterros	Impedimento do retorno dos nutrientes reciclados aos locais de origem, resultando em empobrecimento do solo; acúmulo de substâncias que podem causar contaminação do solo e de águas subterrâneas.

Quadro 2 – Fenômenos decorrentes do processo de urbanização e suas conseqüências para o ambiente natural.

Modificada a partir de HENKE-OLIVEIRA (1996) e MOTA (1995) apud MODNA, 2004, p. 19.

A concentração humana e suas atividades organizam o meio conforme suas necessidades de sobrevivência e segundo o poder que exerce sobre esse espaço, provocando uma ruptura do funcionamento do ambiente natural. A apropriação do solo urbano para finalidades individuais, em oposição aos interesses coletivos, tem determinado a forma como o homem se organiza e transforma a natureza urbana. (BARROS; VIRGÍLIO, 2003, p. 534).

Conforme Escada (1992), nas cidades brasileiras, de modo geral, o crescimento tem ocorrido de forma rápida e direcionado pelo modo de produção capitalista, provocando uma diferenciação social e espacial; isto é, por meio da inserção de valores diferenciados, as áreas que apresentam melhores condições ambientais, normalmente, são espaços providos de áreas verdes, praças e infra-estrutura e, portanto, são ocupadas por uma parcela de alto padrão econômico. Por outro lado, a população com baixo poder aquisitivo ocupa áreas menos favorecidas, que não apresentam planejamento adequado, ou são impróprias para a ocupação.

Daí as reflexões que permeiam os estudos relacionados aos espaços livres encontrarem o dilema de discutir uma série de problemas inter-relacionados. Entre eles, estão a vida das pessoas nas cidades, bairros ou vizinhanças, o tipo de população que reside nas proximidades (faixa etária, classe social, preferência de atividades de lazer), aspectos da geografia do local (clima, fauna silvestre, relevo, vegetação), comportamento humano em cada área, a distância que os residentes deveriam percorrer para alcançá-los, etc.. Nesse sentido, quanto mais particularidades locais são conhecidas, maiores as chances de um espaço livre público ser efetivamente utilizado pelas pessoas e proporcionar

a elas todos os benefícios de suas funções. A regra geral relacionada aos espaços livres urbanos é a de que ele deve ser usado. (HECHSTER, 1977 apud PRESOTTO, 2004, p. 44).

Os espaços livres públicos existentes deveriam cumprir importantes funções na vida das comunidades, como: trazer bem-estar aos usuários, proporcionar segurança, permitir o uso de recursos públicos que as pessoas normalmente não possuem em casa, além de criar ambientes agradáveis tanto para a comunidade quanto para os visitantes.

1.4. Os espaços livres e as áreas verdes no contexto atual.

Para Timlin (1997 apud PRESOTTO, 2004, p. 85), um dos grandes problemas para a implantação de espaços livres no ambiente urbano é o mercado imobiliário, que não respeita uma percentagem para áreas livres na implantação de projetos residenciais. E, apesar de, atualmente, existirem leis para destinar uma percentagem de tais espaços aos novos empreendimentos, estas nem sempre se mostram eficientes e alguns empreendedores relutam em aceitar a legislação. O mercado imobiliário, no Brasil, deve considerar que os benefícios gerados por manter os espaços livres podem, a médio e longo prazo, valorizar muito mais as áreas do que o seu parcelamento.

Daí comumente se observar, nas cidades brasileiras, áreas de sobra destinadas ao lazer e à recreação. As áreas de sobra foram conceituadas por Cavalheiro et al. (2003, p. 161) como locais em que os projetos de parcelamento e utilização do solo não “[...] servem para outros usos a não ser para o que se convencionou chamar, simplesmente, de áreas para jardim, ajardinamento, áreas verdes, canteiros centrais, praças, parques [...]”, abordando, novamente, a quantidade de denominações utilizadas sem critérios específicos. Portanto, aparentemente, o descaso com os espaços livres e áreas verdes se deve, em especial, por não gerarem recursos monetários, o que dificulta as ações de conservação ou movimento de defesa.

Outro evidente problema relacionado aos espaços livres e às áreas verdes é a questão do índice de verde por habitante. Segundo estudo apresentado por Cavalheiro (1982, p. 29),

No Brasil é corriqueira a afirmação de que a ONU, ou a OMS, ou ainda a FAO teriam desenvolvido estudos no sentido de determinar qual seria o “quantum” ideal de áreas verdes “per capita” de uma cidade. Segundo várias publicações, esse índice seria de 12 m² de áreas verdes por habitante [...]. Entretanto, em pesquisa realizada junto a essas Organizações, pôde constatar-se que esse índice não é conhecido.

Dessa forma, cada cidade deve realizar estudos e buscar um número de espaços livres públicos que, preferencialmente, atendam à população, não somente proporcionando lazer, mas buscando aproximar o ser humano do contato com a natureza.

Para Nucci (2001, p. 5),

A aplicação indiscriminada de índices, oriundos de realidades diferentes, sejam elas físicas, sociais, econômicas e culturais certamente não surtirá o efeito desejado. Portanto, colecionar índices é mais um exercício de reflexão, um ponto de partida para se pensar as condições do 'verde urbano' de cada cidade em particular.

O Índice de Área Verde (IAV) considera a quantidade de área verde (em m²) pelo número de habitantes distribuídos na malha urbana de uma cidade.

$$\text{IAV} = \frac{\text{áreas verdes (em m}^2\text{)}}{\text{número de habitantes}}$$

Assim como a conceituação do termo espaço livre e áreas verdes, o IAV envolve grande polêmica em torno da quantidade ideal necessária para proporcionar benefícios à população residente na cidade. Cavalheiro et al. (1999 apud GÜRTLER, 2000, p. 15) contesta o índice de 12 m²/hab geralmente encontrado na bibliografia brasileira, já que nunca é feita referência ao documento que explicita o mesmo, aparecendo somente um indicativo de que teria sido desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU) e FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Cavalheiro & Del Picchia acreditam que este índice, de 12 m²/hab, refira-se aos parques de bairro e parques distritais ou setoriais. Geiser (1976 apud GÜRTLER, 2000, p. 15) acredita que o IAV proposto pela ONU está diretamente ligado à recreação ativa ou passiva da população. Bruck et al. (1982 apud GÜRTLER, 2000, p. 15) também contesta o IAV de 12 m²/hab. Para os autores, esta recomendação é muito superficial, não considerando o clima das cidades, o grau de industrialização, a distribuição das áreas nas cidades e nem o tipo de espaço verde.

Portanto, além da utilização do conceito espaço livre e área verde de maneira genérica, o problema é agravado no que se refere à metodologia adotada, não devidamente explicitada, e ao IAV, que pode estar sendo comparado de forma inadequada. Além disso, reconhece-se, neste estudo, a limitação desse tipo de indicador ambiental, uma vez que sua distribuição espacial adquire maior importância que sua simples quantificação.

Quanto à distribuição das áreas verdes, é recomendado que seja realizada de forma a proporcionar benefícios a toda a população, sem restrições sócio-econômicas.

Para Milano (1990 apud CARVALHO, 2001, p. 20), a boa distribuição do conjunto de áreas verdes pode ser verificada pela distância linear existente entre cada unidade – de área verde e a unidade vizinha seguinte, mais próxima.

Segundo Carvalho (2001, p. 20), uma outra forma para determinar uma boa distribuição de áreas verdes na malha urbana é por meio dos raios de influência, representando a área que o parque abrange, dentro do espaço urbano, expressando, dessa forma, a localização da área verde em relação aos usuários. Para a autora, deve ser considerada, conforme apresentou Di Fiori (1985), a distância entre a residência do usuário e o espaço livre, não podendo ser maior que 10 a 15 minutos de deslocamento a pé; caso contrário, a utilização decai.

Jantzen (1973), citado por Nucci (1997 apud CARVALHO, 2001, p. 24), acredita que as áreas verdes devem ser quantificadas e distribuídas de acordo com a faixa etária, com o tamanho mínimo do espaço e com a distância até a residência, criando, portanto, um modelo sintetizado no Quadro 3:

Categorias	m²/hab.	Área mínima	Distância de residência	Propriedade
Parque de vizinhança até 6 anos	0,75	150 m ²	Até 100 m	Público ou particular
6 a 10 anos	0,75	450 m ²	Até 500 m	Público ou particular
10 a 17 anos	0,75	5 000 m ²	1 000 m	Pública
Parque de bairro	6,0	10 há	1 000 m ou 10 min./veículo	Pública
Parque distrital ou setorial	6,0 a 7,0	100 há	1200 m ou 30 min./veículo	Pública
Parque regional	s/ referência	200 ha área com água	Qualquer parte da cidade	Pública
Cemitério	4,5	s/ referência	s/ referência	Pública ou particular
Área para esporte	5,5	3 – 5 ha	Próximo às escolas	Pública ou particular
Balneário	1,0 (1/10)	2 ha (0,2 ha)	Próximo às escolas	Pública ou particular
Horta comunitária	12,0	300 m ²	s/ referência	Pública ou particular
Verde viário	s/ referência	s/ referência	Junto ao sistema viário	Pública

Quadro 3 – Sugestões de índices urbanísticos para espaços livres.

Modificado de JANTZEN, 1973 (apud CARVALHO, 2001, p. 22).

Já os autores Ferrer e Zen (1984, p. 3-4) demonstram a dificuldade de se estabelecer normas de distribuição de espaços livres, sem antes realizar pesquisa sobre:

► A densidade de frequência aceitável (afluência de público, em função principalmente de sua natureza ecológica);

- ▶ O desejo mais ou menos expresso dos habitantes, segundo, por exemplo, seu nível sócio-cultural e sócio-econômico, sua idade, seu tipo de habitat;
- ▶ A freqüência previsível ou constatada;
- ▶ O custo e implantação, gestão e conservação da área em questão.

Para Gonçalves (1994 apud CARVALHO, 2001, p. 19), os estudos das distribuições das áreas verdes nas áreas urbanas têm permitido realizar algumas constatações como:

- ▶ O traçado urbano prioriza de tal modo a edificação que as áreas verdes ficam restritas apenas aos locais de dimensões reduzidas e de conformação irregular;
- ▶ A administração pública dá preferência à alocação ou valorização de áreas verdes nos espaços centrais ou já estruturados, desde que possam render dividendos políticos;
- ▶ Os espaços urbanos ou rurais que possuem atributos estéticos privilegiados ou que apresentam áreas impróprias a edificações ou produção são favorecidos pelo estabelecimento de novas áreas verdes.

Dessa forma, percebe-se a maneira irregular com que ocorre a distribuição das áreas verdes, privilegiando os centros ou bairros mais bem estruturados, e desfavorecendo as regiões periféricas e a população carente e mais necessitada.

O ideal seria um planejamento para a cidade de acordo com suas possibilidades, considerando tanto suas áreas naturais, suas condições para investimentos e, para cada setor do ambiente urbano, os anseios da sociedade. Assim, o planejamento poderia criar nos moradores uma identidade com o local e ajudá-los a se identificarem com o seu bairro ou cidade.

Um sistema de espaços livres de uma cidade deve considerar todas as áreas construídas e se juntar às áreas ainda não construídas que possuam vegetação, formando, assim, um corredor verde, proporcionando todos os benefícios que a vegetação oferece, além de apresentar com o embelezamento urbano uma necessidade para a saúde ambiental e humana na cidade.

Segundo Robinson Jr. (1963, p. 11-12), as áreas municipais de recreação, com seus padrões estabelecidos, poderiam ser mais bem planejadas utilizando-se o verdadeiro potencial de seus recursos. Porém, para isso, é importante que o planejador tenha um entendimento dos problemas físicos para a recreação na área, das necessidades e atitudes das pessoas para quem ele está planejando. (apud PRESOTTO, 2004, p. 91).

Recomenda-se que, antes de qualquer planejamento de espaços livres, deve-se levar em consideração a idade da população que será atendida com a criação de tal espaço e área verde, e os recursos de recreação de que os residentes necessitam. As comunidades, por exemplo, que contêm uma alta percentagem de crianças em idade escolar precisam de mais áreas para brincadeiras ativas do que as requisitadas por

comunidades que contenham maior número de adultos e idosos. As faixas etárias e os desejos dos cidadãos são elementos nem sempre fixos; sendo assim, os recursos para a recreação de uma comunidade devem permitir variações de acordo com os anseios das pessoas e a diferença de idade que ocorre com o passar dos anos.

Em princípio, no caso do Brasil, alguns dados e idéias, como as distâncias, por exemplo, pareciam difíceis de serem compreendidas, principalmente, pela falta de espaços livres que as áreas urbanizadas brasileiras apresentavam e, talvez, pelas distâncias que os moradores dos bairros das grandes cidades (com exceção daqueles que tinham o privilégio de morar nas proximidades de algum “parque”) tinham que caminhar para alcançar uma área de lazer. (PRESOTTO, 2004, p. 72).

Ainda em relação às distâncias, a motivação das pessoas pode variar de um determinado local para outro, e ainda depender do quão distante encontra-se a área a ser visitada.

Para provocar o desejo das pessoas em visitar espaços livres destinados a elas, a tipologia de tais espaços deve ser considerada de forma adequada; todas as possibilidades podem ser aceitas, o que deve ser definido é o que se quer implantar nos espaços livres (CAVALHEIRO et al., 2003, p. 161), ou ainda, o que a população deseja que seja implantado.

Segundo os mesmos autores, os espaços livres de construção podem ser destinados para qualquer uso, sempre levando em conta o que se espera do espaço. Os espaços livres públicos devem atender ao lazer da população, como podem também ser áreas de preservação nas cidades, considerando o ambiente físico.

O ambiente físico sofre com o descontrole da urbanização, por isso, há as consecutivas sugestões de mantê-lo à parte, livre das construções e edificações. Sendo assim, a cidade, como um todo, necessita de diversos tipos de espaços livres públicos e mais ainda no caso brasileiro, em que elas ainda não estão estruturadas para servir como áreas de lazer.

Nesse cenário urbano, palco de inúmeras contradições, o lazer se torna elemento vital para o homem moderno, visto que contribui decisivamente para a melhoria da qualidade de vida. Por essa razão, o planejamento urbano deve privilegiar espaços públicos de fácil acessibilidade, com o intuito de favorecer todas as camadas sociais, dotando-os de equipamentos necessários ao desempenho de suas funções recreativas.

Enfim, as discussões sobre os conceitos, tipos, planejamento e manutenção de espaços livres públicos devem continuar ainda em muitas cidades brasileiras, uma vez que os conceitos ainda não estão consolidados e devem evoluir de acordo com sua implantação nas cidades. Contudo, o mais importante é considerar que as pessoas precisam de espaços livres públicos, já que eles estão, de certa forma,

relacionados à saúde psicológica da população (ANDRUS, 1979; TIMLIN, 1997; CAVALHEIRO, 2002) e, portanto, merecem atenção, mesmo com a dificuldade de mensuração dos seus benefícios.

2. PRAÇAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÃO, IMPORTÂNCIA E IMPLICAÇÕES

2.1. Praça Pública: história e evolução.

A praça pode ser definida como o resultado de uma transformação evolutiva do jardim, que sofreu adequações e mudanças para se constituir como parte integrante do ambiente urbano. Sua origem e evolução, de alguma forma, estão ligadas à idéia do mito do Éden, do paraíso, em que o homem mantinha uma harmonia mística com a natureza, representada sob a forma de um jardim.

O jardim é concebido, portanto, no imaginário humano, e descrito, nos referenciais bíblicos, como a imagem real do desejo de uma relação harmônica do homem com a natureza. Ele é visto também como o ideal místico de uma natureza bela, onde há o reencontro antecipado do paraíso sob a promessa do reino dos céus.

Assim, a arte do jardim manifesta, em seus primórdios, a função contemplativa, símbolo de sentimentos de esperança e paz do alcance humano a um paraíso nos céus. A primeira característica desses paraísos sobre a terra seria o seu caráter artificial. Eles serão sempre a projeção de um mundo onírico e imaginário, ao invés de lugares concretos geograficamente localizáveis num mapa. (ENGE, 1990).

Segundo Marx (1980), “o despontar do jardim moderno antecede a Independência. Os primeiros jardins públicos aparecem no fim do século XVIII, voltados para o lazer”. Entretanto, foi a partir da metade do século XIX que as áreas ajardinadas passaram a se multiplicar, constituindo-se, assim, um elemento ponderável no ambiente urbano.

No Brasil, o jardim público surge como reflexo do Iluminismo e da expansão dos maiores centros urbanos, no fim do período colonial. Sua instalação ocorre, tal como nas cidades européias, nos limites (bordas) das cidades e em terras consideradas inadequadas para a construção. O Passeio Público do Rio de Janeiro (Foto 1) foi o primeiro jardim, além de outros como os de Belém (Foto 2), de Olinda, de Vila Rica e de São Paulo.

Em termos de espaço especialmente preparado para o uso público, o primeiro caso brasileiro registrou-se no Rio de Janeiro, com o Passeio Público, executado entre 1779 e 1783. Já não se tratava de jardim gravitando em torno de uma edificação, mas sim de área verde autônoma, ou melhor, nascida urbana e para celebrar a vida urbana, sujeita às suas convenções e às da vida pública, entre elas as que regiam os hábitos de lazer. Um destes hábitos era justamente a promenade, o expor-se, com decoro. Passeio e jardim público passaram a ser sinônimos, apresentando como forma típica uma certa extensão de terreno cercado, bem arborizado e ajardinado, muitas vezes ornado por esculturas e pequenos lagos, com múltiplas opções de percurso interno, instalações para o conforto dos passeantes – bancos, mesas, quiosques, restaurantes -, plantas floríferas,

aves e pequenos mamíferos e eventos musicais, normalmente retretas. (BARTALINI, 1999, p. 5).



Foto 1 – Passeio Público do Rio de Janeiro.
Fonte: disponível em <<http://www.riototal.com.br>>



Foto 2 – Passeio Público de Belém.
Fonte: disponível em <<http://www.fundaj.gov.br>>

Na cidade colonial brasileira, os jardins eram poucos e se constituíam em parcelas das grandes propriedades religiosas e dos quintais de residências. Desempenhavam funções utilitárias, voltadas ao serviço, como o cultivo de árvores frutíferas, hortas, ervas de cheiro, flores e plantas medicinais, sendo, muitas vezes, reconhecido como ambiente de ensaio e pesquisa de plantas. Assim, os chamados jardins da época não representavam áreas de lazer e sua vegetação ornamental não resulta no sentido contemporâneo, ou pós-renascentista. Naquele período, somente os jardins privados se aproximavam da idéia de representação de jardim que se tem mais recentemente.

A arborização e o ajardinamento dos espaços públicos principia na segunda metade do século passado, época em que se difunde como nova exigência pelo mundo. Há poucas gerações, portanto, que as plantas passaram a

ornar e a amenizar nossas ruas e praças. Além dos jardins comuns, raros e criados apenas nas cidades principais, a imagem urbana desconhecia árvores e canteiros nas vias e nos largos [...]. As matas, os matos, os campos e as roças ficavam fora do perímetro urbano que guardava o chão limpo batido de terra. As plantas, as suas flores e frutos, fartos por toda a redondeza, só entravam na cidade para satisfazer a necessidade ou o gosto do dono de alguma propriedade [...]. A vegetação densa, e toda a vida que abrigava, era vista pelos habitantes dos núcleos pequenos e isolados como perigosa. As ruas, os largos e as construções deveriam limpar o entorno das cidades e preparar a sua futura expansão. (NEVES, 1997, p. 4-5).

Bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a sua difusão pelas povoações de porte menor e interiorana, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existentes ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. E o sucesso dessa transformação foi tal que logo se perdeu a noção das peculiaridades diferentes de uma praça e de um jardim. (MARX, 1980, p. 67).

Em suma, as cidades brasileiras tiveram origem a partir da construção da igreja e, conseqüentemente, do adro que constituíam os primeiros espaços livres públicos urbanos. Dessa forma, acabavam atraindo para o seu entorno residências luxuosas, prédios públicos de importância e o próprio comércio, servindo como local de convivência da comunidade e elo de ligação à paróquia. Entretanto, a sua expansão não obedecia a um traçado regular, seja pela disposição do sítio urbano, seja pela falta de critérios no planejamento da administração. Nesse sentido, a criação de espaços públicos, como as praças, acabava prejudicada, já que as ruas constituíam verdadeiros corredores desalinhados e irregulares.

De acordo com Marx (1980, p. 58), a praça, logradouro público por excelência, deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. A praça, como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu, entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas.

Uma igreja, uma praça: regra geral nas nossas povoações antigas. Largos, pátios, rossios e terreiros ostentando o nome do santo que consagrava a igreja garantiam uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício. Serviam ao acesso mais fácil dos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos-da-fé. E, pelo destaque e proporção, atendiam também a atividades mundanas, como as de recreio, de mercado, de caráter político e militar. Foram, talvez, as maiores responsáveis pelas características gerais apontadas para a nossa cidade tradicional. Na tenra vida urbana e na paisagem construída de então, é

forçoso associar as diferentes ordens religiosas e irmandades à multiplicidade de núcleos, constituídos por um largo e uma capela. (NEVES, 1997, p. 5).

Nesse contexto, as praças também eram denominadas de largo, terreiro e rossio e permitiam a interação dos vários extratos da sociedade, servindo como palco de manifestações de costumes e hábitos da sociedade da época. (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 22).

Os largos, pátios, rossios e terreiros como, por exemplo, da Misericórdia, da Santa Cruz, de Jesus, do Rosário, de São Bento (Fotos 3 e 4), de São Francisco (Foto 5), de São Pedro, do Carmo, ou do Ó, surgem, portanto, como elemento de ligação das igrejas, dos conventos, dos colégios e das santas casas com a cidade, de forma bastante irregular, no que se refere ao planejamento urbano.



Foto 3 – Largo São Bento - 1950.

1950 - Largo de São Bento, Mosteiro de São Bento e Igreja de São Bento.
Fonte: disponível em
<<http://www.saopaulo.sp.gov.br>>



Foto 4 – Largo São Bento - 2005.

2005 - Largo de São Bento, Mosteiro de São Bento e Igreja de São Bento.
Fonte: disponível em
<<http://www.saopaulo.sp.gov.br>>



Foto 5 – Largo de São Francisco.
Fonte: disponível em <<http://www.saopaulo.sp.gov.br>>

De acordo com Scarlato (2001, p. 418),

Praças e ruas surgiam de forma muito desordenada. O alinhamento das ruas e casas resultava da iniciativa particular dos seus moradores. [...]. Após sua fundação pela coroa ou pelos donatários, as cidades cresciam espontaneamente, seguindo a orientação das condições físicas do seu sítio. Ruas e praças adaptaram-se às irregularidades do relevo.

Ao longo da história urbana brasileira, as praças desempenhavam funções diferenciadas na sociedade, tanto de caráter *cívico*, *militar*, quanto *religioso*. As praças cívicas brasileiras, apesar de raras, mas marcantes, representam símbolos da história política do país. Para Marx (1980, p. 50), as *praças cívicas* “são logradouros que transcendem o uso e o significado local, interessado a todos nós”.

A primeira praça cívica do Brasil foi a Praça Municipal de Salvador. (Foto 6). Voltada para o mar, a cavaleiro do porto, reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a relação, os negócios da fazenda e a alfândega. No centro da nova cidade projetada, marcava urbanisticamente o seu caráter de capital. Ela é antecessora da atual Praça XV de Novembro no Rio. Além dessas praças cívicas, tem-se, no país, a Praça dos Três Poderes, que hoje reúne, no coração do Brasil, os principais edifícios da República. (Foto 7). Três capitais, três praças cívicas. (NEVES, 1997, p. 6).



Foto 6 – Praça Municipal de Salvador.
Fonte: disponível em <<http://www.arquitextus.com.br>>



Foto 7 – Planalto do Palácio, na Praça dos Três Poderes.
Autor: Mônica Minaki (2004)

Convém destacar os espaços de caráter cívico, advindos da República, no século XIX, que são praças regulares situadas diante de edifícios de função social, cultural ou educacional. Como exemplos, no país, tem-se a Praça da República de Recife (Foto 8) e de São Paulo. A primeira, contida pelas sedes dos poderes executivo e judiciário pernambucano, é dominada pelo Teatro Santa Isabel. A segunda acolhe e confere um quadro monumental à antiga sede da Escola Paulista, matriz republicana da política de ensino estadual.



Foto 8 – Praça da República de Recife. (Visualização do Teatro Santa Isabel e o Palácio da Justiça)
Fonte: disponível em <<http://www.brasilviagem.com>>

Já a função *militar* praticamente desapareceu das praças brasileiras. No âmbito estreito das cidades, os logradouros públicos mais amplos eram essenciais para exercícios, manobras, desfiles ou ações de defesa. Em certos casos, foram mesmo para esse fim reservados ou criados. Hoje, excluídas as paradas e comemorações públicas maiores, tais atividades ficam restritas a quartéis e bases militares. Seja pela maior extensão das aglomerações, seja pela nova organização das armas, retiraram-se as tropas para locais apropriados e específicos. Atualmente, salvo algumas exceções, essa função militar foi transferida para grandes eixos de circulação, como as destacadas avenidas, principalmente das grandes aglomerações urbanas. Assim, “no âmbito estreito das cidades, os logradouros públicos mais amplos eram essenciais para exercícios, manobras, desfiles ou ações de defesa”. (MARX, 1980, p. 54).

No fim da Idade Média e do Renascimento, a praça pública “era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘extraterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra”. (SEGAWA, 1996, p. 33-34).

Nesse período, as praças públicas eram palcos de procissões solenes, onde estavam presentes trabalhadores de todas as classes, artesãos e negociantes. Toda multidão achava-se reunida e expressava, ostentando suas melhores roupas, o significado da cidade enquanto espaço de coletividade, fruto do trabalho humano em toda a sua diversidade. (FERRARA, 1993, p. 206 apud GOMES, 2004, p. 29).

No Brasil, ainda é comum associar a imagem urbana, em especial, os pequenos núcleos urbanos, à presença do espaço público “praça”, ou seja, costuma-se associar o centro de uma cidade à presença da principal praça, bem como da *igreja católica*. Exemplos disso podem ser constatados em pequenos, médios e grandes centros urbanos. A Praça da Sé, em São Paulo-SP (Foto 9), a Praça Rui Barbosa (Foto 10), em Araçatuba-SP (Foto 11), e a Praça Nossa Senhora da Conceição, em Guararapes-SP, constituem referenciais urbanos dessas cidades de portes diferentes.



Foto 9 – Catedral Metropolitana da Sé - São Paulo.
Fonte: disponível em <<http://www.saopaulo.sp.gov.br>>



Foto 10 – Paróquia
Nossa Senhora Aparecida – Araçatuba/SP.
Autor: Mônica Minaki (2007)



Foto 11 – Visualização da Paróquia Imaculada
da Conceição – Guararapes/SP.
Autor: Mônica Minaki (2007)

Nos estudos referentes às praças, não há, entre os autores, unanimidade em relação à sua característica de composição e à sua conceituação. Entretanto, embora existam divergências, há aceitação unânime sob o ponto de vista da praça se constituir um espaço público, marcado pela convergência humana.

A praça, de acordo com Casé (2000, p. 56), é a síntese da cultura urbana de uma comunidade e se constitui num legado pleno de ensinamentos. Logo, exerce a função de aglutinadora do encontro e da convivência. A importância de uma cidade, avaliada pela sua dimensão social e humana, é proporcional aos atributos urbanos de suas praças e aos predicados arquitetônicos das edificações que a delimitam. Daí a importância dos estudos referentes às praças públicas que objetivam compor um arsenal de informações quali-quantitativas, a fim de contribuir para o planejamento ambiental urbano.

2.2. A nova concepção de praça pública.

Angelis e Neto (2001) exaltam que a praça não é apenas um espaço verde dentro da cidade, mas um espaço de uso do homem, um local de encontro 'físico, cultural, ideal', com as trocas de pensamento que modificam a sociedade e materializam pensamentos. Porém, na atualidade, tem se transformado num espaço de 'depósito de realidade embarçada, inanimada e inalterada, local de passagem absolutamente efêmera, no qual é impossível permanecer, e menos ainda se reunir'. (apud BARROS; VIRGÍLIO, 2003, p. 538).

Em decorrência da difusão de um modo de vida urbano baseado no consumismo e no individualismo, os espaços públicos, como as praças, perderam a capacidade de atrair a população, tendo em vista os novos padrões de consumo e lazer,

representados, sobretudo, pelos shopping centers e pela televisão. Essa nova concepção de vida cultivou a aversão e o repúdio das pessoas a ambientes públicos, aprofundando as desigualdades econômicas das camadas sociais, uma vez que cidadãos de alto e médio padrão de vida possuem condições financeiras para frequentar outros locais de lazer que ofereçam maior infra-estrutura e outros serviços, ou lugares privados que proporcionem diversas atividades de recreação e lazer.

Os shoppings centers, por exemplo, com o seu conceito de concentração de diferentes tipos de serviços, a fim de facilitar a vida de seus usuários, atendem às necessidades dos mesmos de maneira agradável e segura. Do mesmo modo, os playgrounds dos edifícios modernos oferecem uma área completa de lazer com segurança e conforto, que pode ser comparada, muitas vezes, a um clube. Enquanto isso, a maioria da população com o padrão de nível baixo acaba não tendo opções de divertimento – mais um dos inúmeros fatores que promovem a segregação sócio-econômica nas áreas urbanas.

Nesse contexto, a praça surge como opção de lazer às camadas sociais mais baixas, que não dispõem de recursos financeiros para usufruir de outras opções de divertimento. Daí a relevância desse tipo de espaço livre que é, por excelência, um espaço de uso público e comum a toda a sociedade. Portanto, não se deve perder de vista que a praça continua sendo um importante espaço livre e público, comum a toda a sociedade, podendo servir como local de recreação e lazer. Nessa perspectiva, a praça aparece como ambiente potencial de lazer para a população de baixa renda, devendo ser retomada sua função aglutinadora de encontro e convivência, e resgatado o valor cultural urbano que ela representa.

Ferrara (1993, p. 225) observa que, a partir da segunda metade do século XX,

A praça, a avenida, a multidão, enquanto expressões públicas da cidade, foram substituídas pelas versões urbanas íntimas, demarca[ndo]-se claramente o espaço individual separando-o do coletivo, e reivindica-se a demonstração signífica dessa visão em nome da propriedade, da segurança, da tranquilidade íntima e da livre expressão.

Nessa nova imagem urbana, colidem o público e o privado, prevalecendo o segundo sobre o primeiro, na medida em que, agora, os espaços coletivos urbanos – praças, avenidas, ruas, galerias, lojas, pavilhões – cedem lugar à habitação como espaço urbano da intimidade, espaço vedado, seguramente protegido por portões, grades, muros, múltiplos signos de vedação, o mundo da solidão, a casa como lugar onde nos escondemos. (apud GOMES, 2004, p. 36).

A falta de segurança pública e o aumento da violência urbana consistem em um dos motivos que promovem a insegurança e o medo da população em frequentar espaços públicos. Além disso, é notório, nesses ambientes, o aspecto de abandono e

depredação, impossibilitando o uso dos equipamentos e mobiliários urbanos, que, ao invés de exercerem a função atrativa, promovem a insegurança de uso, fato que contribui para que a área seja potencialmente utilizada para a realização de atividades marginais, como ponto de tráfico de drogas e brigas, dormitórios de mendigos e depósitos de lixo, entre outros.

Cabe destacar que alguns centros urbanos podem oferecer espaços livres, mas nem sempre possibilitam segurança, e isso provoca um distanciamento dos usuários deste espaço, gerando a necessidade, em determinado momento, da limitação de horário de acesso através da colocação de grades de proteção.

Enquanto as pessoas fogem das ruas, tornando-as cada vez mais uma via de passagem e as praças e outros espaços públicos deterioram-se rapidamente, crescem, na mesma velocidade outras formas de violência, de espaços degradados por poluição, resíduos, águas servidas e de conjuntos habitacionais e loteamentos sem infra-estrutura capaz de permitir um mínimo de qualidade de vida. (MELO, 1995, p. 195).

Com as possibilidades de lazer oferecidas pela tecnologia à sociedade contemporânea, espaços públicos como as praças se tornam pouco freqüentados, uma vez que as grandes cidades não garantem a proteção da população. Desse modo, para que a praça atraia o homem moderno, seduzido pelo mundo da informação tecnológica e por novas opções de lazer, “ela precisa incorporar a musicalidade de antigos coretos e resgatar a alegria das festas ancestrais, reinterpreta-as com equipamentos de lazer ativo que reproduzam a mesma animação, intensidade e vibração percebidas na televisão”. (CASÉ, 2000, p. 63 apud GOMES, 2004, p. 36).

Além disso, a vida moderna apresenta para a sociedade contemporânea uma série de facilidades, como é o caso dos serviços de entregas domiciliares, dos serviços oferecidos pelo computador para pagamentos de contas, entre outros, enfim, todo um sistema interligado que induz a permanência nos ambientes internos. As crianças e jovens passaram a ter acesso a diferentes tipos de lazer e recreação com o uso da tecnologia dos computadores, internet, jogos eletrônicos, etc.. Com isso, houve um esvaziamento significativo da população dos locais públicos, como apresenta Angelis (2000, p. 27):

Concorre para o esvaziamento das praças o surgimento de múltiplos rivais anômalos a ela enquanto lugar de encontro e reunião: os shoppings centers, centros empresariais, edifícios polifuncionais, os estádios. Sem falar do abandono a que são relegadas, trazendo insegurança e, conseqüentemente, afastando seus freqüentadores. O advento da informática no atacado trouxe para dentro das casas a televisão a cabo, o pay-per-view, o home-theater, a internet. Inovações tecnológicas de lazer que, com seus chips, kbytes de memória, imagens, encontros e diálogos

virtuais, têm levado as pessoas a substituírem o espaço aberto por uma tela fechada de circuitos eletrônicos.

Ao mesmo tempo, observa-se que as práticas de lazer e recreação nos espaços livres se apresentam cada vez mais formalizadas, pois, ao se transformarem em alvos de comercialização, passaram a exigir roupas e equipamentos especializados para sua realização, o que retira do lazer e da recreação seu caráter espontâneo e, contraditoriamente, os afasta de tudo aquilo que se poderia julgar como mais natural.

As exigências para a realização do lazer, efetivamente, tornam-se cada dia mais complexas. Essa complexidade se reflete nas formas de espacialização que o lazer assume diante das necessidades de cada indivíduo ou grupo social, as quais são condicionadas, sobretudo, pela disponibilidade de recursos financeiros, que é própria de cada segmento social. (BARCELLOS, 1999, p. 118).

Assim, enquanto os segmentos sociais de menor renda quase sempre ficam limitados a suprir as necessidades de lazer e recreação nas proximidades dos locais de moradia, os segmentos de maior renda, além de disporem de uma melhor infra-estrutura para as práticas de lazer cotidiano nas proximidades de suas moradias, nos finais de semana e feriados prolongados, tendem a complementar essas práticas em clubes e casas de final-de-semana, sítios e chácaras, no entorno das cidades, que funcionam como uma segunda residência e proporcionam escape e compensação às rotinas do cotidiano urbano.

A violência urbana acabou gerando a necessidade cada vez maior por proteção, de modo que os homens têm procurado ambientes fechados que não oferecem perigo. A dúbia relação que, de um lado, o homem carece de um ambiente natural, e de outro lado, este ambiente natural é substituído por um ambiente construído e fechado, representando segurança de uso, mostra toda a complexidade até então mencionada que a vida moderna impõe.

Com o passar do tempo, o adensamento urbano agravado e a profunda mudança no estilo de vida decorrente do avanço da tecnologia fizeram com que as áreas livres vegetadas fossem perdendo sua importância social e, como consequência, cedessem espaço às freqüentes necessidades da urbe.

2.3. A importância do planejamento ambiental urbano no processo de implantação, manutenção e fiscalização das praças públicas: uma contribuição à qualidade ambiental urbana.

Atualmente, ao contrário da história do surgimento das praças públicas, tem-se a exigência (ou pelo menos, se espera) de se priorizar dois aspectos relevantes na

implantação, manutenção e fiscalização dessas áreas: o seu acesso e o uso. Sob o primeiro aspecto, é comum observar que, juridicamente, o município poderia incorporar uma área verde maior e mais significativa para o patrimônio paisagístico e ambiental da cidade, com melhores condições de preservação, definindo-a como objeto para a recepção da transferência do percentual de doação de área pública exigido dos loteadores, facilitando, com isso, o lazer e a recreação próximos de casa. Entretanto, mesmo com a possibilidade de escolher as áreas a serem doadas, o poder público acaba, muitas vezes, satisfazendo-se com as áreas quase sempre menos nobres, a fim de contribuir com a especulação imobiliária. Frequentemente, as áreas doadas das glebas para recreação e lazer são pequenas e desconexas e acabam pulverizadas no espaço urbano.

Em relação ao segundo aspecto, é comum observar que as praças públicas não oferecem equipamentos e mobiliário, de forma a atender a todas as faixas etárias e seus anseios, como áreas de esporte para os jovens, áreas de recreação para crianças e mesas de jogos e bancos para adultos e idosos.

Dentre as características ideais, as praças públicas precisam ser compostas, principalmente, por vegetação, formando uma paisagem multifuncional, que deve ter o mínimo de calçamento. Devem possuir a finalidade de servir a população, promovendo o lazer com o oferecimento de equipamentos, como playground e áreas para esporte, bem como bancos, de forma a suprir a todas as faixas etárias da população de cada setor da cidade. Já a arborização de vias públicas, para desempenhar a função integradora dos espaços livres com o construído, deve dar preferência às espécies nativas, de porte apropriado para cada local, a fim de produzir sombreamento. Além disso, ambas devem estar protegidas por leis municipais que obriguem o poder público a adotar medidas de uma política de continuidade administrativa, de modo a garantir a conservação do meio ambiente a médio e longo prazo. É de suma importância que a revitalização dessas áreas seja realizada com o apoio da comunidade, adquirido pelas campanhas de educação ambiental.

Percebe-se também que as áreas verdes efetivadas não são mais locais atrativos para a população, seja por estarem com o seu mobiliário urbano sem condições de uso, seja pela preferência das pessoas optarem por outros tipos de lazer. O fato é que as áreas verdes, em especial, as praças públicas, não oferecem, em sua maioria, segurança de uso, já que o que, na verdade, dá segurança em uma área verde na cidade é a sua utilização constante pela população. E esse uso só ocorrerá se a praça estiver dotada de iluminação eficiente, equipamentos funcionando, gramados capinados, árvores de copas altas e muitos outros itens relacionados à conservação e manutenção dos elementos existentes na área, o que, na maioria das vezes, não se verifica. Outro evidente problema

diz respeito ao fato de as áreas verdes não atenderem às necessidades de todas as faixas etárias.

Para que as praças públicas desempenhem todas as suas funções e promovam, conseqüentemente, a melhoria da qualidade ambiental, é necessário que as cidades usufruam de um Plano Diretor que as incluam e, principalmente, que as considerem como elemento fundamental para a organização do ambiente urbano.

O planejamento das áreas verdes deve ser feito enquanto a cidade não alcançou um porte significativo, visto que, do contrário, a criação das novas áreas se tornaria difícil e onerosa, principalmente por implicar mudanças no processo de urbanização. Entretanto, para que o planejamento das áreas verdes atinja resultados positivos, é de extrema importância o envolvimento da comunidade e de profissionais da área tanto no processo de elaboração deste plano, quanto no processo de gestão urbana. É da cumplicidade entre os fatores sociais que se desenvolve um trabalho de conscientização da comunidade e de educação ambiental, a fim de se evitar ações de depredação dos sistemas de lazer e de seus mobiliários e também de mobilizar o caráter crítico e recriminatório da população com o poder público, que estará obrigado, mediante as Leis Municipais, a implantar, manter e preservar as áreas verdes.

Caberia ao Município criar Competências (Departamento, Divisão ou Setores de Parques e Arborização ou similares) para projetar praças, parques, viveiros e arborização viária. Dentre as principais funções destinadas à Competência, destacam-se aquelas mais relevantes, arroladas mediante pesquisa nos referenciais teóricos (Quadro 4):

- ▶ Administrar e fiscalizar as unidades a ele subordinadas;
- ▶ Adotar medidas de proteção de espécies da flora e fauna nativas ameaçadas de extinção;
- ▶ As bancas de jornais ou revistas devem ter localização aprovada pelo Município, de tal modo que não afetem a arborização;
- ▶ Cabe ao Município o corte ou remoção das árvores existentes nas ruas e praças;
- ▶ Combater as pragas e doenças das árvores de praças e ruas, preferencialmente através do controle biológico;
- ▶ Executar arborização e ajardinamento das vias públicas;
- ▶ Fiscalizar e impedir que sejam lançados resíduos domésticos e industriais não biodegradáveis nos canteiros de arborização urbana, nas áreas verdes ou águas interiores;
- ▶ Fiscalizar o trânsito de veículos de qualquer natureza sobre a vegetação urbana;
- ▶ Impedir que as árvores de ruas e praças sejam pintadas ou pichadas com o intuito de promoção, divulgação, propaganda ou qualquer outro tipo;
- ▶ Impedir que se prendam animais e os amarrem nas árvores da arborização urbana;
- ▶ Incentivar iniciativas de particulares e associações no sentido de implantação e manutenção de jardins e áreas verdes, favorecendo tais iniciativas com concursos do tipo “o mais belo jardim”;
- ▶ Os andaimes das construções ou reformas não poderão danificar as árvores e deverão ter um prazo máximo de retirada após a arborização da obra;
- ▶ Os coretos e palanques não poderão prejudicar as árvores;
- ▶ Produzir mudas ornamentais em geral;
- ▶ Promover a educação ambiental, cursos, palestras, criação de eventos como “Semana da Árvore” e “do Meio Ambiente” ou campanha do tipo “Adote uma Árvore”;
- ▶ Promover a preservação, conservação e manejo dos parques, praças e ruas com todos os equipamentos, atributos e instalações, de acordo com as necessidades e disposições sobre a

modalidade de uso, conciliando sua conservação e manejo com a utilização pelo público;

- ▶ Proteger a fauna e a flora;
- ▶ Proteger e fiscalizar qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente;
- ▶ Realizar fiscalização ou inspeção para fins de controle ambiental, aplicando multa aos infratores.

Quadro 4 – Funções destinadas às competências municipais.

Organização: Mônica Minaki

No que se refere aos espaços de integração urbana (embora não considerados no presente estudo), salienta-se alguns fatores que devem ser considerados no planejamento de distribuição das árvores para que estes cumpram com sua função:

- ▶ Altura e diâmetros máximos compatíveis com o espaço disponível para que se tenham árvores com seu porte natural, evitando podas drásticas;
- ▶ Escolha da espécie considerando o seu local de origem e a possibilidade de adaptação ao clima da região;
- ▶ Escolha da espécie considerando os vários fatores (rusticidade e desenvolvimento de copa, folhas, frutos e raízes), de forma a observar se são compatíveis com a estrutura urbana;
- ▶ Evitar a arborização de um bairro ou de uma cidade com uma só espécie, tanto pelo efeito visual monótono que ocasiona, como do ponto de vista da diversidade biológica;
- ▶ Fiação aérea e redes subterrâneas;
- ▶ Largura de ruas e calçadas e recuo frontal.

Apresenta-se unânime no meio acadêmico científico a utilização das praças públicas como indicador da qualidade ambiental nos espaços urbanos. Entretanto, o mesmo não pode ser afirmado quanto à adoção dos conceitos de qualidade ambiental urbana e qualidade de vida. Existem diversas formas de se entender o significado desses conceitos, na medida em que os mesmos são extremamente subjetivos. Segundo Oliveira (1983 apud VERONA; TROPMAIR, 2004, p. 121), as condições de qualidade ambiental e de vida serão boas ou ruins de acordo com o tipo e a situação da população em questão, de como essa população percebe as condições ambientais e de vida. Assim, a dimensão da qualidade de vida urbana é o resultado de um juízo de valor dos cidadãos sobre o espaço vivido.

Dessa forma, em meio às questões complexas e multifacetadas que os conceitos envolvem, julga-se necessário apresentá-los como foram abordados no referido estudo.

A qualidade ambiental urbana e a qualidade de vida são aqui entendidas como Verona e Troppmair (2004, p. 122) definem em suas obras, já que foram os conceitos que mais se aproximaram dos objetivos da presente pesquisa. Assim, a qualidade ambiental urbana está relacionada diretamente ao próprio ambiente, à infra-estrutura do espaço

urbano, aos objetos quantitativos. Já a qualidade de vida está relacionada ao próprio indivíduo, ao seu bem estar, à sua alegria de viver, à sua satisfação. Nesse sentido, pode-se avaliar a qualidade ambiental de determinado espaço urbano, por exemplo, e considerá-lo bom; entretanto, esse mesmo espaço pode fornecer dados sobre a qualidade de vida da população que indicam uma má qualidade de vida.

O conceito de qualidade de vida urbana está diretamente relacionado à melhoria do bem-estar dos habitantes de uma cidade. Sua real concretização se dá quando os sentimentos de satisfação e de bem-estar são garantidos. Dentre estes sentimentos, encontram-se a felicidade, o prazer e a satisfação, que devem existir em todos os momentos da vida, de modo perdurável. (FERNANDES, 1998, p. 29 apud DOZENA, 2000, p. 41).

O conceito de qualidade de vida abrange diversas abordagens, podendo equacionar três âmbitos de análise. O primeiro relaciona-se à distinção entre os aspectos materiais referentes às necessidades humanas básicas, essencialmente físicas e de infraestrutura, tais como as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, e os aspectos não materiais relacionados ao patrimônio cultural, à percepção individual da qualidade de vida e do bem estar dos indivíduos. O segundo faz distinção entre aspectos individuais (relacionados à condição econômica, pessoal e familiar) e os coletivos (relacionados aos serviços básicos e aos serviços públicos). E o terceiro faz a distinção dos aspectos objetivos por meio da definição de indicadores de natureza quantitativa e os subjetivos que incluem a percepção subjetiva que os indivíduos têm de qualidade de vida.

Cabe destacar que os benefícios que as vegetações urbanas podem oferecer ao ser humano estão intimamente ligados a três fatores que devem ser considerados na análise das áreas verdes como indicador da qualidade ambiental urbana. São eles: a quantidade de cobertura vegetal presente no ambiente urbano, sua distribuição conexa pela malha urbana e a avaliação qualitativa das áreas a partir de critérios definidos.

No presente estudo, reconhece-se a limitação da aplicação do Índice de Áreas Verdes (IAV) devido ao problema que perpetua os estudos científicos quanto à quantidade ideal de cobertura vegetal e à metodologia adotada não devidamente explicitada, nos referências teóricos.

Quanto à distribuição das áreas verdes (em especial, no caso, as praças públicas), é recomendado que seja realizada de forma a proporcionar benefícios a toda a população, sem restrições sócio-econômicas.

Em relação à avaliação qualitativa, foram definidos alguns critérios, considerando, dentre eles: o tipo de vegetação existente, classificando em nativa, exótica, espontânea ou sem vegetação; a classificação da cobertura vegetal em portes do tipo arbóreo, arbustivo e rasteiro; as condições de relevo, classificando em fundo de vale,

vertente e superfície horizontal; aspectos físico-sanitários da vegetação (sem a pretensão de realizar uma caracterização das espécies vegetais e sim de identificar possíveis danos desencadeados por pragas, doenças ou injúrias mecânicas); a ocupação nas proximidades classificadas em comercial, residencial e sem ocupação; a qualidade paisagística no que se refere às condições do mobiliário, ou seja, o estado de conservação dos equipamentos existentes nos parques infantis, nas praças e nas áreas de esporte, e o estado de limpeza e conservação das praças públicas, entre outros. (ANEXO).

Já na década de 1970, Monteiro evidenciava que,

Na estrutura urbana, as áreas verdes – vistas, em geral, do ponto de vista estético e, agora, como ‘focos de purificação do ar’ – desempenham grande papel pela riqueza das contribuições dos seus atributos na qualidade ambiental urbana. Além daquelas que geralmente se lhes imputam, elas constituem verdadeiras válvulas reguladoras do escoamento, pela possibilidade de infiltração em meio à massa de edificações e ruas pavimentadas. Deveriam, pois, ser elementos obrigatórios na cidade intertropical, em vez de serem vistas com certa ojeriza por um verdadeiro complexo de inferioridade que conduz ao abate sistemático de árvores e eliminação de resíduos e nichos de vegetação, inclusive nas cabeceiras dos mananciais. Além do que, são complementos necessários ao lazer, especialmente para as classes que não dispõem de recursos para buscar amenidades fora da circunscrição urbana. (1976, p. 139).

Os benefícios proporcionados pela implantação e manutenção das praças públicas, mediante planejamento, proporcionaria um enriquecimento da vida urbana em geral; além disso, sua função de lazer e recreação, áreas de repouso, insolação e o seu atrativo visual ligada à natureza, refletiriam diretamente sobre o bem-estar do homem.

“[...] o contato com a terra, as plantas e a água são essenciais para a saúde. Por esse motivo, o mundo está redescobrendo a natureza. O que antes era banal, hoje é valorizado e cultivado pela maioria das pessoas. [...]. A população está mais exigente ao escolher um local para morar. [...]. Quem não consegue fugir do processo de verticalização da cidade acaba tendo, nas praças e outras áreas verdes públicas, a referência para uma vida mais ao ‘natural’”. (RODRIGUES, 1996a apud LOPES, 2000, p. 108).

Nesse sentido, contribui também para a valorização das praças públicas as transformações culturais que fazem surgir concepções comportamentais que revestem de importância as atividades de lazer e as práticas recreativas físico-esportivas realizadas ao ar livre – em contato direto com os elementos naturais –, por seus possíveis benefícios à saúde física e emocional.

3. CARACTERIZAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBA/SP

Neste capítulo, serão apresentados, de modo geral, o processo de implantação jurídica das praças públicas em Araçatuba, pautado em Leis Municipais, e a caracterização das mesmas, mediante visita a campo e registro fotográfico.

Cabe ressaltar que, anterior às Leis Federais que tratam especificamente dos sistemas de áreas verdes, os municípios mantinham um crescimento espontâneo, sem a preocupação de conhecer o seu sítio com todas as implicações das estruturas físicas urbanas atuantes sobre o mesmo, como os fatores geomorfobiológicos, econômicos, sociais e culturais que compõem a vida dos cidadãos.

Desse modo, é comum observar a ausência de critérios locais definidos na distribuição das áreas verdes nos municípios, além da ausência dos critérios qualitativos e quantitativos das atividades que nele se desenvolveriam. Nesse sentido, os municípios não levaram em conta, no momento da implantação dos sistemas de áreas verdes, a otimização e sua utilização, que depende de um espaço equipado, e de uma estrutura de manutenção dessas áreas.

Nesse contexto, enquadra-se Araçatuba, que, de modo genérico, permitiu a expansão de sua malha urbana sem estabelecer critérios para as ocupações recreativas e de lazer. Assim, os sistemas de áreas verdes, no caso específico, das praças públicas, apresentam uma série de aspectos funcionais que as definem como um sistema complexo, merecedor de uma organização específica para que possa atingir os seus objetivos.

A partir de então, serão analisadas as políticas voltadas para as áreas verdes de Araçatuba e a atual situação das praças públicas do município, no que se refere ao seu acesso e uso pela população.

3.1. Aspectos do desenvolvimento urbano de Araçatuba/SP: políticas públicas voltadas às áreas verdes.

No início da constituição da cidade, o crescimento das atividades rurais representou um atrativo para as pessoas que vinham em busca de melhores condições de vida. Entretanto, ao atrair a população, a atividade rural também incentivou o crescimento de diversos setores da atividade comercial e de serviços, o que promoveu um crescimento desordenado. Logo, a expansão de Araçatuba foi realizada na *ausência de uma política urbana* e antes de um planejamento adequado que considerasse tantos os aspectos sociais, econômicos e culturais, quanto ambientais.

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988 – que obriga os municípios, no artigo 29, a se reger por Lei Orgânica –, que as

idades, inclusive Araçatuba, passaram a realizar, de modo mais efetivo, o acompanhamento do seu crescimento urbano³. A Lei Orgânica, sob essa ótica, define as competências do município, a organização dos Poderes Municipais, a constituição e as atribuições da Administração Municipal, e dispõe sobre a Ordem Econômica e Social.

Artigo 30 – Compete aos municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados por lei;

IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VII – prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988)

A Lei Orgânica do Município de Araçatuba, realizada pela Câmara Constituinte Revisional, em 10 de dezembro de 1996, estabelece no Capítulo II, artigo 130, diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano:

Artigo 130 - Lei Municipal estabelecerá, em conformidade com as diretrizes do plano diretor, normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, código de obras e edificações, código de posturas, índices urbanísticos, proteção ambiental e demais limitações administrativas pertinentes.

§ 1º - O plano diretor, obrigatório ao município, levará em consideração a totalidade de sua área territorial.

§ 2º - O Município observará os parâmetros urbanísticos de interesse regional fixados em lei estadual, prevalecendo, quando houver conflito, a norma de caráter mais restritivo, respeitadas as respectivas autonomias.

§ 3º - O Município estabelecerá critérios para regularização e urbanização, assentamentos e loteamentos irregulares.

(LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA DE 1996)

O Plano Diretor, citado no Artigo 130 da Lei Orgânica de Araçatuba e no Artigo 182 da Constituição Federal, é o instrumento básico de orientação do

³ Anterior à Constituição Federal, já existia a Lei 6 766 de 19 de dezembro de 1979, que propunha diretrizes sobre o parcelamento do solo. No entanto, a referida lei deixava a critério do município o estabelecimento de normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para se adequar às peculiaridades regionais e locais. (Artigo 1º, parágrafo único).

desenvolvimento e expansão urbana, devendo conter as diretrizes para o crescimento econômico e social justo e equilibrado. Este Plano deve ser executado pelo governo municipal, com a participação dos segmentos representativos da sociedade. Um Plano Diretor, quando elaborado considerando os recursos naturais, associados aos aspectos sociais, econômicos e culturais da cidade, pode representar um excelente instrumento de conservação ambiental. As diretrizes do Plano devem ser formuladas sempre visando a assegurar as condições adequadas de vida aos habitantes. (MOTA, 1999. p. 275).

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 182 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e de garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1.º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988)

No entanto, para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, foi criado o Estatuto da Cidade – Política Urbana – Lei 10 257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana, regulamentando toda a disposição constitucional a respeito da questão do desenvolvimento das cidades, estabelecendo diretrizes gerais de política urbana.

Artigo 1º - Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

(ESTATUTO DA CIDADE – POLÍTICA URBANA – LEI 10 257/2001)

O Estatuto da Cidade determina a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor para os municípios com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, com áreas de especiais interesses turísticos ou situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país. Para a aprovação do Plano Diretor na Câmara Municipal, o Estatuto da Cidade fixou um prazo de cinco anos, ou seja, os municípios teriam até outubro de 2006 para concluir todo o processo.

Artigo 41 - O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de 20 000 (vinte mil) habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

(ESTATUTO DA CIDADE – POLÍTICA URBANA – LEI 10 257/2001)

Artigo 50 - Os municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do art. 41 desta Lei que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei deverão aprová-lo no prazo de 5 (cinco) anos.

(ESTATUTO DA CIDADE – POLÍTICA URBANA – LEI 10 257/2001)

A referida Lei estabelece que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante diretrizes e delega ao Plano Diretor a função de definir as condições às quais a propriedade deve conformar-se para que cumpra sua função social. Nesse sentido, ao Plano Diretor compete estabelecer as diretrizes que definem os princípios da função social da cidade, de forma a garantir e reconhecer a todos os cidadãos o direito à cidade.

Artigo 4º - Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III – planejamento municipal, em especial:

a) plano diretor;

(ESTATUTO DA CIDADE – POLÍTICA URBANA – LEI 10 257/2001)

O Plano Diretor é o instrumento básico de orientação da política de desenvolvimento e ordenamento do município; portanto, mais que uma obrigação, a atividade de elaborar o Plano Diretor é a oportunidade de estabelecer um processo democrático permanente de definir políticas, de avaliar ações, de corrigir rumos e, principalmente, de introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável no município, melhorando a qualidade de vida das pessoas, reforçando a identidade da população e respeitando o meio ambiente, o patrimônio histórico e a cultura da comunidade.

Ainda segundo o próprio Estatuto da Cidade, o processo de construção do Plano Diretor e a Lei que o institui deve ser revisto pelo menos a cada dez anos, com a devida participação da sociedade por meio da promoção de audiências públicas e debates, da publicidade e acesso aos documentos e informações produzidos. Portanto, a conclusão da elaboração do Plano Diretor não encerra o processo de planejamento. O Plano Diretor deve indicar ainda os meios e a sistemática para revisá-lo pelo menos a cada dez anos,

conforme determina o Estatuto da Cidade. A revisão e os ajustes deverão ser discutidos e consolidados de forma integrada com os demais canais de discussão atuantes no município e articulados com as demais ações implementadas pelos diferentes níveis de governo.

Dessa forma, cabe ao processo de elaboração do Plano Diretor a consideração de uma perspectiva de desenvolvimento para o decênio em que vigore, projetando as possíveis demandas e, conseqüentemente, orientando as futuras políticas públicas. No entanto, essa atividade de previsão deve ser encarada de maneira responsável e técnica e, ao mesmo tempo, não deve se pautar pela simples repetição de modelos tecnocráticos, meramente matemáticos, evitando, assim, a impostura de uma visão incompleta e distorcida da realidade como base para as proposições de desenvolvimento futuro do município.

Em Araçatuba, o Plano Diretor foi elaborado no prazo estipulado, ou seja, cinco anos após a promulgação da Lei 10 257, de 10 de julho de 2001, com validação de 10 anos, como recomenda a Lei:

Artigo 40 – O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 3º - A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos.

(ESTATUTO DA CIDADE – POLÍTICA URBANA – LEI 10 257/2001)

Além da Lei Orgânica e do Plano Diretor, são necessárias outras leis para que a expansão da cidade não se torne um caos e para que a organização do espaço urbano não seja fruto de interesses privados, bem como especulações imobiliárias. São elas: Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo, Lei do Sistema Viário, Código de Obras e Código de Posturas. É, portanto, nas Leis de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo Urbano que deve ser destinada uma porcentagem mínima da área total a lotear da gleba para os espaços livres. É tarefa do órgão municipal responsável pela aprovação do projeto orientar a localização dessas áreas, associando, por exemplo, à proteção das margens de coleções superficiais de água, à preservação dos caminhos naturais de escoamento da água, à circulação do ar na cidade ou ao isolamento contra a propagação de poluentes atmosféricos ou de ruídos. (MOTA, 1990, p. 292).

Na ausência do Plano Diretor ou de leis que disciplinem o parcelamento do solo no município, devem ser utilizadas as diretrizes estabelecidas na Lei Federal 6 766/79 (alterada pela Lei Federal 9 785/99 de 29 de janeiro de 1999). A referida Lei menciona sobre os espaços livres de uso público que englobam as áreas de lazer e as áreas não edificáveis, não tratando especificamente sobre as áreas verdes. A Lei Federal deixa a critério dos Municípios, através de seus Planos Diretores, o estabelecimento dos percentuais de espaços livres de utilização pública a serem reservados nos projetos de loteamento. Ou

seja, é de competência do Município destinar o percentual mínimo da área de espaços livres de construção e de uso público.

Araçatuba utilizou a lei em questão como fio condutor até a criação da Lei Municipal nº 2 913, de 04 de março de 1988, quando o município passou a possuir diretrizes próprias no que diz respeito ao seu parcelamento do solo, mediante loteamento ou desmembramento. Na referida Lei, observa-se, no Capítulo 11 – Requisitos Urbanísticos para Parcelamento do Solo:

Artigo 2º - O parcelamento do solo, caracterizado por loteamento, está sujeito à prévia aprovação da Prefeitura e deverá atender aos seguintes requisitos:

I – O parcelamento do solo, para fins urbanos, deverá subordinar-se à Lei Municipal de Zoneamento da cidade.

II – Na zona rural, o parcelamento do solo para fins urbanos, somente será permitido em áreas delimitadas por Lei Municipal de expansão urbana.

III – Não será permitido o parcelamento do solo:

a) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar a drenagem e escoamento das águas.

b) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.

c) em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências especificadas em Legislação Municipal.

d) em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.

e) Em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis até a sua correção.

IV – Da área total, objeto de projeto de loteamento, serão destinados no mínimo:

a) 20% (vinte por cento) para vias de circulação de veículos.

b) 15% (quinze por cento) para áreas verdes.

c) 5% (cinco por cento) para áreas institucionais.

V – A localização das áreas verdes deverá atender as seguintes disposições:

a) 50% (cinquenta por cento) do percentual exigido para áreas verdes será localizado pela Prefeitura em um só perímetro e em parcelas de terreno que atendam essas necessidades.

b) a localização do restante da área exigida para áreas verdes ficará a cargo do loteador e só será computado como área verde quando em qualquer ponto da área puder ser inscrito um círculo com raio de 10 m (dez metros).

VI – A localização da área institucional deverá atender às seguintes exigências:

a) estar situada junto a uma via oficial de circulação de veículos e contida em um único perímetro.

b) ocupar até 50% (cinquenta por cento) da extensão da testada da gleba, lindeira à citada via oficial.

c) estar situada em área com declividade de até 10% (dez por cento).

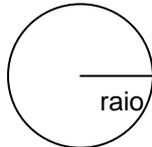
(LEI MUNICIPAL Nº 2 913 DE 1988)

Aqui, convém destacar, sob enfoque do objetivo do estudo, o artigo 2º, inciso IV, o qual estabelece o percentual de 15% do total da área a ser doada pelo loteador à prefeitura para a função de área verde. Além disso, no artigo 2º, inciso V, observa-se que,

do total de área destinada à área verde, 50% deverá ser localizada pela Prefeitura e os 50% restantes ficarão a cargo do loteador, desde que, na área escolhida, possa ser inscrito um círculo com raio de 10 m. Sob esse aspecto, verifica-se que o loteador não precisa, necessariamente, doar uma área loteável, daí a constatação de várias áreas consideradas menos nobres serem destinadas às áreas verdes. Fica, também, a critério do loteador a escolha da forma geométrica da área, já que só é exigida mediante Lei a inscrição em qualquer ponto da área de um círculo com raio de 10 m.

Assim, matematicamente, chega-se ao seguinte resultado:

Área do círculo



A área de um círculo de raio r é dada por:

$$S = \pi \cdot r^2$$

A constante π (pi) é um número irracional de valor 3,1415692. O número irracional é transcendente e, usualmente, considera-se $\pi = 3,14$ (por falta) ou $\pi = 3,1416$ (por excesso).

Nesse caso específico, deve-se, em qualquer ponto da área verde, ser inscrito um círculo com raio de 10 m. Portanto, tem-se:

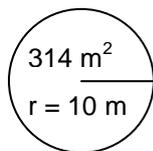
Sendo $r = 10$ m

$$S = \pi \cdot r^2$$

$$S = 3,14 \cdot 10^2$$

$$S = 3,14 \cdot 100$$

$$S = 314 \text{ m}^2$$



Ou seja, no mínimo, a área destinada à área verde deve ter um raio de 10 m, o que equivale a uma área de 314 m², independente de sua forma geométrica, como pode ser observado na Figura 3:

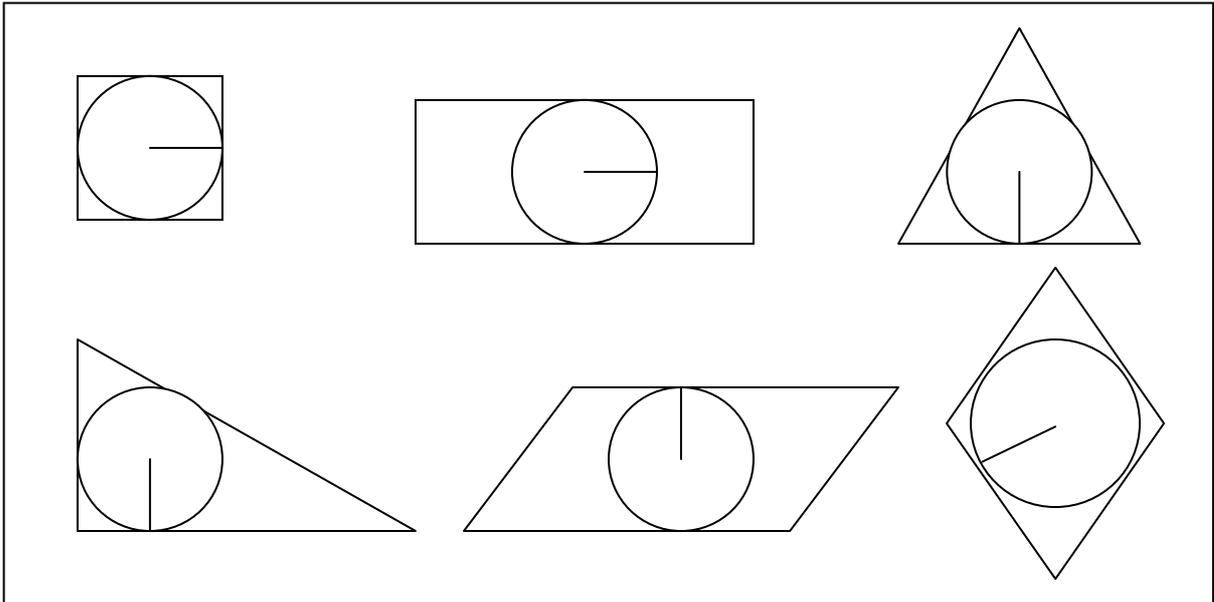


Figura 3 – Esquema explicativo das possíveis formas geométricas das praças públicas de Araçatuba/SP.

Através da observação da Figura 3, é possível constatar que, juridicamente, as áreas de sobra, ou seja, aquelas áreas que o projeto de loteamento não incorporou, podem ser destinadas ao lazer e à recreação em Araçatuba, desde que atendam à medida de um raio de 10 m. Portanto, áreas sob a forma geométrica circular, de losango, paralelepípedo e triangular podem ser incorporadas e destinadas às áreas verdes. Em revisão literária, alguns autores admitem que as formas geométricas ideais para a implantação de uma praça pública seriam a retangular ou a quadrangular, já que ambas permitem, em função de sua área e condições do relevo, dotar de equipamentos que desempenhem o papel contemplativo, além do lazer voltado às atividades recreativas.

Em relação à Lei Municipal nº 2 913, de 1988, foram constatadas, mediante pesquisa ao acervo do Poder Legislativo de Araçatuba, alterações na redação de seus dispositivos. Foram identificadas 07 Leis Municipais que as alteram. São elas:

- ▶ Lei Municipal nº 3 033 – de 27 de outubro de 1988;
- ▶ Lei Municipal nº 3 792 – de 19 de outubro de 1992;
- ▶ Lei Municipal nº 4 471 – de 07 de junho de 1995;
- ▶ Lei Municipal nº 4 941 – de 04 de dezembro de 1996;
- ▶ Lei Municipal nº 4 946 – de 13 de dezembro de 1996;
- ▶ Lei Municipal nº 6 520 – de 19 de outubro de 2004;
- ▶ Lei Municipal nº 6 558 – de 03 de janeiro de 2005.

Destaca-se, em especial, a Lei Municipal nº 3 792, de 19 de outubro de 1992, que altera o percentual de área destinado à área verde, que, de 15%, passa a 10%. Observe:

LEI Nº 3792 – DE 19 DE OUTUBRO DE 1992

“Altera dispositivo do Artigo 2º da Lei Municipal nº 2913, de 04 de março de 1988”

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Araçatuba aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o item “b”, do inciso IV, do Artigo 2º da Lei Municipal nº 2 913, de 04 de março de 1988, passando a ter a seguinte redação:

“b) – 10% (dez por cento) para áreas verdes”.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(LEI MUNICIPAL Nº 3 792 DE 1992)

Portanto, pela Lei Municipal nº 2 913, o loteador destinava 40% do projeto de loteamento para vias de circulação de veículos (20%), áreas verdes (15%) e áreas institucionais (5%). Com a aprovação da Lei Municipal nº 3 792, o loteador passa a destinar 35%, numa redução de 5% das áreas verdes, o que proporciona o aumento de área destinada às construções.

Nesse sentido, observa-se, através do exemplo citado acima referente à Lei Municipal nº 3 792, atitudes políticas que se desvirtuam do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da garantia do bem-estar de seus habitantes, uma vez que permitem que o loteador escolha a área a ser doada e, também, diminuem o percentual de área a ser ofertada para uso coletivo da população. O resultado disso é que as áreas verdes, destinadas ao lazer e à recreação, próximas às moradias, na maioria das vezes, são insuficientes e localizadas em áreas inadequadas – em geral, com precário acesso e com declividades pouco favoráveis ao uso e ocupação.

Segundo o Plano Diretor Participativo de Araçatuba (2006-2015), a população anseia, sob o aspecto de lazer e recreação, a construção de espaços (praças) com campo de futebol e quadras de esportes fechadas e seguras para a população, campo de bocha e malha e com pistas de caminhada, de *motocross* e de *skate*. Para tanto, destaca-se a necessidade da revitalização de algumas praças, a construção de espaços para lazer que atendam aos diferentes desejos das faixas etárias, além de programas de incentivo a atividades de recreação para a população. Enfim, aponta-se a necessidade de

dotar as praças públicas de equipamentos lúdicos e esportivos para permitir a prática do lazer ativo, complementando a sua função social.

Portanto, para que as políticas públicas voltadas aos sistemas de áreas verdes em Araçatuba consigam atingir as necessidades da população e adequar seu plano urbanístico, o município deverá considerar, no momento da implantação e da revitalização de suas áreas já existentes, os fatores culturais e naturais, já que, uma vez considerados e utilizados como elementos de apoio para definição da forma de ocupação do sítio, criarão condições ambientais adequadas ao desenvolvimento da vida urbana e das interações sociais.

3.2. Caracterização das praças públicas de Araçatuba/SP.

Após a exposição das políticas públicas voltadas às áreas verdes adotadas em Araçatuba, faz-se necessário conhecer as características das praças públicas já existentes, visto que o planejamento urbano deve partir da realidade a fim de propor medidas que conciliem as premissas conceituais, perpetuadas ao longo do tempo, à uma nova proposta de planejamento, considerando o quadro do imediato. Dessa forma, a primeira questão relevante para o planejamento urbano é a da realização do diagnóstico da situação e das mudanças necessárias, na perspectiva das conveniências de curto, médio e longo prazo da sociedade.

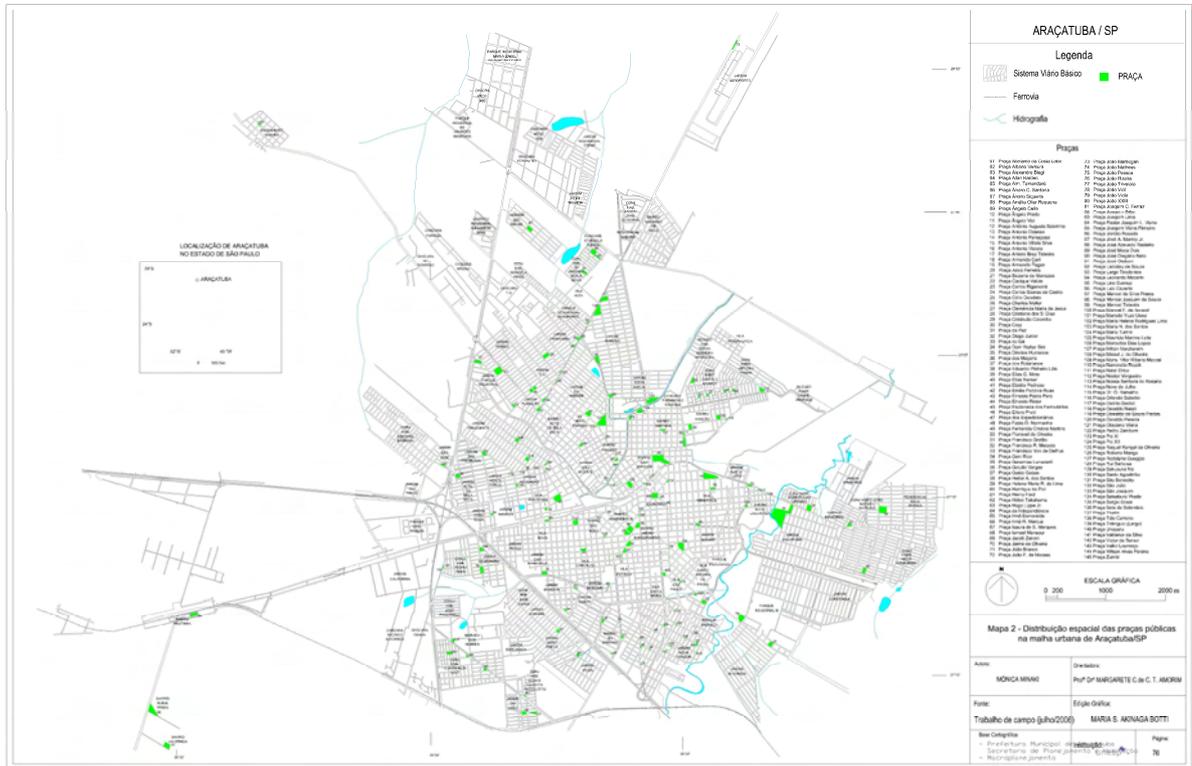
Sob essa ótica, acredita-se na relevância desta parte do estudo, que inclui a caracterização das praças públicas como forma de se conhecer a realidade que as compõe. Para tanto, foi necessária a realização das visitas a campo (efetivadas em julho de 2006), que subsidiaram a análise e posteriores apontamentos de ações e medidas de ordem cíclica e processual, com o fim de proporcionar melhoria na qualidade ambiental urbana e de vida da população.

A caracterização das praças públicas de Araçatuba foi realizada a partir dos Cadastros Quali-Quantitativo, que reúnem o maior número de informações diagnosticadas em campo. Para o levantamento dos traços de cada praça pública, como mobiliário urbano, equipamentos de infra-estrutura e vegetação, foi utilizado um formulário. (Anexo). Este procurou privilegiar ao máximo o levantamento de todos os equipamentos existentes nas praças. Além disso, todas as áreas visitadas foram fotografadas.

Com o propósito de facilitar a caracterização das praças públicas, adotou-se um número de identificação que acompanha o nome de cada uma, possibilitando a consulta ao Cadastro Quantitativo. Tal número de identificação também é relevante na medida em que permite maiores detalhamentos, acesso às informações qualitativas, resumidas e reunidas, no Cadastro Qualitativo.

Além disso, foi reorganizado o mapa digital da cidade, fornecido pela Secretaria de Planejamento, com a distribuição de todas as praças públicas identificadas. Assim, definiu-se com exatidão o número e a localização das mesmas, atualizando, portanto, aquelas ainda não cadastradas. O produto final forneceu os subsídios necessários para a análise da distribuição espacial das áreas.

Seguem, pois, o mapa referente à distribuição espacial das praças públicas na malha urbana de Araçatuba/SP (Mapa 2), o *Cadastro Quantitativo* (Quadro 5), que objetivou determinar o número de praças públicas, assim como sua localização, o *Cadastro Qualitativo* (Quadro 6), que reúne informações acerca da vegetação existente, tipo de ocupação e qualidade paisagística das mesmas, entre outros; e, por fim, a caracterização de cada área visitada.



QUADRO 5 - CADASTRO QUANTITATIVO DAS PRAÇAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBAS/SP.							
Nome da Praça	Características de Identificação	Nº de identificação	Localização	Coordenadas (Latitude e Longitude)	Área (em metros quadrados)	Decretos	Área (em metros quadrados)
Abelardo da Costa Lobo		1	Núcleo Habitacional Castelo Branco	22° 55' 30.33" E 76° 56' 63.6" N	382	1.764,00	7.104
Albano Ventura		2	Jardim Dionís Amélia	22° 55' 73.06" E 76° 57' 31.9" N	380	2.800,00	26 de 28/04/1986
Alfonso Sassi		3	Centro	22° 55' 54.75" E 76° 55' 21.1" N	385	1.113,00	866 de 14/07/1978
Alan Karasz		4	Jardim Planalto/Seta Paraiso	22° 55' 64.41" E 76° 56' 58.4" N	385	5.000,00	314 de 09/03/1972
Alminda Tamandará		5	Jardim da Amizade	22° 55' 64.41" E 76° 56' 58.4" N	385	640	077 de 11/11/1991
Alvaro Carneiro Sotero		6	Jardim São José	22° 55' 67.40" E 76° 55' 58.6" N	408	2.226,00	
Ávaro Siqueira		7	Centro	22° 55' 62.48" E 76° 55' 40.2" N	424	5.500,00	488/67
Amália Olier Requena		8	Jardim Ascorópio/Jardim Via Alva	22° 55' 70.34" E 76° 57' 87.7" N	385	2.880,00	82 de 11/11/1991
Amorós		9	Via Industrial	22° 55' 64.41" E 76° 55' 37.6" N	403	740,2	10.45/92
Amós Prado		10	Barro Santana	22° 55' 80.00" E 76° 56' 40.8" N	387	3.880,00	Lei 5.720 de 13/03/2000
Angelo Viol		11	Jardim Nova York	22° 55' 62.34" E 76° 51' 58.5" N	384	410,88	Lei 5.704 de 17/02/2000
Antonio Augusto Sobrinho		12	Barro São João	22° 55' 69.70" E 76° 54' 55.6" N	384	30	Lei 94/93
Antonio Frederico Ogran		13	Jardim Aragonês	22° 55' 86.33" E 76° 52' 54.9" N	384	900	
Antonio Panegassi		14	Conjunto Habitacional Vicente Luiz Grossi	22° 55' 15.24" E 76° 54' 50.9" N	381	2.684,30	021 de 09/06/1997
Antonio Vilela Silva		15	Jardim Nova York	22° 55' 88.00" E 76° 52' 58.2" N	384	400	8
Antonio Viol		16	Jardim Bandeirantes	22° 55' 78.94" E 76° 54' 19.3" N	384	420	Lei 67/60
Antonio Elias Teixeira		17	Jardim Itaipema	22° 55' 75.18" E 76° 56' 67.2" N	390	5.630,48	
Armando Carl		18	Via São Paulo	22° 55' 74.68" E 76° 54' 26.6" N	393	307	Lei 877 de 23/12/1960
Armando Pagan		19	Jardim Itaipema	22° 55' 58.48" E 76° 57' 04.4" N	390	4.200,00	8.804 de 25/11/1997
Assis Ferreira		20	Jardim Via Alva	22° 55' 70.10" E 76° 57' 58.4" N	406	553,51	5.008 de 18/09/1994
Bezerera de Meneses (Doutor)		21	Via Panorama	22° 55' 17.72" E 76° 53' 69.1" N	385	4.360,00	546/67
Caioque Valim		22	Jardim das Bandeiras	22° 55' 64.41" E 76° 55' 21.1" N	385	2.800,00	Lei 980 de 14/02/1964
Caioque Romenzi		23	Barro da Saudade	22° 55' 64.41" E 76° 55' 21.1" N	385	60	Lei 5.566 de 27/08/1999
Caioque Soares de Castro		24	Jardim Tui	22° 55' 64.81" E 76° 57' 32.3" N	389	5.500,00	690/77
Cálio Dedeian		25	Jardim Jord	22° 55' 70.97" E 76° 51' 84.2" N	391	4.932,00	5/1/1977
Charles Müller		26	Conjunto Habitacional Vicente Luiz Grossi	22° 55' 08.06" E 76° 54' 74.4" N	343		
Cemência Maria de Jesus		27	Barro Avançado/Conjunto Habitacional Castelo Branco	22° 55' 01.58" E 76° 56' 67.0" N	394	1.764,00	019 de 23/08/1999
Celina dos Santos Dias		28	Jardim Nova York	22° 55' 87.96" E 76° 52' 58.4" N	382		
Cristóvão Colombo		29	Barro São João	22° 55' 54.00" E 76° 55' 32.3" N	424	160	
Da Cruz		30	Jardim Nova York	22° 55' 86.40" E 76° 52' 81.4" N	385	294,54	
Da Paz		31	Conjunto Habitacional Doutor Antonio Vilela da Silva	22° 55' 77.82" E 76° 54' 10.3" N	378	2.747,71	2.560 de 08/09/1986
Diogo Junior		32	Barro Santana	22° 55' 87.65" E 76° 55' 83.3" N	394	4.644,58	
Do Ipa		33	Parque Baraúna	22° 55' 04.20" E 76° 54' 54.2" N	343	3.550,00	
Dom Valter Bini		34	Jardim Casa Nova	22° 55' 49.10" E 76° 55' 58.9" N	406	3.837,50	2.748 de 20/07/1982
Dos Desertos Humanos		35	Barro Avançado/Silvius Coraes	22° 56' 00.38" E 76° 56' 72.8" N	384	3.110,58	Lei 5.288 de 28/06/1998
Dos Macões		36	Barro da Saudade	22° 55' 75.82" E 76° 52' 29.6" N	380	607	03 de 01/11/1999
Dos Roldanos		37	Jardim Nova York	22° 55' 89.67" E 76° 52' 51.5" N	387		
Eduardo Pinheiro Lois		38	Conjunto Habitacional Clovis Valentim Piccolotto/Barro Lago Azul	22° 55' 61.23" E 76° 51' 58.1" N	393	657	6.201 de 03/12/2002
Elias Gonçalves Moss		39	Jardim Nova York	22° 55' 82.01" E 76° 52' 40.8" N	387	386,09	033 de 06/11/1995
Elias Nemes Elias		40	Jardim Nova York	22° 55' 81.98" E 76° 52' 40.0" N	380	1.400,00	Lei 52/75
Eládio Pedross		41	Jardim São Rafael	22° 55' 71.30" E 76° 55' 21.1" N	376	4.925,24	Lei 5.631 de 27/09/2000
Emilia Pezeca Russ		42	Jardim das Flores	22° 55' 62.46" E 76° 55' 40.2" N	424	14.764,70	
Ernesto Pedro Paro		43	Conjunto Habitacional Antero Vilela da Silva	22° 55' 71.30" E 76° 56' 13.4" N	376	1.843,38	012 de 19/09/1994
Ernesto Rizer		44	Barro Santana	22° 55' 81.12" E 76° 55' 49.1" N	378	218	078 de 11/11/1991
Espanola dos Ferrelários		45	Barro São Joaquim	22° 55' 84.10" E 76° 55' 51.0" N	384	1.481,33	Lei 5.378 de 18/12/2003
Esprei Prati		46	Via Mendocina	22° 55' 80.13" E 76° 54' 50.2" N	387	1.285,00	Lei 1.960/76
Explicacionista		47	Via Industrial	22° 55' 64.41" E 76° 57' 85.6" N	404	8.800,50	
Fábio Domingos Normann		48	Jardim Nova York	22° 55' 87.65" E 76° 55' 83.3" N	384		Lei 3102 de 06/05/1982
Fernanda Cristina Martins Soares		49	Conjunto Habitacional Hilda Mandragora	22° 56' 01.70" E 76° 54' 97.0" N	379	2.418,00	Lei 5.850 de 14/11/2000
Floresval de Oliveira		50	Conjunto Habitacional João Batista Botelho	22° 56' 20.45" E 76° 54' 67.2" N	378	3.842,23	041 de 04/12/1996
Francisco Gratão		51	Conjunto Habitacional Clovis Valentim Piccolotto	22° 55' 61.23" E 76° 51' 58.1" N	393	1.576,34	Lei 6.261 de 28/04/2003
Francisco Rodrigues Machado		52	Jardim das Palmeiras	22° 55' 49.17" E 76° 55' 32.2" N	413	642	Lei 6.030 de 23/10/2001
Francisco Von Drelias		53	Jardim Novo Umarama	22° 55' 77.06" E 76° 49' 68.8" N	384	3.550,00	1.075 de 17/11/1978
Gea Roca		54	Jardim Planalto	22° 55' 64.41" E 76° 56' 58.4" N	385	1.113,00	
Geremias Lunardi		55	Barro Paraiso	22° 55' 76.22" E 76° 55' 65.4" N	372	120	Lei 1815/62
Getúlio Vargas		56	Centro	22° 55' 61.72" E 76° 55' 25.2" N	399	2.000,00	
Guilherme Góes		57	Centro	22° 55' 61.72" E 76° 55' 25.2" N	399	215,00	Lei 3111 de 19/08/2003
Heitor Augusto dos Santos		58	Jardim Planalto	22° 55' 61.73" E 76° 55' 59.9" N	402	69,54	Lei 5.724 de 13/03/2000
Helena Maria Rodrigues de Lima		59	Barro Guaranhara/Conjunto Habitacional Pedro Parri	22° 55' 47.34" E 76° 53' 76.3" N	393	688,97	Lei 5.637 de 03/11/1999
Hentique de Poli		60	Barro Paraiso	22° 54' 67.61" E 76° 42' 62.6" N	387		048 de 12/08/1991
Hery Pad		61	Jardim Parque Industrial	22° 55' 72.20" E 76° 56' 06.8" N	384	6.595,15	
Hideo Takahama		62	Barro São Vicente	22° 55' 08.06" E 76° 55' 50.8" N	424		Lei 6.203 de 03/12/2002
Hugo Lipe Junior (Olimpico)		63	Barro das Bandeiras	22° 55' 78.94" E 76° 54' 17.9" N	383	560	Lei 1.589/72
Independência		64	Barro Paraiso	22° 55' 74.20" E 76° 56' 31.6" N	384	1.960,00	
Imã Emmeada		65	Jardim Marumá	22° 55' 15.24" E 76° 53' 47.0" N	376	710	2.162/79 de 04/11/1979
Imã Romes Marães		66	Barro Avançado	22° 55' 69.56" E 76° 53' 38.6" N	387	525	2 de 2/3
Isaura de Souza Marques		67	Jardim Itaipema	22° 55' 69.56" E 76° 53' 38.6" N	384	768	Lei 5.705 de 17/02/2000
Itamir Marouli		68	Barro Nova Bonina	22° 55' 82.20" E 76° 52' 58.2" N	394	1.138,81	Lei 5.700 de 17/02/2000
Jacobi Zanoni		69	Barro Morada dos Nobres	22° 55' 54.09" E 76° 52' 08.4" N	387		Lei 5.806 de 21/08/2000
Jamile de Oliveira		70	Jardim Via Alva	22° 55' 64.41" E 76° 55' 37.6" N	399		
João Branco		71	Jardim Jacupira	22° 55' 67.15" E 76° 56' 11.9" N	384		4.410 de 1982
João Flávio de Moraes (Da Paqueta)		72	Jardim Planalto	22° 55' 70.74" E 76° 55' 63.5" N	385	2.025,00	388/75
João Marcolan		73	Barro Paraiso	22° 55' 77.20" E 76° 55' 60.0" N	386		058 de 08/12/1983
João Mateus Mathews		74	Via Santo Antonio de Pádua	22° 55' 64.41" E 76° 54' 67.2" N	387		Lei 6.033 de 03/11/1999
João Pessao		75	Centro	22° 55' 78.68" E 76° 54' 45.9" N	387		Ass 009/31
João Rivaldi		76	Parque Baraúna	22° 55' 04.20" E 76° 54' 54.2" N	387	7.500,00	1.588 de 19/08/1991
João Tereza		77	Jardim Planalto	22° 55' 64.41" E 76° 55' 21.1" N	385	2.265,60	Lei 6.033 de 03/11/1999
João Viol		78	Jardim Guaranhara	22° 55' 54.15" E 76° 53' 75.0" N	387	420	
João Voti		79	Jardim Santana	22° 55' 78.20" E 76° 56' 19.9" N	376		Lei 6.319 de 02/03/2003
João Xavier		80	Jardim Novo Paraiso	22° 55' 71.30" E 76° 56' 11.9" N	390	8.800,00	Lei 5.009 de 19/09/1993
Joãoquin Camargo Ferraz		81	Via Canaã	22° 55' 63.94" E 76° 54' 50.8" N	391	422,5	0848/67 de 10/02/1967
Joãoquin Dibo (19 de Fevereiro)		82	Centro	22° 55' 80.14" E 76° 54' 69.2" N	406	197	Lei 2.041 de 21/12/1977
Joãoquin Lima		83	Jardim das Palmeiras	22° 55' 64.41" E 76° 55' 64.4" N	414	2.130,00	Lei 5.378 de 18/12/2003
Joãoquin Lopes Viana (Pastor)		84	Conjunto Habitacional Eusebio Turini	22° 55' 62.70" E 76° 59' 35.1" N	396		055 de 19/08/1991
Joãoquin Vieira Pinheiro		85	Barro Santana	22° 55' 87.56" E 76° 56' 02.0" N	387	1.635,89	028 de 27/05/1996
Jordão Rosada		86	Conjunto Habitacional Claudionir Dnti	22° 55' 61.60" E 76° 52' 25.3" N	388		Lei 6.210 de 03/12/2002
José Adriano Marry Junior		87	Barro das Bandeiras	22° 55' 78.84" N 76° 52' 83.4" N	378	1.380,00	Lei 1.197 de 22/12/1965
José Azevedo Raziere		88	Barro Avançado	22° 55' 86.04" N 76° 57' 67.8" N	385		045 de 19/10/1992
José Meca Dias		89	Jardim Primavera	22° 55' 89.28" E 76° 57' 47.9" N	399	2.272,00	028 de 22/10/1990
José Olegário Netto		90	Conjunto Habitacional Clovis Valentim Piccolotto/Barro Lago Azul	22° 55' 70.97" E 76° 51' 54.7" N	391	321,16	Lei 5.751 de 09/05/2000
José Osório		91	Jardim Brasília	22° 55' 66.80" E 76° 52' 70.5" N	397	774,3	Lei 6.526 de 09/11/2004
Ladislau de Sousa		92	Barro Paraiso	22° 55' 76.16" E 76° 55' 27.1" N	382	381,5	Lei 5.348 de 20/10/1998
Largo Tridentes		93	Centro	22° 55' 84.20" E 76° 55' 61.2" N	385	74	097 de 27/12/1996
Leandro Mazzini		94	Barro Brasília	22° 55' 84.20" E 76° 55' 07.2" N	385		Lei 5.348 de 20/10/1998
Lino Svesari		95	Jardim Nova York	22° 55' 78.94" E 76° 55' 29.6" N	380		066 de 09/12/1993
Luiz Cabrera		96	Barro Primavera	22° 55' 89.47" E 76° 57' 48.8" N	380	384,26	036 de 03/11/1995
Manoel da Silva Prates		97	Jardim Jussara	22° 55' 69.56" E 76° 53' 75.0" N	387		Lei 5.715
Manoel Joaquim de Souza		98	Barro Rural Prata	22° 54' 41.85" E 76° 38' 21.2" N	387		034 de 05/1991
Manoel Teveser		99	Jardim Nova York	22° 55' 80.02" E 76° 52' 49.4" N	380	131,72	Lei 5.387 de 17/08/1999
Manoel Fátima de Almeida Amaral		100	Jardim Nova York	22° 55' 87.65" E 76° 55' 83.3" N	384	304,22	Lei 5.009 de 19/09/1993
Manoel Yuza Ussu		101	Jardim Nova York	22° 55' 78.94" E 76° 55' 21.1" N	380	1.847,91	058 de 19/08/1991
Maria Helena Rodrigues de Lima		102	Conjunto Habitacional Clovis Valentim Piccolotto/Barro Lago Azul	22° 55' 61.23" E 76° 51' 58.1" N	409	689,97	Lei 5.637 de 03/11/1999
Maria Nereza dos Santos		103	Jardim São Rafael	22° 55' 71.30" E 76° 55' 21.1" N	424		070 de 02/12/1993
Mário Turini		104	Conjunto Habitacional Claudionir Dnti	22° 55' 61.63" E 76° 52' 25.0" N	379	2.860,80	Lei 5.800 de 08/10/1999
Maurício Martins Leite		105	Via São Paulo	22° 55' 84.21" E 76° 53' 61.8" N	387	4.500,00	355/75
Mercedes Moraes Dias Lopes		106	Barro São Joaquim	22° 55' 75.07" E 76° 55' 14.8" N	396	228,46	Lei de 6.204 de 03/12/2002
Milton Machareth		107	Jardim Tui	22° 55' 66.83" E 76° 57' 03.9" N	402	818,14	Lei 5.824 de 06/09/2000
Misael Oko de Oliveira		108	Jardim Novo Umarama	22° 56' 00.34" E 76° 55' 06.6" N	379	60	Lei 6.204 de 03/12/2002
Morseinho Victor Ribeiro Mazze		109	Centro	22° 55' 80.14" E 76° 54' 61.1" N	401	205	Lei 6.760/60 de 23/12/1960
Namélia Pazzek		110	Jardim Planalto/Seta Acimadno	22° 55' 64.41" E 76° 55' 37.6" N	403	2.880,00	473/75 de 19/09/1995
Nani Drego		111	Barro da Saudade	22° 55' 80.18" E 76° 52' 58.5" N	380	1.017,59	068 de 21/10/1991
Nestor Verquezo		112	Conjunto Habitacional Antonio Pagan	22° 55' 60.30" E 76° 56' 72.5" N	396	3.173,77	031 de 26/10/1995
Nessa Senhora do Rosario		113	Barro Nova York	22° 55' 75.98" E 76° 52' 28.4" N	380	655,5	
Novo de Julho		114	Centro	22° 55' 88.21" E 76° 55' 23.1" N	385	268	Ass 050/34
Orlando Ramalho		115	Barro São Joaquim	22° 55' 69.76" E 76° 54' 54.5" N	396	346,5	Lei 0.980/84
Orlando Saladini		116	Jardim Planalto	22° 55' 61.73" E 76°			

01. PRAÇA ABELARDO DA COSTA LOBO

Situa-se no bairro Núcleo Habitacional Castelo Branco, a 392 metros (m) sobre o nível do mar [s.n.m.], em um fundo de vale, cujas proximidades são construções predominantemente residenciais. A vegetação existente constitui-se de: 30%⁴ arbórea, 30% arbustiva e 40% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins. A cobertura do solo é composta por 30% de calçado de concreto, 30% de gramado e 40% de solo nu (Foto 12⁵). Possui bancos, telefone público e uma quadra poliesportiva de areia, coberta por gramado, não adequada ao uso. A praça se encontra em estado de abandono, com qualidade paisagística ruim, não recebendo aparentemente nenhum tipo de limpeza, fiscalização e manutenção, havendo por toda a área presença de entulhos e lixo. Dessa forma, a referida área não representa um atrativo de lazer para a comunidade e, sim, um ponto de insegurança, em especial, pelo fato de ser mal iluminada, como apontam alguns moradores presentes no momento da visita a campo.



Foto 12 – Praça Abelardo da Costa Lobo.
Autor: Mônica Minaki (2006).

02. PRAÇA ALBANO VENTURA

Localiza-se no bairro Jardim Dona Amélia, a 390 m [s.n.m.]. A vegetação existente é espontânea, sendo 100% rasteira, e com cobertura do solo de 100% de gramado, apresentando aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A área não é ocupada, configurando-se, portanto, em uma área vazia, sem a implantação de nenhum tipo de mobiliário urbano e equipamento. (Foto 13).

⁴ As porcentagens referentes, ao porte e densidade da vegetação e cobertura do solo, foram estimadas pela pesquisadora, com o auxílio de um técnico da SOSPE.

⁵ Todas as fotos são de autoria da pesquisadora, tiradas durante o trabalho de campo, realizado em julho de 2006.



Foto 13 – Praça Albano Ventura.

03. PRAÇA ALEXANDRE BIAGI

A 385 m [s.n.m.], encontra-se na área central da cidade, em frente ao Banco do Brasil S/A, próximo a construções predominantemente comerciais. A vegetação existente é exótica, sendo 60% arbustiva, 30% rasteira e 10% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de calçado por pedra portuguesa e 50% de gramado. A praça, cuja forma geométrica apresenta-se triangular, possui bancos, luminárias e telefone público, com qualidade paisagística satisfatória. É muito freqüentada por se localizar no centro da cidade e por possuir um ponto de ônibus em sua área. Seu papel limita-se a um jardim esteticamente apresentável, exercendo função aglutinadora e de ligação das Ruas Campos Sales e Olavo Bilac ao Banco. (Foto 14).



Foto 14 – Praça Alexandre Biagi.

04. PRAÇA ALLAN KARDEK

Encontra-se no bairro Jardim Planalto, setor Paraíso, próximo a construções residenciais, a uma altitude de 389 m [s.n.m.]. Esta praça apresenta certa peculiaridade, já que é dividida pela Rua Alberto Conceição dos Santos. De um lado,

encontra-se o trailer de lanche e, de outro, o bebedouro e os sanitários. Além disso, possui bancos, luminárias, telefone público distribuídos por toda sua área e, também, em uma de suas faces, existe um ponto de ônibus. A vegetação que a compõe é exótica, com 40% de plantas rasteiras, 30% de vegetação arbórea e 30% de arbustivas. (Foto 15). Embora a vegetação esteja em boas condições, o ideal seria a substituição, em alguns pontos da área, de plantas exóticas pelas nativas, de modo que proporcionem maior sombreamento. A cobertura do solo é de 50% de calçado por pedra portuguesa e 50% de gramado. Tanto os aspectos físicos e sanitários da vegetação, quanto a qualidade paisagística e limpeza e conservação da área, encontram-se em estado satisfatório.



Foto 15 – Praça Allan Kardek.

05. PRAÇA ALMIRANTE TAMANDARÉ

Localizada no bairro Jardim Amizade, próximo a construções predominantemente residenciais, a uma altitude de 389 m [s.n.m.]. A vegetação existente na praça é exótica, sendo 80% arbórea e 20% arbustiva, e a cobertura do solo se encontra com 70% de calçado por concreto e 30% de solo nu. A praça possui bancos, bebedouro, luminárias, placa de identificação quebrada, quadra poliesportiva de areia cercada, trailer de lanche e telefone público. (Foto 16). É muito freqüentada por possuir um ponto de ônibus em uma de suas faces e por existir em suas proximidades a E. E. Dr. Clóvis de Arruda Campos. Os aspectos físicos e sanitários da vegetação, a qualidade paisagística e aspecto geral da praça, no que se refere à limpeza e conservação, encontram-se satisfatórios.



Foto 16 – Praça Almirante Tamandaré.

06. PRAÇA ÁLVARO CARVALHO SANTANA

A 406 m [s.n.m.], localizada no bairro Jardim São José, a praça possui vegetação exótica, sendo 10% arbórea, 10% arbustiva e 80% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 80% de gramado, 15% de calçado e 5% de solo nu. A praça possui bancos, luminárias, quadra poliesportiva de areia com presença de gramado, não adequada ao uso, e telefone público. (Foto 17). Tanto a qualidade paisagística quanto os aspectos gerais, no que se refere à limpeza e conservação, encontram-se ruins. A área, visivelmente, apresenta um déficit de vegetação arbórea, o que a torna, em dias ensolarados, pouco atrativa, devido à falta de sombreamento.



Foto 17 – Praça Álvaro Carvalho Santana.

07. PRAÇA ÁLVARO SIQUEIRA

Situada na área central da cidade, próximo a construções predominantemente residenciais, a uma altitude de 424 m [s.n.m.]. A vegetação existente é exótica, 50% arbórea, 40% rasteira e 10% arbustiva, e a cobertura do solo é de 50% de

calçado por concreto e 50% de solo nu. A praça apresenta certa particularidade, já que, ao seu lado, localiza-se a Delegacia de Investigações Gerais (DIG) e, portanto, sua função limita-se a uma área de estacionamento. (Foto 18). Os aspectos físicos e sanitários da vegetação bem como a qualidade paisagística, referentes à limpeza e conservação, encontram-se ruins.



Foto 18 – Praça Álvaro Siqueira.

08. PRAÇA AMÁLIA OLIER REQUENA

Localizada entre os bairros Jardim Aeroporto e Vila Alba, próximo a construções predominantemente comerciais, a uma altitude de 389 m [s.n.m.]. A praça é praticamente vazia, possui apenas banca de revista, 7 bancos, 1 luminária e ponto de ônibus. (Foto 19). A qualidade paisagística, a limpeza e conservação do local se encontram ruins. A vegetação existente é espontânea, sendo 90% rasteira, 5% arbórea e 5% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo se constitui de 90% de gramado e 10% de calçado.



Foto 19 – Praça Amália Olier Requena.

09. PRAÇA ÂNGELO CELLA

A 403 m [s.n.m.], situada no bairro Vila Industrial, próximo a construções residenciais. A vegetação existente é espontânea, com 95% de plantas rasteiras e 5% de arbóreas, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 100% de gramado. A área não possui nenhum mobiliário urbano, apresentando, portanto, qualidade paisagística inexistente. (Foto 20).



Foto 20 – Praça Ângelo Cella.

10. PRAÇA ÂNGELO PRANDO

Situada no bairro Santana, a 387 m [s.n.m], próximo a construções residenciais, em um fundo de vale. A área é ocupada por vegetação espontânea, 100% rasteira, e com cobertura do solo de 100% de gramado. O local não possui nenhum mobiliário urbano ou equipamento. (Foto 21). Na ocasião do trabalho de campo, observou-se a presença de animais pastando na área e crianças soltando pipa.



Foto 21 – Praça Ângelo Prando.

11. PRAÇA ÂNGELO VIOL

A uma altitude de 384 m [s.n.m], encontra-se no bairro Jardim Nova Yorque, em um fundo de vale. Apresenta vegetação espontânea, sendo 95% rasteira e 5% arbórea, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo com 100% de gramado. A área, sob a forma geométrica triangular, não possui nenhum tipo de mobiliário urbano e equipamento; por isso, apresenta qualidade paisagística inexistente. A área não recebe nenhum tipo de manutenção e fiscalização. (Foto 22).



Foto 22 – Praça Ângelo Viol.

12. PRAÇA ANTONIO AUGUSTO SOBRINHO

Localizada no bairro São João, próximo a construções comerciais e residenciais, a 394 m [s.n.m]. Apresenta vegetação exótica, com 70% de vegetação arbórea e 30% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo com 70% de calçado e 30% de gramado. A praça possui como mobiliários e equipamentos urbanos banca de revista, bancos, bebedouro, luminárias, sanitários e telefone público. (Foto 23). A praça é muito freqüentada devido ao ponto de ônibus existente, que mobiliza grande parte da comunidade local.



Foto 23 – Praça Antonio Augusto Sobrinho.

13. PRAÇA ANTONIO FREDERICO OZANAN

Situada em frente ao Departamento Aeroviário Estado de São Paulo (DAESP), no bairro Jardim Aeroporto, a 394 m [s.n.m.]. A vegetação existente é exótica, sendo 50% arbustiva e 50% arbórea, e a cobertura do solo é formada por 100% de gramado, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A praça possui bancos, luminárias e placa de identificação, com qualidade paisagística ruim, já que exerce a função de um canteiro central, separando a entrada do Aeroporto com a Rodovia Olegário Ferraz. (Foto 24).



Foto 24 – Praça Antonio Frederico Ozanan.

14. PRAÇA ANTONIO PANEGOSSO

Encontra-se a 381 m [s.n.m.], no bairro Vicente Luiz Grosso, próximo às construções comerciais e residenciais. A vegetação existente é espontânea, sendo 100% rasteira, e a cobertura do solo apresenta 50% de gramado e 50% de solo nu. A área, no momento do trabalho de campo, estava sendo utilizada como canteiro de obra, uma vez que a rua frontal (Rua Engenheiro Shin Kato) recebia o asfalto. (Foto 25).



Foto 25 – Praça Antonio Panegossi.

15. PRAÇA ANTONIO VILLELA SILVA

A 364 m [s.n.m], localiza-se no bairro Jardim Nova York, predominantemente residencial. A vegetação existente é 40% arbórea e 60% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e a cobertura do solo é de 30% de calçado por pedra portuguesa e de 70% de gramado. Apresenta como mobiliário urbano e equipamento existente bancos, luminárias, trailer de lanche e telefone público, com qualidade paisagística, limpeza e conservação satisfatórias. A praça se encontra sob a forma geométrica triangular, revelando ser uma área de sobra do traçado viário urbano. (Foto 26).



Foto 26 – Praça Antonio Villela Silva.

16. PRAÇA ANTONIO VIOL

Situada a 394 m [s.n.m.], no bairro Bandeirantes, com construções predominantemente comerciais nas proximidades. Apresenta certa peculiaridade, visto que, na área denominada Praça Antonio Viol, encontra-se a EMEF Leonísia de Castro, cujo entorno possui bancos, luminárias e telefone público. (Foto 27). Além disso, em uma de suas faces, há presença de ponto de ônibus. A praça apresenta qualidade paisagística

inexistente e o seu aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, é ruim. A vegetação que compõe o local é exótica, sendo 70% arbórea e 30% arbustiva, e a cobertura do solo é de 100% de calçado por pedra portuguesa.



Foto 27 – Praça Antonio Viol.

17. PRAÇA ARLINDO BRAZ TEIXEIRA

Localizada a 390m [s.n.m.], no bairro Jardim Ipanema. A praça se encontra ao lado do Reservatório Elevado de Água do bairro e, por esse motivo, a área é cercada. A vegetação existente é exótica, sendo 70% rasteira, 20% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários da vegetação ruins, observando-se vários cortes e podas irregulares. A cobertura do solo é composta de 60% de calçado por concreto e 40% de gramado. A praça possui bebedouro e luminárias, com qualidade paisagística ruim, e aspecto referente à limpeza e conservação satisfatório. (Foto 28).



Foto 28 – Praça Arlindo Braz Teixeira.

18. PRAÇA ARMANDO CARLI

Situada no bairro Vila São Paulo, a 393 m [s.n.m.], em uma superfície horizontal. A vegetação existente é exótica, sendo 100% arbórea, e com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é de 60% de calçado por pedra portuguesa e 40% por solo nu. A praça apresenta bancos, pontos d'água, 3 brinquedos e luminárias, com qualidade paisagística satisfatória. (Foto 29).



Foto 29 – Praça Armando Carli.

19. PRAÇA ARMANDO PAGAN

Localizada no bairro Jardim Ipanema, a 390 m [s.n.m.]. A praça não possui nenhum mobiliário urbano, apresentando, portanto, qualidade paisagística inexistente. A vegetação é espontânea, composta por 90% de plantas rasteiras e 10% arbóreas, e aspectos físicos e sanitários satisfatórios. (Foto 30).



Foto 30 – Praça Armando Pagan.

20. PRAÇA ASSIS FERREIRA

A 406 m [s.n.m.], encontra-se no bairro Jardim Vila Alba, com vegetação espontânea. O porte e densidade da vegetação são de 95% de plantas rasteiras e 5% de arbustivas, com cobertura do solo de 100% de gramado. A praça não foi implantada; por isso, apresenta qualidade paisagística inexistente. (Foto 31).

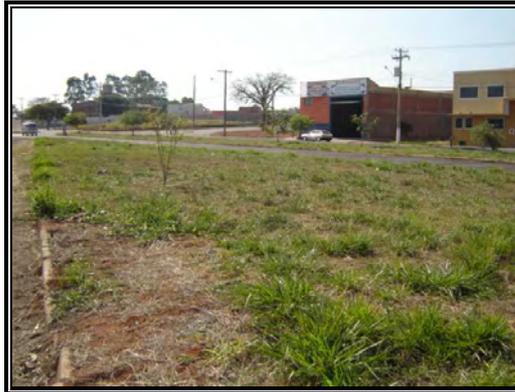


Foto 31 – Praça Assis Ferreira.

21. PRAÇA BEZERRA DE MENEZES (DOUTOR)

Situa-se no bairro Vila Panorama, com construções residenciais nas proximidades, a 385 m [s.n.m.], em uma superfície horizontal. A vegetação existente é exótica, 10% arbórea e 90% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de calçado e 50% de solo nu. Possui como mobiliários urbanos e equipamentos: bancos, brinquedos, luminárias, quadra poliesportiva de areia e telefone público, apresentando qualidade paisagística satisfatória. (Foto 32).

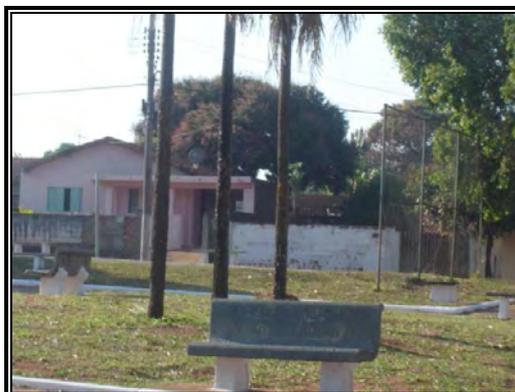


Foto 32 – Praça Bezerra de Menezes (Doutor).

22. PRAÇA CACIQUE VALVIN

Está localizada no bairro Bandeira, próximo a residências, ao lado de um Reservatório Elevado de Água que abastece o bairro, a uma altitude de 385 m [s.n.m.]. A vegetação existente é exótica, sendo 70% arbórea e 30% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários ruins. A cobertura do solo é de 50% de calçado por pedra portuguesa e 50% de solo nu. A praça possui bancos, luminárias e telefone público, apresentando qualidade paisagística ruim. (Foto 33). Na ocasião do trabalho de campo, a praça estava suja, com presença de folhas secas e lixo.



Foto 33 – Praça Cacique Valvin.

23. PRAÇA CARLOS RIGAMONTI

Situada no bairro da Saudade, a 388 m [s.n.m.], em uma superfície horizontal, próximo a construções comerciais. A vegetação existente é exótica, 100% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 95% de solo nu e 5% de calçado. A praça, sob a forma geométrica triangular, possui bancos e luminárias com qualidade paisagística ruim. (Foto 34).



Foto 34 – Praça Carlos Rigamonti.

24. PRAÇA CARLOS SOARES DE CASTRO

A 389 m [s.n.m.], localizada no bairro Jardim TV, com construções residenciais em sua proximidade. A vegetação existente é exótica, sendo 60% rasteira, 30% arbórea e 10% arbustiva, e a cobertura do solo se encontra com 50% de calçado por pedra portuguesa e 50% de gramado. A praça possui bancos, luminárias, trailer de lanche e sanitários. (Foto 35). Apresenta aspectos físicos e sanitários da vegetação e qualidade paisagística satisfatórios. Na ocasião do trabalho de campo, observou-se a utilização da área por idosos que jogavam baralho.



Foto 35 – Praça Carlos Soares de Castro.

25. PRAÇA CÉLIO DEODATO

Localizada no bairro Jardim Iporã, a 391 m [s.n.m.], em um fundo de vale, próximo a construções residenciais. Apresenta vegetação espontânea, sendo 100% rasteira, e cobertura do solo de 100% de gramado. A área não possui nenhum tipo de mobiliário urbano e equipamento, com qualidade paisagística e aspectos referentes à limpeza e conservação inexistentes. A referida praça é utilizada pela comunidade como área de pastagem e depósito de entulhos e lixos. Cabe a ressalva de que esse setor do bairro ainda não possui pavimentação. (Foto 36).



Foto 36 – Praça Célio Deodato.

26. PRAÇA CHARLES MULLER

Área que consta como praça pública, mas que se trata de uma chácara de passeio. (Fotos 37, 38, 39 e 40). Localizada no bairro Conjunto Habitacional Vicente Grosso, possui brinquedos, campo de futebol e casas. A vegetação existente é espontânea e exótica, sendo 80% rasteira e 20% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios.



Foto 37 – Entrada da Praça Charles Muller.



Foto 38 – Vegetação existente na Praça Charles Muller.



Foto 39 – Área de recreação e lazer da Praça Charles Muller.



Foto 40 – Campo de futebol da Praça Charles Muller.

27. PRAÇA CLEMÊNCIA MARIA DE JESUS

Localizada entre os bairros Núcleo Habitacional Castelo Branco e Aviação, a 394 m [s.n.m], com vegetação exótica, sendo 50% da vegetação arbórea e 50% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários ruins. A cobertura do solo é composta por 20% de calçado por concreto e 80% de solo nu. A praça possui bancos, luminárias e quadra poliesportiva de vôlei de areia; no entanto, apresenta qualidade paisagística, limpeza e conservação consideradas ruins. (Foto 41). Moradora revela que a comunidade ainda tenta conservá-la e utilizá-la, especialmente, em período de quermesse.



Foto 41 – Praça Clemência Maria de Jesus.

28. PRAÇA CRISTIANA DOS SANTOS DIAS

Área semelhante a um canteiro central, com forma geométrica retangular, a 362 m [s.n.m.], em uma superfície horizontal, no bairro Jardim Nova York. A praça possui vegetação exótica, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, sendo que 30% da vegetação é arbustiva e 70% rasteira. A cobertura do solo é de 30% de calçado por concreto e 70% de gramado. A praça possui bancos e luminárias com qualidade paisagística e aspecto geral, referente à limpeza e conservação, satisfatório. (Foto 42).



Foto 42 – Praça Cristiana dos Santos Dias.

29. PRAÇA CRISTOVAN COLOMBO

A 424 m [s.n.m.], situa-se no bairro São João, próximo a construções comerciais. A praça apresenta vegetação exótica, sendo 50% arbórea, 40% rasteira e 10% arbustiva. A cobertura do solo é de 50% de gramado, 40% de solo nu e 10% de calçado por pedra portuguesa. O local possui bancos, placa de identificação e telefone público, com qualidade paisagística e limpeza e conservação ruins. (Foto 43). Apesar de a área se localizar na Rua Marechal Deodoro, que dá acesso à área central da cidade, a praça é pouco utilizada e freqüentada.



Foto 43 – Praça Cristovan Colombo.

30. PRAÇA DA CRUZ

Situada a 385 m [s.n.m.], no bairro Jardim Nova Yorque, com construções predominantemente residenciais em sua proximidade. A área assemelha-se a um canteiro

central, sob a forma geométrica retangular, que exerce a função de separar a Rua Candido Portinari. Apresenta vegetação exótica, 90% rasteira e 10% arbustiva, e aspectos físicos e sanitários ruins. A cobertura do solo é de 70% de calçado por concreto e 30% de gramado. A área possui somente 8 bancos e 2 luminárias, com a qualidade paisagística ruim. (Foto 44).



Foto 44 – Praça da Cruz.

31. PRAÇA DA PAZ

Encontra-se no bairro Conjunto Habitacional Antonio Villela Silva, a 378 m [s.n.m.], com vegetação espontânea, sendo 95% rasteira e 5% arbórea. A cobertura do solo divide-se em 90% de gramado e 10% de solo nu. A área é ocupada por um campo de futebol, com presença de entulho e lixo, apresentando, portanto, qualidade paisagística ruim. (Foto 45).



Foto 45 – Praça da Paz.

32. PRAÇA DIOGO JÚNIOR

Localizada no bairro Santana, exerce a função de um canteiro central que separa a Rua Aviação da Rua Vereador Silva Grota. Esse canteiro central traz consigo certa particularidade, já que é composto por três praças seguidas, que são: Irmã Romea Marcus, Joaquim Vieira Pinheiro e Diogo Júnior. A 394 m [s.n.m.], possui vegetação exótica –70% arbórea, 20% rasteira e 10% arbustiva –, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo encontra-se com 30% de calçado por pedra portuguesa, 20% de solo nu e 50% de gramado. O local comporta ainda banca de revista, bancos, luminárias, placa de identificação e trailer de lanche conservado e utilizado, com qualidade paisagística satisfatória. (Foto 46). No que se refere à limpeza e conservação, a área apresenta-se em estado satisfatório, visto que, na ocasião do trabalho de campo, havia funcionários municipais varrendo as folhas e formando montes para depois serem recolhidos, realizando, portanto, a manutenção da praça.



Foto 46 – Praça Diogo Júnior.

33. PRAÇA DO IPÊ

Situada no bairro Parque Baguaçu, a 343 m [s.n.m.], próximo a construções tanto comerciais quanto residenciais. A vegetação existente é espontânea, sendo 90% rasteira e 10% arbórea. A cobertura do solo é composta por 100% de gramado, apresentando aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A área não é ocupada e se encontra cercada. (Foto 47).



Foto 47 – Praça do Ipê.

34. PRAÇA DOM WALTER BINI

Encontra-se no bairro Casa Nova, a 409 m [s.n.m.], com construções residenciais em sua proximidade. A vegetação existente é exótica, sendo 90% rasteira e 10% arbórea, e a cobertura do solo é composta por 50% de gramado e 50% de calçado por pedra portuguesa. A praça possui bancos, bebedouro, luminárias, sanitários e trailer de lanche. Apresenta aspectos físicos e sanitários da vegetação satisfatórios. Já no que se refere à qualidade paisagística, limpeza e conservação, o mesmo não pode ser dito, pois a praça se encontra em um estado ruim. (Foto 48).



Foto 48 – Praça Dom Walter Bini.

35. PRAÇA DOS DIREITOS HUMANOS

A praça é destinada ao uso esportivo, com duas quadras poliesportivas (uma de vôlei de areia e outra de futebol de salão) e bebedouro. (Foto 49). Localiza-se entre os bairros Aviação e Silvio Correa, a 394 m [s.n.m.], com construções residenciais em sua proximidade. A vegetação existente é espontânea e exótica, sendo 50% rasteira e 50% arbórea, e a cobertura do solo é composta por 50% de calçado de concreto, 40% de solo nu

e 10% de gramado. Tanto a qualidade paisagística quanto os aspectos físicos e sanitários da vegetação foram classificados como satisfatórios.



Foto 49 – Praça dos Direitos Humanos.

36. PRAÇA DO MAÇON

A 360 m [s.n.m], situada no bairro da Saudade, com construções residenciais ao seu redor, numa superfície horizontal. Apresenta vegetação exótica, com 50% de vegetação arbórea, 40% de rasteira e 10% de arbustiva. A cobertura do solo é composta por 50% de calçado com bloquetes e 50% de gramado. A praça possui bancos, luminárias e placa de identificação, com qualidade paisagística, aspectos físicos e sanitários da vegetação, limpeza e conservação considerados satisfatórios. (Foto 50).



Foto 50 – Praça do Maçon.

37. PRAÇA DOS ROTARIANOS

Localiza-se no bairro Jardim Nova Yorque – cujas construções, nas proximidades, são residenciais –, a uma altitude de 357 m [s.n.m]. A vegetação existente na área é nativa e exótica, composta por 70% de vegetação arbórea, 25% de arbustiva e 5% de

rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo apresenta 50% de calçado por pedra portuguesa, 25% de solo nu e 25% de gramado. Possui como mobiliário urbano e equipamentos bancos, bebedouro, brinquedos, luminárias e placa de identificação, com qualidade paisagística, limpeza e conservação consideradas satisfatórias. (Foto 51).



Foto 51 – Praça dos Rotarianos.

38. PRAÇA EDUARDO PINHEIRO LOIS

Situada entre os bairros Lago Azul e Conjunto Habitacional Clovis Valentin Piccolotto, a 393 m [s.n.m], apresenta vegetação espontânea, sendo 100% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 100% de gramado. A área não possui nenhuma ocupação. A qualidade paisagística e o aspecto geral, referentes à limpeza e conservação, são inexistentes. (Foto 52).



Foto 52 – Praça Eduardo Pinheiro Lois.

39. PRAÇA ELIAS GONÇALVES MOTA

A forma geométrica retangular da área revela a semelhança com um canteiro central. Encontra-se no bairro Jardim Nova Yorque, a 357 m [s.n.m.], em um fundo de vale. Possui vegetação exótica, sendo 90% arbórea e 10% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 50% de calçado e 50% de solo nu. A praça possui bancos e luminárias, com qualidade paisagística e aspecto geral, referente à limpeza e conservação, ruins. (Foto 53).



Foto 53 – Praça Elias Gonçalves Mota.

40. PRAÇA ELIAS NEMER ELIAS

A 360 m [s.n.m], localizada no bairro Jardim Nova Yorque, apresenta vegetação exótica, sendo 10% arbórea e 90% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 80% de gramado e 20% de calçado de pedra portuguesa. A praça tem como mobiliário urbano e equipamentos bancos, luminárias e telefone público, com qualidade paisagística ruim. (Foto 54). É freqüentada devido ao ponto de ônibus localizado em uma de suas faces. Além disso, é uma área que apresenta certa peculiaridade, já que possui, em seu centro, um Reservatório Elevado de Água responsável por abastecer o bairro, mas que está em condições de vazamento devido a rachaduras em sua parede revestida. Na edição noturna do dia 31/07/2006, do Jornal TV TEM, a polêmica instaurada na área foi ao ar, revelando a insatisfação de moradores. A reclamação se refere ao comprometimento do abastecimento de água, uma vez que a capacidade de armazenamento é de 27 m³, dos quais são utilizados apenas 15 m³ para evitar maiores vazamentos, sendo normal a falta de água durante um período do dia. Ainda segundo o noticiário, o problema ocorre há seis anos, e, segundo o Departamento de Água e Esgoto (DAE), a culpa seria da construtora CAIMA (localizada em Presidente Prudente),

que realizou a construção do reservatório. No entanto, a construtora alega que o DAE solicitou o serviço de reparo quando as rachaduras haviam tomado proporções irreversíveis.



Foto 54 – Praça Elias Nemer Elias.

41. PRAÇA ELPÍDIO PEDROSO

Situada a 376 m [s.n.m.], no bairro São Rafael. Apresenta vegetação espontânea, sendo 100% rasteira (100% de gramado), com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A praça encontra-se sem nenhum mobiliário urbano, possuindo apenas um ponto de ônibus; portanto, possui qualidade paisagística inexistente. (Foto 55).



Foto 55 – Praça Elpídio Pedroso.

42. PRAÇA EMILIA PEZZICA RUAS

A praça não possui mobiliário urbano. Localizada a uma altitude de 424 m [s.n.m.], no bairro Jardim das Flores, apresenta vegetação espontânea, sendo 100% rasteira (com 100% de gramado), e aspectos físicos e sanitários satisfatórios. (Foto 56).



Foto 56 – Praça Emilia Pezzica Ruas.

43. PRAÇA ERNESTO PEDRO PARO

A uma altitude de 376 m [s.n.m.], encontra-se no bairro Conjunto Habitacional Antonio Villela Silva, com vegetação exótica, sendo 70% rasteira, 30% arbustiva e 10% arbórea, e aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A praça possui bancos, luminárias, telefone público e uma de suas faces é um ponto de ônibus. Apresenta qualidade paisagística satisfatória e, quanto ao aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, encontra-se em estado ruim. (Foto 57).



Foto 57 – Praça Ernesto Pedro Paro.

44. PRAÇA ERNESTO RISTER

Localiza-se no bairro Santana, a 378 m [s.n.m], com construções predominantemente residenciais em sua proximidade. A vegetação existente é exótica, com 15% de vegetação arbórea, 15% de arbustiva e 70% de rasteira, apresentando aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A forma geométrica da praça pública é triangular, revelando a área como sobra do traçado viário urbano que separa a Avenida João Arruda Brasil da Rua Ancelmo Manareli e da Avenida do Fico. Como mobiliários urbanos e equipamentos, a

área possui bancos, lixeiras e luminárias, com qualidade paisagística satisfatória. (Foto 58). No entanto, a limpeza e a conservação da praça se encontram ruins, com lixos residenciais jogados no gramado. A cobertura do solo apresenta-se em 30% de calçado por pedra portuguesa e 70% de gramado.



Foto 58 – Praça Ernesto Rister.

45. PRAÇA ESPLANADA DOS FERROVIÁRIOS

Encontra-se no bairro São Joaquim, a 397 m [s.n.m], cujas proximidades são ocupações comerciais. Apresenta vegetação espontânea, sendo 100% rasteira, e cobertura do solo de 90% de gramado e 10% de calçado por concreto. Possui bancos, luminárias, trailer de lanche e telefone público, além de um Reservatório Elevado de Água em sua área, responsável por abastecer o bairro. (Foto 59). No que se refere à qualidade paisagística, à limpeza e conservação da praça, estas se apresentam ruins. A praça possui ainda o Cruzeiro Cem Anos, conhecido por ter abrigado relíquias históricas de Araçatuba que serão trazidas à tona 100 anos após terem sido enterradas. A praça, por esse motivo, é tombada, sendo patrimônio histórico público.



Foto 59 – Praça Esplanada dos Ferroviários.

46. PRAÇA ETORE PROTTI

A uma altitude de 387 m [s.n.m], situa-se no bairro Vila Mendonça, com construções residenciais em suas proximidades. A vegetação existente é exótica, 70% arbórea e 30% rasteira, apresentando aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A praça possui bancos, luminárias, trailer de lanche, sanitários e telefone público, com qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, satisfatórios. (Foto 60).



Foto 60 – Praça Etores Protti.

47. PRAÇA EXPEDICIONÁRIOS

É ocupada apenas por um campo de futebol e possui bebedouro. Localiza-se no bairro Vila Industrial, a 403 m [s.n.m.]. A vegetação existente é espontânea, sendo 95% rasteira e 5% arbustiva, e a cobertura do solo é de 100% de gramado, com aspectos físicos e sanitários da vegetação satisfatórios. A qualidade paisagística, a limpeza e conservação do local, no entanto, encontram-se em um estado ruim. (Foto 61).



Foto 61 – Praça Expedicionários.

48. PRAÇA FÁBIO DOMICIANO NORMANHA

Situa-se no bairro Jardim Nova York, a 364 m [s.n.m], com vegetação exótica 100% arbórea, cujos aspectos físicos e sanitários se apresentam ruins, com árvores mal podadas, galhos secos e presença de pragas. A praça é coberta por 40% de calçado de concreto e 60% de solo nu. Possui bancos, luminárias, placa de identificação e telefone público, com qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, ruins. (Foto 62). Na ocasião do trabalho de campo, observou-se que a área estava muito suja e várias podas estavam incorretas.

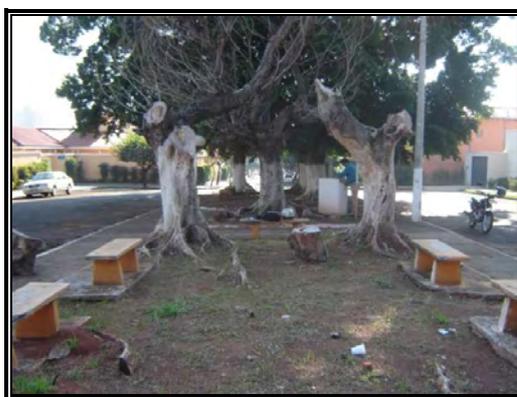


Foto 62 – Praça Fábio Domiciano Normanha.

49. PRAÇA FERNANDA C. MARTINS SOARES

Localiza-se no bairro Hilda Mandarin, a 379 m [s.n.m.], com construções residenciais em suas proximidades. Apresenta vegetação exótica, sendo 10% arbórea, 30% arbustiva e 60% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de calçado e 50% de gramado. A praça possui bancos, bebedouro, 3 brinquedos, luminárias, placa de identificação, quadra poliesportiva de areia, trailer de lanche e telefone público, com qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, satisfatórios. (Foto 63).



Foto 63 – Praça Fernanda C. Martins Soares.

50. PRAÇA FLORISVAL DE OLIVEIRA

A 378 m [s.n.m.], encontra-se no bairro Conjunto Habitacional João Batista Botelho, próximo a construções residenciais. A área está vazia – ou seja, não é ocupada –, e apresenta vegetação espontânea, sendo 90% rasteira e 10% arbórea. A cobertura do solo é de 50% de solo nu e 50% de gramado. (Foto 64).



Foto 64 – Praça Florisval de Oliveira.

51. PRAÇA FRANCISCO GRATÃO

Encontra-se no bairro Conjunto Habitacional Clovis Valentin Piccolotto, a 393 m [s.n.m], próximo a construções predominantemente residenciais. A praça apresenta vegetação exótica, sendo 50% arbórea e 50% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários ruins. No que se refere à cobertura do solo, tem-se 5% de calçado por concreto e 95% de solo nu. Esta praça recebe uma ocupação peculiar, realizada pelos próprios moradores do bairro, com bancos de madeira e balanço feito de corda, já que a área não oferece atrativos de lazer, mobiliários e equipamentos urbanos. Ela tem, portanto, qualidade paisagística e aspecto geral, ligado à limpeza e conservação, ruins. (Foto 65).



Foto 65 – Praça Francisco Gratão.

52. PRAÇA FRANCISCO RODRIGUES MACEDO

A uma altitude de 413 m [s.n.m.], localiza-se no bairro Jardim Palmeira, próximo a construções comerciais e residenciais. A vegetação existente na praça é exótica, sendo 90% rasteira e 10% arbórea, com aspectos físicos e sanitários ruins. A cobertura do solo se encontra com 50% de solo nu e 50% de gramado. A praça não possui nenhum tipo de mobiliário urbano; portanto, a qualidade paisagística é inexistente. A área apresenta certa peculiaridade, já que foi uma praça e, atualmente, exerce a função de canteiro de construção. Sua mudança e realocação foram necessárias para que ocorresse a duplicação da Rodovia Eliezer Montenegro Magalhães, evitando, assim, o número de acidentes que são freqüentes naquele local. (Foto 66).



Foto 66 – Praça Francisco Rodrigues Macedo.

53. PRAÇA FRANCISCO VON DREIFUS

Situada no bairro Novo Umuarama, com construções residenciais em sua proximidade, a 384 m [s.n.m.]. Comporta vegetação espontânea e exótica, com 30% de vegetação arbórea e 70% de vegetação rasteira, e cobertura do solo com 100% de solo nu.

Esta praça possui uma edificação institucional, o Centro Comunitário Santa Luzia, além de bancos, sanitários e telefones públicos. (Foto 67). Não apresenta iluminação e sua forma geométrica é triangular, podendo ser considerada área de sobra do traçado viário urbano. A área se encontra com aspectos físicos e sanitários da vegetação, qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, ruins.



Foto 67 – Praça Francisco Von Dreifus.

54. PRAÇA GENI RICO

Localizada no Jardim Planalto, a 389 m [s.n.m.], próximo a ocupações comerciais. Dentro da praça, encontra-se a Capela Funerária Municipal. A vegetação existente é exótica: 60% arbórea, 35% rasteira e 5% arbustiva. A cobertura do solo se encontra com 50% de calçado, 40% de gramado e 10% de solo nu. Possui bancos, bebedouro, lixeiras, luminárias e telefone público. (Foto 68). Tanto os aspectos físicos e sanitários da vegetação, quanto a qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, apresentam-se satisfatórios.



Foto 68 – Praça Geni Rico.

55. PRAÇA GEREMIAS LUNARDELLI

A 377 m [s.n.m.], localizada no bairro Paraíso, cujas construções nas proximidades são residenciais. Possui vegetação exótica, sendo 60% arbórea, 30% rasteira e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo com 50% calçado e 50% gramado. Esta praça mostra-se bem cuidada, apresentando bancos e luminárias, já que recebe a manutenção da Multi Cartuchos. A área é freqüentada, principalmente, por existir nela ponto de ônibus. (Foto 69).



Foto 69 – Praça Geremias Lunardelli.

56. PRAÇA GETÚLIO VARGAS

Localizada na área central da cidade, a 399 m [s.n.m.], próximo às construções comerciais. A vegetação existente é exótica, sendo 80% rasteira e 20% arbórea, e os aspectos físicos e sanitários se encontram ruins, com cortes e podas irregulares. Quanto à cobertura do solo, esta é composta por 50% de calçado de pedra portuguesa e 50% de gramado. A praça possui banca de revista, bancos e estátua, embora a qualidade paisagística seja ruim. (Foto 70).



Foto 70 – Praça Getúlio Vargas.

57. PRAÇA GUIDO GABAS

A uma altitude de 386 m [s.n.m.], em uma superfície horizontal, encontra-se na área central da cidade. A forma geométrica da área é triangular, não sendo ocupada por nenhum mobiliário urbano, portanto, exercendo a função de uma rotatória que interliga a Rua do Fico à Avenida dos Araçás. A vegetação existente é exótica, sendo 90% rasteira e 10% arbórea, e a cobertura do solo é de 100% de gramado. Os aspectos físicos e sanitários da vegetação se encontram satisfatórios e, quanto à qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, também se apresentam satisfatórios. (Foto 71).



Foto 71 – Praça Guido Gabas.

58. PRAÇA HEITOR AUGUSTO DOS SANTOS

Situada no bairro Jardim Planalto, a 403 m [s.n.m.], com construções comerciais e residenciais em suas proximidades. A vegetação existente é exótica, 90% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários da vegetação satisfatórios. A cobertura do solo é formada por 90% de solo nu e 10% de calçado de concreto. A praça não possui nenhum mobiliário e equipamento urbano, com qualidade paisagística inexistente. (Foto 72).



Foto 72 – Praça Heitor Augusto dos Santos.

59. PRAÇA HELENA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Localiza-se entre os bairros Guanabara e Conjunto Habitacional Pedro Pierri, próximo a construções residenciais, a 392 m [s.n.m], em um fundo de vale. Apresenta vegetação espontânea, 100% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura de solo de 100% de gramado. A área não é ocupada, com qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, inexistentes. A praça encontra-se totalmente abandonada, sendo utilizada para diversos fins que não atendem a função para a qual foi destinada. Serve como local de depósitos de lixo e entulhos. (Foto 73).



Foto 73 – Praça Helena Maria Rodrigues de Lima.

60. PRAÇA HENRIQUE DE POLI

Situada no bairro da Pratinha, a 367 m [s.n.m.], em frente à Igreja Católica do bairro. A vegetação existente é espontânea, sendo 95% rasteira e 5% arbórea, com aspectos físicos e sanitários ruins. O local possui bancos, luminárias e placa de identificação, com qualidade paisagística ruim. Ao lado da praça, encontram-se barracões, onde se realizam, normalmente, as comemorações de datas festivas. (Foto 74).



Foto 74 – Praça Henrique de Poli.

61. PRAÇA HENRY FORD

Encontra-se a 424 m [s.n.m.], no bairro Jardim Parque Industrial, em uma superfície horizontal. A vegetação existente é espontânea, 100% rasteira, e a cobertura do solo é formada por 90% de solo nu e 10% de gramado. A praça, sob a forma geométrica triangular, não recebe nenhum tipo de mobiliário urbano, apresentando, na área, apenas entulho e lixo, principalmente, pelo fato de a Rodovia Eliezer Montenegro Magalhães estar sendo duplicada no momento da realização do trabalho de campo. (Foto 75).



Foto 75 – Praça Henry Ford.

62. PRAÇA HIDEO TAKAHAMA

A uma altitude de 382 m [s.n.m.], encontra-se próximo a construções residenciais, no bairro São Vicente. A praça apresenta vegetação exótica, sendo 100% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 30% de calçado por pedra portuguesa e 70% de solo nu. Possui como mobiliário e equipamento urbano 3 bancos, luminária e placa de identificação. A praça apresenta a forma geométrica triangular. (Foto 76).



Foto 76 – Praça Hideo Takahama.

63. PRAÇA HUGO LIPPE JÚNIOR (OLIMPICA)

Esta área é utilizada pelas Auto-Escolas nas provas de habilitação, já que se trata de dois canteiros centrais que separam a Rua Fernando Costa, em frente ao Estádio Municipal “Adhemar de Barros”. (Foto 77). A 393 m [s.n.m.], situada no bairro Jardim Bandeiras, apresenta vegetação exótica, sendo 70% arbórea e 30% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 95% de calçado por pedra portuguesa e 5% de gramado. A praça possui bancos, lixeiras e luminárias, com qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, ruins.



Foto 77 – Praça Hugo Lippe Júnior (Olímpica).

64. PRAÇA INDEPENDÊNCIA

Localiza-se a 389 m [s.n.m.], no bairro Paraíso, em uma superfície horizontal. A vegetação existente é exótica, com 40% de plantas rasteiras, 30% de arbóreas e 30% de arbustivas; já a cobertura do solo é composta por 50% de calçado de pedra portuguesa e 50% de gramado. A praça possui bancos, bebedouro, luminárias, trailer de lanche, sanitários e telefone público. (Foto 78). Tanto os aspectos físicos e sanitários da

vegetação, quanto a qualidade paisagística, encontram-se satisfatórios; apenas o aspecto geral, como limpeza e conservação, apresenta-se ruim. Esta praça é muito freqüentada por concentrar em seu entorno o comércio em geral.



Foto 78 – Praça Independência.

65. PRAÇA IRMÃ ESMERALDA

Área que exerce a função de um canteiro central, a 393 m [s.n.m.], situada no bairro Morumbi. A vegetação existente é exótica, sendo 70% arbórea e 30% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 70% de gramado e 30% de calçado de concreto. A praça possui apenas luminárias, com qualidade paisagística inexistente. (Foto 79).



Foto 79 – Praça Irmã Esmeralda.

66. PRAÇA IRMÃ ROMEA MARQUEZ

Localizada no bairro Santana, exerce a função de um canteiro central que separa a Rua Aviação da Rua Vereador Silva Grotta. Esse canteiro central apresenta certa particularidade, uma vez que é composto por três praças seguidas, que são: Irmã Romea

Marcus, Joaquim Vieira Pinheiro e Diogo Júnior. A 367 m [s.n.m.], encontra-se no bairro Aviação, próximo às construções residenciais. A vegetação existente é 90% rasteira, 5% arbórea e 5% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é de 100% de gramado, com qualidade paisagística ruim, possuindo apenas 3 bancos, lixeiras e luminárias. (Foto 80).



Foto 80 – Praça Irmã Romea Marquez.

67. PRAÇA ISAURA DE SOUZA MARQUES

Situada no bairro Jardim Icaray, a 359 m [s.n.m.], apresenta vegetação espontânea, sendo 100% rasteira, e cobertura do solo de 100% de gramado, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A área, sob a forma geométrica de um triângulo, não possui nenhum tipo de ocupação. (Foto 81).

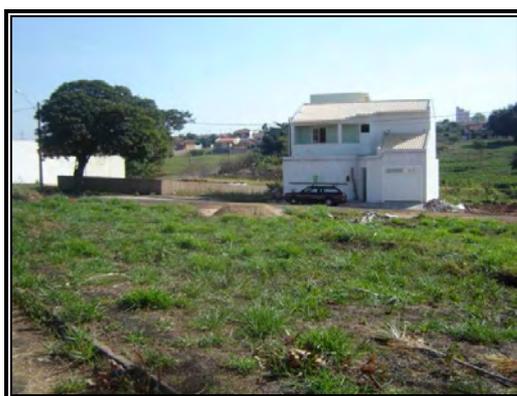


Foto 81 – Praça Isaura de Souza Marques.

68. PRAÇA ISMAEL MANSOUR

A 394 m [s.n.m.], encontra-se no bairro Água Branca, próximo a construções residenciais. A vegetação é espontânea, sendo 70% rasteira e 30% arbórea, e

a cobertura do solo é de 100% de gramado, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A praça possui apenas um campo de futebol, com qualidade paisagística ruim, recebendo em sua área entulhos e lixo. (Foto 82).



Foto 82 – Praça Ismael Mansour.

69. PRAÇA JACOB ZANOM

Área não ocupada, situada no bairro Morada dos Nobres, a 395 m [s.n.m.], próximo às construções residenciais. Apresenta vegetação espontânea, sendo 100% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 100% de gramado. (Foto 83).



Foto 83 – Praça Jacob Zanom.

70. PRAÇA JAIME DE OLIVEIRA

Encontra-se a 399 m [s.n.m.], no bairro Vila Mendonça. Apresenta vegetação exótica, sendo 70% arbórea e 30% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 60% de calçado de pedra portuguesa e 40% de solo nu. Possui bancos, bebedouro, chafariz ou fonte luminosa (sem

funcionamento), 2 latões de lixo, 3 luminárias e 2 sanitários. (Foto 84). Pelo fato de a área possuir ponto de ônibus e se localizar em frente à Santa Casa (daí o motivo de ser conhecida como Praça da Santa Casa), o local é muito freqüentado, apresentado qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, satisfatórios. Além disso, em uma de suas faces (em frente à Santa Casa), há inúmeras barracas de alimentação e vendas de artesanatos, o que promove um maior movimento. Na ocasião do trabalho de campo, funcionários municipais estavam limpando a praça.



Foto 84 – Praça Jaime de Oliveira.

71. PRAÇA JOÃO BRANCO

Localizado no bairro Jacutinga, a 367 m [s.n.m.]. A vegetação é espontânea, sendo 100% rasteira, e a cobertura do solo é de 70% de calçado e 30% de gramado, com aspectos físicos e sanitários ruins. A praça está em frente à igreja católica do bairro, e possui bancos, luminárias, placa de identificação, sanitários e telefone público. Ao lado da praça, encontram-se barracões utilizados pela comunidade em dias festivos. (Foto 85).



Foto 85 – Praça João Branco.

72. PRAÇA JOÃO FLÁVIO DE MORAES (DA PAINEIRA)

A 389 m [s.n.m.], no bairro Jardim Planalto, com construções comerciais em sua proximidade. A vegetação existente é exótica, com 50% de plantas arbóreas, 40% de rasteiras e 10% de arbustivas. A cobertura do solo se encontra em 50% de calçado por pedra portuguesa e 50% de gramado. A praça possui banca de revista, bancos, luminárias, trailer de lanche, sanitários e telefone público. (Foto 86). Apresenta aspectos físicos e sanitários da vegetação e qualidade paisagística satisfatórios. No entanto, o aspecto geral, ligado à limpeza e conservação, encontra-se em estado ruim. A praça é muito freqüentada, já que dá acesso ao comércio do bairro.



Foto 86 – Praça João Flávio de Moraes (da Paineira).

73. PRAÇA JOÃO MARDEGAN

A praça, que possui a forma geométrica triangular, serve como área de acesso ao SENAC, daí sua função quase exclusiva de jardim ornamental. A 396 m [s.n.m.], situa-se no bairro Paraíso, próximo a construções comerciais. Apresenta vegetação exótica, sendo 70% rasteira, 20% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo com 80% de gramado e 20% de calçado por concreto. A praça possui apenas lixeiras, luminária, telefone público e trailer de alimentação. (Foto 87).



Foto 87 – Praça João Mardegan.

74. PRAÇA JOÃO MARTINE MATHEUS

Área preservada pelo Bar e Restaurante L'Equipe, encontra-se no bairro Vila Santo Antônio de Pádua, a 392 m [s.n.m.], em uma superfície horizontal. A vegetação existente é exótica, sendo 90% rasteira, 5% arbórea e 5% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é de 100% de gramado e a área não possui nenhum tipo de mobiliário urbano. (Foto 88).



Foto 88 – Praça João Martine Matheus.

75. PRAÇA JOÃO PESSOA

Localizada na área central da cidade, a 387 m [s.n.m.]. Esta praça, apesar de possuir em seu centro um Reservatório Elevado de Água, atende a diversas funções. Possui bancos, bebedouro, brinquedos, lixeiras, luminárias, quiosque fixo de alimentação e telefone público, com qualidade paisagística satisfatória. (Fotos 89 e 90). A vegetação existente é exótica, sendo 50% arbórea, 40% rasteira e 10% arbustiva. A cobertura do solo é de 50% de calçado por pedra portuguesa, 40% de gramado e 10% de solo nu. É uma praça que recebe constantemente fiscalização e manutenção, sendo muito utilizada pela

população. Segundo trabalhadores do Setor de Obras (SOSP), a área representa a praça mais bem planejada da cidade.



Foto 89 – Praça João Pessoa.



Foto 90 – Quiosque da Praça João Pessoa.

76. PRAÇA JOÃO RISOLIA

Situada em frente à Universidade Paulista (UNIP, campus de Araçatuba), no bairro Baguaçu, a 387 m [s.n.m.]. A área não possui nenhum mobiliário urbano, sendo apenas ponto de ônibus muito freqüentado pelos estudantes da faculdade. (Foto 91). A vegetação existente é exótica, composta por 60% de plantas rasteiras e 40% de arbóreas, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 100% de gramado. A qualidade paisagística se encontra inexistente e, no que se refere aos aspectos gerais da praça, ligados à limpeza e conservação, estes se encontram em estado ruim.



Foto 91 – Praça João Risolia.

77. PRAÇA JOÃO TRIVELLATO

A praça, situada no Jardim Planalto, a 401 m [s.n.m.], não apresenta nenhum mobiliário urbano; portanto, possui qualidade paisagística inexistente. A vegetação

é exótica e espontânea, sendo 60% rasteira, 30% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de gramado e 50% de solo nu. (Foto 92).



Foto 92 – Praça João Trivellato.

78. PRAÇA JOÃO VIOL

Esta área apresenta certa peculiaridade, já que se trata de uma área institucional que não possui uma praça pública e sim duas construções: a Paróquia São Francisco de Assis e a EMEI Sergio Esgalha. (Foto 93). Na ocasião do trabalho de campo, moradores alertaram que a quadra inteira recebe o nome de Praça João Viol.



Foto 93 – Praça João Viol.

79. PRAÇA JOÃO VIOLA

Encontra-se no bairro Santana, a 376 m [s.n.m], próximo às construções residenciais, em um fundo de vale. A área não possui nenhum mobiliário e equipamento urbano. Apresenta vegetação 100% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e 90% do solo coberto por gramado e 10% por solo nu. Tanto a qualidade paisagística

quanto os aspectos gerais da área, no que se refere à limpeza e conservação, apresentam-se inexistentes. No dia do trabalho de campo, pôde-se observar 5 caçambas Disk Entulho na área. Moradores das proximidades reclamam dos depósitos de entulhos e lixo jogados no local. (Foto 94).



Foto 94 – Praça João Viola.

80. PRAÇA JOÃO XXIII

A 390 m [s.n.m.], situa-se no bairro Paraíso, com construções residenciais em sua proximidade. A vegetação existente é exótica, sendo 50% arbórea, 40% rasteira e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de calçado e 50% de gramado. A praça possui como mobiliário urbano e equipamento banca de revista, bancos, luminárias e vários trailers de alimentação. (Foto 95).



Foto 95 – Praça João XXIII.

81. PRAÇA JOAQUIM CAMARGO FERRAZ

Próximo a construções predominantemente comerciais, a 391 m [s.n.m], localizada no bairro Vila Carvalho. A praça apresenta vegetação exótica, com 100% de vegetação arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 100% de calçado. A área assemelha-se a um canteiro central, que separa a Rua Marechal Deodoro da Rua Aguapeí e da Rua América do Sul, possuindo bancos, bebedouros, estátua do Cristo Redentor, trailer de lanche, sanitários e telefone público. (Foto 96). Entretanto, a área apresenta tanto qualidade paisagística quanto limpeza e conservação ruins.



Foto 96 – Praça Joaquim Camargo Ferraz.

82. PRAÇA JOAQUIM DIBO (19 DE FEVEREIRO)

Encontra-se no centro da cidade, a 406 m [s.n.m.]. Esta praça é muito freqüentada principalmente pelo fato de possuir um ponto de ônibus em sua área. A vegetação existente é exótica, sendo 90% rasteira e 10% arbórea. Os aspectos físicos e sanitários são ruins e a cobertura do solo é de 70% de calçado por pedra portuguesa e 30% de gramado. A praça possui bancos, chafariz ou fonte (sem funcionamento), lixeiras, luminárias e telefone público. (Foto 97). Tanto a qualidade paisagística quanto os aspectos referentes à limpeza e conservação se encontram em estado ruim.



Foto 97 – Praça Joaquim Dibo (19 de Fevereiro).

83. PRAÇA JOAQUIM LIMA

No bairro Jardim das Palmeiras, a 414 m [s.n.m.], localiza-se a praça destinada à recreação infantil e ao lazer. Possui bancos, bebedouro, 5 brinquedos e luminárias, com qualidade paisagística satisfatória, e aspecto geral, no que se refere à limpeza e à conservação, ruim. (Foto 98). Esta praça, na ocasião do trabalho de campo, estava sendo utilizada por crianças que ali brincavam e mães que faziam crochê. O local apresenta vegetação exótica, sendo 80% rasteira e 20% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 80% de gramado e 20% de calçado de concreto. Segundo funcionário da SOSP, a praça já foi muito bem cuidada quando havia no local um zelador responsável. Após a sua aposentadoria, não houve nenhuma contratação para a ocupação do cargo, sendo, portanto, uma prática bastante comum da Prefeitura a não reposição dos cargos defasados e a não abertura de concursos públicos para a efetivação de contratação.



Foto 98 – Praça Joaquim Lima.

84. PRAÇA JOAQUIM LOPES VIANA (PASTOR)

A 396 m [s.n.m], localizada no bairro Conjunto Habitacional Eteucle Turrini, a praça é uma área vazia; portanto, apresenta qualidade paisagística inexistente. Possui vegetação espontânea, sendo 95% rasteira e 5% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo encontra-se em 100% de gramado. (Foto 99).



Foto 99 – Praça Joaquim Lopes Viana (Pastor).

85. PRAÇA JOAQUIM VIEIRA PINHEIRO

Localizada no bairro Santana, exerce a função de um canteiro central que separa a Rua Aviação da Rua Vereador Silva Grota. Este canteiro central apresenta certa particularidade, visto ser composto por três praças seguidas, que são: Irmã Romea Marcus, Joaquim Vieira Pinheiro e Diogo Júnior. A 397 m [s.n.m.], possui vegetação exótica, com 20% de vegetação arbórea e 80% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários ruins. Apresenta bancos, lixeiras, luminárias, placa de identificação e trailer de lanche conservado e utilizado. (Foto 100). No que se refere à qualidade paisagística, a praça encontra-se em estado ruim; no entanto, o aspecto geral, referente à limpeza e conservação, é satisfatório. A cobertura do solo é de 50% de calçado por pedra portuguesa e 50% de solo nu. Na ocasião do trabalho de campo, observou-se que a área recebe manutenção, já que seu gramado estava sendo cuidado.



Foto 100 – Praça Joaquim Vieira Pinheiro.

86. PRAÇA JORDÃO ROSADA

A praça não é ocupada por nenhum tipo de mobiliário urbano e equipamentos e apresenta a forma geométrica triangular, representando uma área de sobra do traçado viário urbano. A 388 m [s.n.m], localizada no bairro Conjunto Habitacional Claudionor Cinti, possui vegetação espontânea, sendo 90% rasteira e 10% arbórea, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 100% de gramado. (Foto 101).



Foto 101 – Praça Jordão Rosada.

87. PRAÇA JOSÉ ADRIANO MARREY JUNIOR

Encontra-se ao lado da Biblioteca Pública de Araçatuba, a 378 m [s.n.m.], no bairro das Bandeiras. Apresenta vegetação exótica, sendo 80% rasteira, 10% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 80% de gramado e 20% de calçada por pedra portuguesa. A praça possui banca de revista, bancos, lixeiras, luminárias, estátua e telefone público. (Foto 102).



Foto 102 – Praça José Adriano Marrey Junior.

88. PRAÇA JOSÉ AZEVEDO RASTEIRO

Situa-se no bairro Aviação, a 389 m [s.n.m], cujas construções, nas proximidades, são de uso predominantemente residenciais. Apresenta vegetação exótica, sendo 50% arbórea, 30% arbustiva e 20% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo encontra-se com 30% de calçado por concreto, 30% de solo nu e 40% de gramado. Possui como mobiliário urbano e equipamento existente bancos, placa de identificação (embora, esteja quebrada) e quadra poliesportiva de areia não adequada ao uso. Tanto a qualidade paisagística quanto a limpeza e conservação da praça se apresentam ruins, com entulho e lixo sendo queimados na ocasião do trabalho de campo. (Foto 103).



Foto 103 – Praça José Azevedo Rasteiro.

89. PRAÇA JOSÉ MECA DIAS

Há certa particularidade nesta área, já que a praça é ocupada parcialmente, possuindo apenas 2 brinquedos e luminárias, com qualidade paisagística, limpeza e conservação ruins. Localiza-se no bairro Jardim Primavera, a 399 m [s.n.m.], com

construções comerciais ao seu redor. A vegetação existente é exótica e espontânea, sendo 80% rasteira e 20% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 100% de gramado. (Foto 104).



Foto 104 – Praça José Meca Dias.

90. PRAÇA JOSÉ OLEGÁRIO NETTO

Localizada entre os bairros Conjunto Habitacional Clóvis Valentin Piccolotto e Lago Azul, a 391 m [s.n.m]. Apresenta vegetação exótica, sendo 70% rasteira, 20% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 100% de gramado. A praça possui bancos e placa de identificação, sem iluminação, com qualidade paisagística, limpeza e conservação ruins. (Foto 105).



Foto 105 – Praça José Olegário Netto.

91. PRAÇA JOSÉ OTOBONI

Área não ocupada, a 397 m [s.n.m.], no bairro Jardim Brasília, com ocupações comerciais em suas proximidades. A vegetação existente é espontânea, sendo

100% rasteira, e a cobertura do solo é de 100% de gramado, com aspectos físicos e sanitários ruins. (Foto 106).



Foto 106 – Praça José Otoboni.

92. PRAÇA LADISLAU DE SOUZA

A 382 m [s.n.m.], localiza-se no bairro Paraíso, próximo às construções comerciais. Apresenta vegetação exótica, sendo 50% arbórea, 40% rasteira e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo encontra-se em 50% de gramado, 30% de calçado e 20% de solo nu. A praça possui bancos, luminárias e placa de identificação quebrada. Na ocasião do trabalho de campo, a praça estava sendo utilizada para estacionamento e havia presença de entulho e lixo. (Foto 107).



Foto 107 – Praça Ladislau de Souza.

93. PRAÇA LARGO TIRADENTES

Encontra-se na área central da cidade, a 385 m [s.n.m.], com construções exclusivamente comerciais ao seu redor. A vegetação existente na praça é exótica, sendo 60% rasteira, 30% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios.

A cobertura do solo é composta por 60% de gramado e 40% de calçado de concreto. A praça possui como mobiliário urbano bancos, lixeiras, luminária e telefone público, tendo qualidade paisagística satisfatória. A área é muito freqüentada por possuir um ponto de ônibus e por estar próxima ao centro e ao comércio em geral. (Foto 108).



Foto 108 – Praça Largo Tiradentes.

94. PRAÇA LEONARDO MAZARIN

Situada no bairro Brasília, a 365 m [s.n.m.], em frente a uma área designada para o treinamento das Auto-Escolas. A vegetação existente é espontânea e exótica, sendo 90% rasteira, 5% arbórea e 5% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A praça apresenta apenas luminárias; portanto, possui qualidade paisagística inexistente. (Foto 109).



Foto 109 – Praça Leonardo Mazarin.

95. PRAÇA LINO SVERSUT

Mesma área da Praça Marcelo Yuzo Ussui, que se encontra no bairro Nova York, a 360 m [s.n.m.]. Segundo o endereço das praças correspondentes aos

cadastros realizados pela Prefeitura, tudo indica que a área, por ser grande, recebe dois nomes e, portanto, futuramente, serão praças separadas. Apresenta vegetação espontânea, 100% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 100% de gramado. A área possui forma geométrica retangular, semelhante a um canteiro central, com qualidade paisagística e aspecto geral, ligado à limpeza e conservação, inexistentes. (Foto 110).



Foto 110 – Praça Lino Sversut.

96. PRAÇA LUIZ CAZERTA

A uma altitude de 390 m [s.n.m.], localiza-se no bairro Primavera, cujas proximidades são ocupadas por edificações comerciais. A vegetação existente é exótica, sendo 50% arbórea, 40% rasteira e 10% arbustiva, e a cobertura do solo se encontra com 50% de calçado por concreto e 50% por solo nu. A praça possui como mobiliário urbano bancos, luminárias e trailer de lanche. (Foto 111). Apresenta qualidade paisagística e aspectos físicos e sanitários satisfatórios; já a limpeza e conservação se encontram ruins. Embora sob forma geométrica triangular, semelhante a uma área de sobra do traçado urbano, a praça é muito utilizada, já que existe um ponto de ônibus em uma de suas faces.



Foto 111 – Praça Luiz Cazerta.

97. PRAÇA MANOEL DA SILVA PRATES

Encontra-se no bairro Jardim Jussara, a 402 m [s.n.m.], com construções predominantemente residenciais ao seu redor. A vegetação existente é exótica, sendo 60% rasteira, 30% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de gramado e 50% de calçado por pedra portuguesa. A praça possui bancos, luminárias, placa de identificação, telefone público e trailer de lanche. (Foto 112). O local é muito freqüentado por idosos que o utilizam como ponto de encontro para jogos de baralho (daí a necessidade de se implantar mesas de jogos na área). Além disso, em sua frente, existe uma igreja católica que também acaba contribuindo para a utilização da praça.



Foto 112 – Praça Manoel da Silva Prates.

98. PRAÇA MANOEL JOAQUIM DE SOUZA

A praça se situa em frente à igreja católica do bairro Prata, a 367 m [s.n.m.]. Possui bancos e luminárias, com qualidade paisagística ruim. Ao seu lado, encontra-se o barracão de festas utilizado pela comunidade em datas comemorativas. Apresenta vegetação exótica, sendo 60% rasteira, 30% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é formada por 50% de calçado de concreto e 50% de gramado. (Foto 113).



Foto113 – Praça Manoel Joaquim de Souza.

99. PRAÇA MANOEL TEIXEIRA

Localizada no bairro Jardim Nova York, a 360 m [s.n.m.], numa superfície horizontal. Apresenta vegetação exótica, sendo 90% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários insatisfatórios. A cobertura do solo é formada por 50% de calçado de concreto e 50% de solo nu. A praça possui apenas 6 bancos, com qualidade paisagística, limpeza e conservação consideradas ruins. (Foto 114).



Foto 114 – Praça Manoel Teixeira.

100. PRAÇA MANUEL FELIPE DE ALMEIDA AMARAL

Localiza-se a uma altitude de 362 m [s.n.m.], no bairro Jardim Nova York, com construções residenciais ao seu redor. Possui vegetação exótica, 60% rasteira e 40% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários bons. A cobertura do solo é de 70% de gramado e 30% de calçado. Apresenta bancos e luminárias, com qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, satisfatórios. (Foto 115). A praça está bem cuidada, com a vegetação podada. Entretanto, deve-se ressaltar a ausência de vegetação arbórea que contribuiria para um maior sombreamento na área.



Foto 115 – Praça Manuel Felipe de Almeida Amaral.

101. PRAÇA MARCELO YUZO USSUI

Área não ocupada – a não ser pelas luminárias existentes –, a 360 m [s.n.m.], localizada em um fundo de vale, no bairro Jardim Nova York. Apresenta vegetação espontânea, sendo 100% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura de solo de 100% de gramado. Possui a forma geométrica retangular, semelhante a um canteiro central, com qualidade paisagística e aspecto de limpeza e conservação inexistentes. Devido à imensa área, esta se encontra com dois projetos de praças, recebendo, portanto, dois nomes no mesmo local: Marcelo Yuzo Ussui e Lino Sversut. (Foto 116).



Foto 116 – Praça Marcelo Yuzo Ussui.

102. PRAÇA MARIA HELENA RODRIGUES DE LIMA

Situada no bairro Conjunto Habitacional Pedro Perri, a 409 m [s.n.m.], em um fundo de vale. A vegetação existente é espontânea, sendo 100% rasteira, e a cobertura do solo é de 100% de gramado. A praça possui apenas telefone público e, em uma de suas faces, um ponto de ônibus. A área é totalmente abandonada, utilizada somente como

depósito de entulho e lixo, além de receber galhos e troncos de árvores podadas. (Foto 117).



Foto 117 – Praça Maria Helena Rodrigues de Lima.

103. PRAÇA MARIA NUNES DOS SANTOS

Encontra-se no bairro Jardim Planalto, setor Aclimação, a 424 m [s.n.m]. Esta área, sob a forma geométrica triangular, não possui nenhum tipo de mobiliário urbano. A vegetação existente é exótica, 90% arbustiva e 10% arbórea, e a cobertura do solo é de 50% de calçado e 50% de solo nu. Os aspectos físicos e sanitários da vegetação se encontram satisfatórios. (Foto 118).



Foto 118 – Praça Maria Nunes dos Santos.

104. PRAÇA MARIO TURRINI

Localizada a 379 m [s.n.m], no bairro Conjunto Habitacional Claudionor Cinti, apresenta vegetação exótica, sendo 50% arbórea, 25% arbustiva e 25% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 60% de calçado por concreto, 30% de gramado e 10% de solo nu. A praça possui bancos, luminárias e quadra

poliesportiva, com qualidade paisagística satisfatória. No entanto, a limpeza e conservação se encontram ruins. O local é muito freqüentado por dois motivos em especial: primeiro, pelo fato de possuir, em uma de suas faces, um ponto de ônibus; segundo, por apresentar uma quadra de futebol de salão que atrai, sobretudo, as crianças. (Foto 119).



Foto 119 – Praça Mario Turrini.

105. PRAÇA MAURÍCIO MARTINS LEITE

Em frente ao Fórum de Araçatuba, situada na Vila São Paulo, a 357 m [s.n.m.]. A vegetação existente é exótica, sendo 80% rasteira, 10% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é de 90% de gramado e 10% de calçado por pedra portuguesa. A praça possui 2 bancos e 3 luminárias, com qualidade paisagística ruim. A área exerce a função de um jardim ornamental do Fórum. (Foto 120).

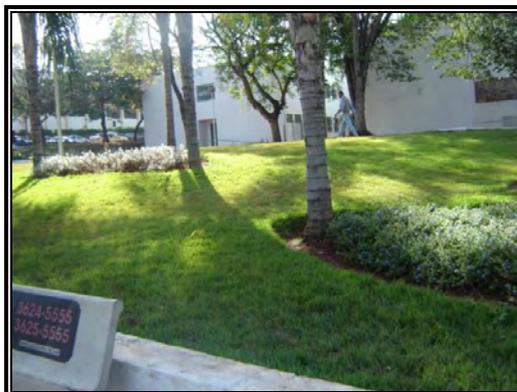


Foto 120 – Praça Mauricio Martins Leite.

106. PRAÇA MERCEDES MORALES DIAS LOPES

A 396 m [s.n.m.], situada no bairro São Joaquim, próximo a construções comerciais. Apresenta como vegetação existente a exótica, sendo 60% rasteira, 30% arbustiva e 10% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 80% de gramado e 20% de solo nu. A praça possui apenas bancos e nenhuma luminária; além disso, em sua área, há a presença de um reservatório de água que abastece o bairro. Portanto, a qualidade paisagística é ruim, embora a limpeza e o estado de conservação sejam satisfatórios. (Foto 121).



Foto 121 – Praça Mercedes Morales Dias Lopes.

107. PRAÇA MILTON MACHARETH

Encontra-se no bairro Jardim TV, a 402 m [s.n.m.], sob a forma geométrica triangular. A praça possui apenas um trailer de lanche. A vegetação é espontânea, 95% rasteira e 5% arbustiva, e a cobertura do solo é de 95% de gramado e 5% de solo nu. Os aspectos físicos e sanitários da vegetação se encontram ruins e a qualidade paisagística é inexistente. (Foto 122).



Foto 122 – Praça Milton Machareth.

108. PRAÇA MISAEL ÓKIO DE OLIVEIRA

Área não ocupada, localizada no bairro Novo Umuarama, a 379 m [s.n.m], numa superfície horizontal, próximo a construções residenciais. Apresenta vegetação espontânea, sendo 10% arbórea e 90% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 100% de gramado. A praça não possui ainda nenhum tipo de mobiliário urbano, portanto, apresenta qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, inexistentes. Sua forma geométrica triangular revela a função de mais um canteiro central que separa a Rua dos Fundadores da Rua Tiradentes. (Foto 123).



Foto 123 – Praça Misael Ókio de Oliveira.

109. PRAÇA MONSENHOR VICTOR RIBEIRO MAZZEI

Localizada na área central da cidade, a 401 m [s.n.m.], próximo a construções residenciais. A vegetação existente é exótica, 100% arbórea, e a cobertura do solo é de 100% de calçado por pedra portuguesa. A praça possui bancos e luminárias, apresentando qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, ruins. Os aspectos físicos e sanitários da vegetação também estão ruins, já que se verificam vários cortes e podas irregulares, bem como pragas existentes. (Foto 124).



Foto 124 – Praça Monsenhor Victor Ribeiro Mazzei.

110. PRAÇA NAMETALA REZEK

Situa-se no bairro Vila Planalto, setor Aclimação, a 403 m [s.n.m.]. Em seu centro, encontra-se um Reservatório Elevado de Água responsável por abastecer o bairro, e, ao seu lado, a igreja católica da comunidade. A vegetação existente é exótica, sendo 40% rasteira, 30% arbórea e 30% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de calçado de pedra portuguesa e 50% de gramado. A praça possui bancos, luminárias e trailer de lanche, com qualidade paisagística, limpeza e conservação satisfatórias. (Foto 125).



Foto 125 – Praça Nametala Rezek.

111. PRAÇA NATAL DRIGO

A praça, sob a forma geométrica triangular, não possui nenhuma ocupação. Situada no bairro da Saudade, a 360 m [s.n.m.], apresenta vegetação espontânea, sendo 70% rasteira e 30% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo formada por 50% de gramado e 50% de solo nu. A área não possui nenhum mobiliário urbano. (Foto 126).



Foto 126 – Praça Natal Drigo.

112. PRAÇA NESTOR VERGUEIRO

A área não é ocupada, portanto, apresenta qualidade paisagística inexistente. (Foto 127). Está situada no bairro Conjunto Habitacional Antonio Pagan, a 396 m [s.n.m.], próximo a construções predominantemente residenciais. Possui vegetação espontânea, sendo 100% rasteira, e cobertura do solo de 100% de gramado, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios.



Foto 127 – Praça Nestor Vergueiro.

113. PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Situa-se a 360 m [s.n.m.], no bairro Jardim Nova York, em uma superfície horizontal. Apresenta vegetação exótica, sendo 40% arbórea, 30% arbustiva e 30% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo encontra-se com 70% de calçado e 30% de solo nu. A praça possui bancos e luminárias, com qualidade paisagística, limpeza e conservação satisfatórias. (Foto 128).



Foto 128 – Praça Nossa Senhora do Rosário.

114. PRAÇA NOVE DE JULHO

Localizada em frente à Câmara Municipal de Araçatuba, a 385 m [s.n.m.], na área central da cidade. (Foto 129). A vegetação existente é exótica, sendo 30% arbórea, 30% arbustiva e 10% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é de 50% de gramado e 50% de calçado por pedra portuguesa. A praça possui banca de revista, lixeiras, luminárias e telefone público. (Foto 130).



Foto 129 – Câmara Municipal de Araçatuba.



Foto 130 – Praça Nove de Julho.

115. PRAÇA ORLANDO RAMALHO

A 396 m [s.n.m.], encontra-se no bairro São Joaquim, cujas proximidades são ocupadas por construções residenciais. A praça é formada por vegetação exótica, sendo 50% arbórea, 40% rasteira e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 50% de calçado por pedra portuguesa e 50% de gramado. Possui bancos, luminária, trailer de lanche e telefone público, com qualidade paisagística satisfatória, e limpeza e conservação também em estado satisfatório. A forma

geométrica da praça, triangular, revela a função da área que se assemelha a mais uma sobra do traçado viário urbano. (Foto 131).



Foto 131 – Praça Orlando Ramalho.

116. PRAÇA ORLANDO SALADINI

Situada no bairro Jardim Planalto, a 403 m [s.n.m.], a área não possui nenhum tipo de mobiliário urbano. A vegetação existente é exótica, 50% arbórea e 50% rasteira, apresentando aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo com 90% de solo nu e 10% de calçado por pedra portuguesa. A área se assemelha a um canteiro central. (Foto 132).

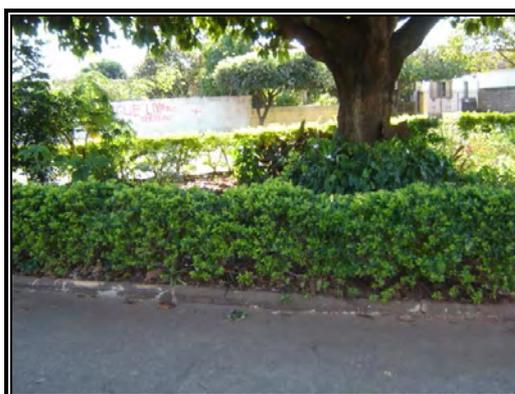


Foto 132 – Praça Orlando Saladini.

117. PRAÇA OSÓRIO GADIOLI

A área é ocupada apenas por um trailer de lanche. (Foto 133). Está situada no bairro Novo Umuarama, a 379 m [s.n.m], numa superfície horizontal, cujas proximidades são construções comerciais e residenciais. A vegetação existente é espontânea, sendo 10% arbórea e 90% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e a cobertura do solo

apresenta 30% de calçado por concreto e 70% de gramado, com qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, ruins.



Foto 133 – Praça Osório Gadioli.

118. PRAÇA OSVALDO NATALI

Área não ocupada, possuindo apenas 2 luminárias, com qualidade paisagística inexistente. (Foto 134). A 369 m [s.n.m.], localizada no bairro Jardim Nova York, apresenta vegetação espontânea, sendo 5% arbustiva e 95% rasteira, com aspectos físicos e sanitários da vegetação ruins. A cobertura do solo é de 100% de gramado e a forma geométrica da área é retangular, semelhante a um canteiro central.



Foto 134 – Praça Osvaldo Natali.

119. PRAÇA OSWALDO DE SOUZA FREITAS

Situada no Jardim Palmeiras, a 403 m [s.n.m.], próximo a construções predominantemente residenciais. A vegetação existente é espontânea, sendo 90% rasteira e 10% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é de 90% de solo nu e 10% de gramado. A praça possui apenas 2 brinquedos. Encontra-se com

qualidade paisagística e aspecto geral, ligado à limpeza e conservação, em estado ruim. (Foto 135).



Foto 135 – Praça Oswaldo de Souza Freitas.

120. PRAÇA OSVALDO PEREIRA (14 BIS)

Localizada entre os bairros Aviação e CECAP, próximo a construções residenciais, a 371 m [s.n.m.]. Possui vegetação exótica, sendo 40% arbórea, 30% arbustiva e 30% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo encontra-se com 60% de gramado, 30% de calçado por concreto e 10% de solo nu. (Foto 136). A praça apresenta qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, satisfatórios. Possui bancos, luminárias e 1 quadra poliesportiva de areia, coberta por capim, inviabilizando o seu uso; além disso, muito próximo à quadra há bancos de concreto que podem provocar algum acidente.



Foto 136 – Praça Oswaldo Pereira (14 Bis).

121. PRAÇA OTACIANO VIANA

Encontra-se no bairro Jardim Parque Industrial, a 390 m [s.n.m.]. Esta área era utilizada como pátio para a Feira do Automóvel. Apresenta vegetação espontânea, sendo 90% rasteira, 5% arbustiva e 5% arbórea, e a cobertura do solo é composta por 95% de gramado e 5% de solo nu. A área apresenta bancos, com qualidade paisagística ruim, e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, inexistente. (Foto 137).



Foto 137 – Praça Otaciano Viana.

122. PRAÇA PEDRO ZAMBON

Situada no bairro Jardim Dona Amélia, a 384 m [s.n.m.]. A vegetação é espontânea, sendo 100% rasteira, e a cobertura do solo é de 100% de gramado, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A praça não recebe nenhum tipo de ocupação, portanto, apresenta qualidade paisagística inexistente. (Foto 138).



Foto 138 – Praça Pedro Zambon.

123. PRAÇA PIO XI

A 382 m [s.n.m.], localizada no bairro Paraíso, próximo a construções residenciais. A vegetação existente é exótica, sendo 50% arbórea e 50% rasteira, e a cobertura do solo é de 50% de calçado por concreto e 50% de gramado. A praça possui bancos, bebedouro quebrado, luminárias e telefone público. (Foto 139). Além disso, existe uma quadra poliesportiva completamente coberta por gramado, inadequada ao uso. Os aspectos físicos e sanitários da vegetação encontram-se satisfatórios; já no que se refere à qualidade paisagística e aos aspectos ligados à limpeza e conservação, estes se apresentam ruins.



Foto 139 – Praça Pio XI.

124. PRAÇA PIO XII

Localizada no bairro Paraíso, a 382 m [s.n.m.], com construções de uso predominantemente comercial nas proximidades. Possui vegetação exótica, sendo 70% rasteira e 30% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo com 90% de calçado por concreto, 5% de solo nu e 5% de gramado. A praça tem como mobiliário urbano 2 bancos e placa de identificação quebrada. (Foto 140). Sob a forma geométrica triangular e sem iluminação, apresenta qualidade paisagística e aspecto geral, referente à limpeza e conservação, ruins.



Foto 140 – Praça Pio XII.

125. PRAÇA RAQUEL RANGEL DE OLIVEIRA

A praça se encontra em frente à igreja Anno Domini MCMLVI, a 390 m [s.n.m], no bairro Engenheiro Taveira, com construções residenciais em suas proximidades. A vegetação existente é espontânea, sendo 90% rasteira e 10% arbórea, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de gramado e 50% de calçado por concreto. Possui bancos, luminárias e placa de identificação. (Foto 141). Tanto a qualidade paisagística quanto os aspectos gerais, no que se refere à limpeza e conservação, encontram-se ruins. Ao lado da praça, tem-se um barracão de festas, que é utilizado pela comunidade em datas comemorativas.



Foto 141 – Praça Raquel Rangel de Oliveira.

126. PRAÇA ROBERTO MANGE

Situada no bairro Aviação, próximo a residências, a 412 m [s.n.m.]. A vegetação existente é exótica, sendo 20% arbórea, 30% arbustiva e 50% rasteira, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. Possui bancos, luminárias, trailer de lanche e

telefone público. Apresenta qualidade paisagística, limpeza e conservação ruins, já que se encontram entulhos de folhas e galhos. (Foto 142).



Foto 142 – Praça Roberto Mange.

127. PRAÇA RODOLPHO QUAGGIO

A 379 m [s.n.m], situa-se no bairro Conjunto Habitacional Claudionor Cinti, numa superfície horizontal. Possui vegetação espontânea, 100% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 100% de gramado. A área não é ocupada por nenhum tipo de mobiliário urbano ou equipamento; portanto, apresenta qualidade paisagística inexistente. Também não recebe nenhum tipo de limpeza. (Foto 143).



Foto 143 – Praça Rodolpho Quaggio.

128. PRAÇA RUI BARBOSA (PRAÇA CENTRAL)

Praça central da cidade, marco zero, localizada a 396 m [s.n.m.], na área central, próximo a construções de uso predominantemente comercial. A vegetação é exótica, sendo 60% rasteira, 30% arbórea e 20% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é de 50% de calçado por pedra portuguesa e

50% de gramado. (Foto 144). A praça possui bancos, chafariz ou fonte (sem funcionamento), bebedouro quebrado, coreto, lixeiras, luminárias, placa de identificação, sanitários e telefone público. (Fotos 145 e 146). É a praça principal da cidade, próximo ao Calçadão de Araçatuba, com qualidade paisagística satisfatória. (Foto 147). Exerce a função aglutinadora de ponto de encontro e passagem de pessoas durante todo o dia.



Foto 144 – Praça Rui Barbosa.



Foto 145 – Coreto da Praça Rui Barbosa.



Foto 146 – Fonte luminosa da Praça Rui Barbosa.



Foto 147 – Vista do Calçadão de Araçatuba.

129. PRAÇA SAKUSUKE NÓ (OKIO)

A 393 m [s.n.m.], situado no bairro Higienópolis, próximo a construções comerciais. Esta praça é muito freqüentada por possuir um ponto de ônibus em uma de suas faces. A vegetação existente é exótica, sendo 70% arbórea e 30% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 100% de calçado por pedra portuguesa. A praça possui como mobiliário urbano banca de revista, bancos, bebedouro quebrado, chafariz ou fonte quebrada (sem funcionamento), luminárias e trailer de lanche. (Foto 148). Sob a forma geométrica circular, o local apresenta qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, ruins.



Foto 148 – Praça Sakusuke Nó (Okio).

130. PRAÇA SANTO AGOSTINHO (UNIVERSITÁRIO)

Área vazia, sem nenhum tipo de ocupação, a 360 m [s.n.m], no bairro Jardim Nova Yorque. Apresenta-se com vegetação espontânea, sendo 95% rasteira e 5% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo de 100% de gramado. (Foto 149).



Foto 149 – Praça Santo Agostinho (Universitário).

131. PRAÇA SÃO BENEDITO

Localiza-se no bairro Sant' Ana, a 391 m [s.n.m], próximo a construções residenciais. A vegetação existente é exótica, sendo 10% arbórea, 20% arbustiva e 70% rasteira. A cobertura do solo apresenta 50% de calçado e 50% de gramado. Tanto os aspectos físicos e sanitários da vegetação, quanto a qualidade paisagística e o aspecto geral da praça, no que se refere à limpeza e conservação, encontram-se satisfatórios. Embora a vegetação esteja em boas condições, o ideal seria a substituição, em alguns pontos da área, da vegetação exótica pela nativa, de modo que proporcione maior sombreamento, contribuindo para a melhoria das condições ambientais da cidade. É

impermeabilizada por pedra portuguesa, e a forma geométrica da área apresenta-se como quadrangular, não possuindo pontos d'água. A iluminação é regular, já que, das 8 luminárias existentes, 3 se encontram quebradas. Como mobiliários e equipamentos urbanos, a praça possui bancos, lixeiras, placa de identificação, sanitários, telefone público e um trailer de lanche conservado e adequado ao uso. (Foto 150). Na ocasião do trabalho de campo, houve registro de mendigos dormindo nos bancos da praça.



Foto 150 – Praça São Benedito.

132. PRAÇA SÃO JOÃO (ANTONIO PRADO)

Encontra-se no bairro São João, a 367 m [s.n.m.], próximo às áreas comerciais. A vegetação existente é exótica, sendo 50% arbórea, 40% rasteira e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de calçado por pedra portuguesa e 50% de gramado. A praça possui banca de revista, bancos, bebedouro, chafariz ou fonte (sem funcionamento), lixeiras, luminárias, mesa de jogos, sanitários e telefone público, com qualidade paisagística satisfatória. (Foto 151). A praça é muito freqüentada, devido à sua localização e por possuir, em uma de suas faces, um ponto de ônibus.



Foto 151 – Praça São João (Antonio Prado).

133. PRAÇA SÃO JOAQUIM

A uma altitude de 396 m [s.n.m.], situada no bairro São Joaquim, próximo a construções residenciais. Apresenta vegetação exótica, sendo 60% arbórea e 40% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins, e cobertura do solo de 50% de calçado de concreto e 50% de gramado. A praça possui bancos, brinquedos, lixeiras, luminárias e telefone público. (Foto 152). Destacam-se nesta praça as luminárias quebradas, que acabam tornando a área escura no período noturno, visto que apenas a luminária central se encontra devidamente instalada. Quanto à qualidade paisagística, à limpeza e à conservação do local, estas se apresentam satisfatórias.



Foto 152 – Praça São Joaquim.

134. PRAÇA SEISABURO IKEDA

Situa-se no bairro Jardim Guanabara, a 388 m [s.n.m.], próximo a construções residenciais. Apresenta vegetação exótica, sendo 70% arbórea, 15% arbustiva e 15% rasteira, com aspectos físicos e sanitários considerados bons, e cobertura do solo com 70% de calçado por pedra portuguesa, 25% de gramado e 5% de solo nu. A praça possui bancos, bebedouro, luminárias e telefone público. (Foto 153). É muito freqüentada por possuir um ponto de ônibus em uma de suas faces; além disso, apresenta qualidade paisagística boa. Quanto ao aspecto geral da praça, no que se refere à limpeza e conservação, é satisfatória, uma vez que possui uma zeladora, que, inclusive, na ocasião do trabalho de campo, estava presente na praça.



Foto 153 – Praça Seisaburo Ikeda.

135. PRAÇA SÉRGIO DOSSI

A praça não possui nenhum tipo de mobiliário urbano e equipamento. A 360 m [s.n.m.], encontra-se no bairro da Saudade, com vegetação espontânea, sendo 90% rasteira e 10% arbórea, com 90% de gramado e 10% de solo nu. (Foto 154).



Foto 154 – Praça Sérgio Dossi.

136. PRAÇA SETE DE SETEMBRO

Localizada no bairro Jardim Planalto (Aclimação), a 420 m [s.n.m.], próximo a construções comerciais e residenciais. A vegetação existente é exótica, sendo 80% rasteira, 10% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 80% de gramado e 20% de calçado. A praça é dividida pela Avenida Ibirapuera, sendo que, de um lado, existe um Reservatório Semi-enterrado de Água (responsável por abastecer o bairro), bancos e telefone público; de outro, encontram-se um trailer de lanche, banheiro e campo de futebol (cercado por arame). (Fotos 155 e 156).



Foto 155 – Reservatório de Água da Praça Sete de Setembro.



Foto 156 – Campo de futebol da Praça Sete de Setembro.

137. PRAÇA THATHI

A 392 m [s.n.m.], situa-se no bairro Baguaçu, em frente ao Conjunto Poliesportivo Thathi e ao lado do Thathi Coc Colégio Curso, de forma que a praça é muito utilizada pelos estudantes. A vegetação existente é exótica, sendo 70% arbórea, 25% rasteira e 5% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é composta por 50% de calçado de concreto, 40% de gramado e 10% de solo nu. A praça possui bancos, luminárias e telefone público, apresentando qualidade paisagística satisfatória. (Foto 157).

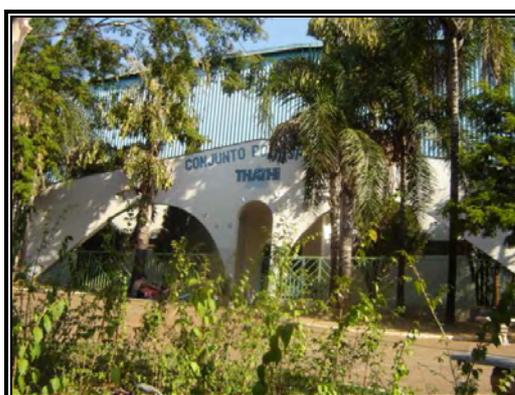


Foto 157 – Praça Thathi.

138. PRAÇA TIÃO CARREIRO

Área sem nenhum tipo de ocupação, com entulho e lixo presentes no local. A 402 m [s.n.m.], situada no bairro Jardim Ipanema, com vegetação espontânea, 100% rasteira, e cobertura do solo de 100% de gramado. (Foto 158).



Foto 158 – Praça Tião Carreiro.

139. PRAÇA TRIÂNGULO LARGO

Localizada no bairro Jardim Sumaré, a 393 m [s.n.m.], em uma superfície horizontal. Área sob a forma geométrica triangular, separada por tartarugas, exerce a função de uma rotatória sob o asfalto e não possui mobiliário urbano ou vegetação. (Foto 159).



Foto 159 – Praça Triângulo Largo.

140. PRAÇA UIRAPURU

A uma altitude de 413 m [s.n.m.], no bairro Aclimação, próximo a construções residenciais. A vegetação existente é exótica, sendo 60% rasteira, 30% arbórea e 10% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é formada por 50% de calçado de pedra portuguesa, 40% de gramado e 10% de solo nu. A praça possui bancos, luminárias e quadra poliesportiva de vôlei de areia não adequada ao uso. O local ainda conta com gramado pela área, trailer de lanche e telefone público. (Foto 160).



Foto 160 – Praça Uirapuru.

141. PRAÇA VALDENOR DA SILVA (NÓI)

Situada no bairro Paraíso, a 377 m [s.n.m.], com construções residenciais em sua proximidade. Esta área é utilizada pela população devido ao ponto de ônibus nela existente. Apresenta vegetação exótica, 100% arbórea, e aspectos físicos e sanitários ruins. A cobertura do solo é de 70% de solo nu e 30% de calçado. A praça possui bancos, luminárias, com qualidade paisagística e aspecto geral, no que se refere à limpeza e conservação, ruins. (Foto 161).



Foto 161 – Praça Valdenor da Silva (Nói).

142. PRAÇA VICTOR DOMENICO BENEZ

Localizada no bairro Vila Industrial, a 403 m [s.n.m.], apresenta vegetação exótica, sendo 90% rasteira, 5% arbórea e 5% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios, e cobertura do solo com 80% de gramado e 20% de calçado por pedra portuguesa. A forma geométrica é triangular e a praça possui bancos, lixeiras, luminárias e telefone público. (Foto 162). A qualidade paisagística, a limpeza e conservação se encontram ruins.



Foto 162 – Praça Victor Domenico Benez.

143. PRAÇA WALKIR LOURENÇO

Situa-se no bairro Novo Umuarama, a 379 m [s.n.m.], próximo a ocupações residenciais. Possui apenas um trailer de lanche em sua área. A vegetação existente é espontânea e exótica, sendo 90% rasteira, 5% arbórea e 5% arbustiva, com aspectos físicos e sanitários satisfatórios. A cobertura do solo é de 100% de gramado. (Foto 163).



Foto 163 – Praça Walkir Lourenço.

144. PRAÇA WILSON ALVES PEREIRA

A área não é ocupada, apresentando a forma geométrica triangular, que exerce a função de rotatória entre a Avenida dos Araçás com a Rua XV de Novembro. Encontra-se no bairro Vila Mendonça, a 379 m [s.n.m.], com vegetação espontânea, 100% rasteira, e cobertura do solo de 100% de gramado, com aspectos físicos e sanitários ruins. (Foto 164).



Foto 164 – Praça Wilson Alves Pereira.

145. PRAÇA ZUMBI

A uma altitude de 388 m [s.n.m], situada no bairro Aviação, com vegetação exótica, sendo 70% arbórea, 20% arbustiva e 10% rasteira, com aspectos físicos e sanitários ruins. A cobertura do solo apresenta-se com 10% de gramado, 30% de calçado – cujo tipo de material de construção utilizado é o bloquete –, e 60% de solo nu. A praça possui bancos e telefone público, com qualidade paisagística e iluminação ruim. (Foto 165). No que se refere à limpeza e conservação, o local encontra-se em estado ruim, com muitas folhas no chão, aparentando não receber nenhum tipo de limpeza e manutenção.



Foto 165 – Praça Zumbi.

4. ANÁLISE DAS PRAÇAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBA/SP

As características das praças públicas de Araçatuba, expostas no capítulo anterior, subsidiaram a análise e a realização de alguns apontamentos que podem contribuir para o planejamento ambiental urbano.

A presença das praças públicas na paisagem urbana atua, simultaneamente, como elemento de função estética e recreativa para os cidadãos, bem como indicador de qualidade ambiental urbana, diretamente ligado à qualidade de vida da população.

Necessariamente, as contribuições ambientais, psíquicas e recreativas das praças públicas nas cidades estão intimamente relacionadas com a quantidade, a qualidade e a distribuição das mesmas na malha urbana.

Por esse motivo, a análise das praças públicas de Araçatuba foi realizada considerando-se dois aspectos: o primeiro, relativo à distribuição espacial das mesmas na cidade, e o segundo, referente às características quali-quantitativas, obtidas por meio de trabalho de campo. A partir de então, foi possível realizar algumas constatações relevantes.

4.1. Distribuição espacial das praças públicas de Araçatuba/SP.

A ocupação urbana deve ser analisada sob todos os possíveis condicionantes da atual situação física, suas nuances, evolução ao longo do tempo, características e estrutura.

O relevo do sítio urbano de Araçatuba caracteriza-se por colinas de topos amplos e aplainados, de encostas de baixa declividade, e por vales abertos, facilitando, sobremaneira, a ocupação dessas áreas. Nos fundos dos vales, entretanto, a presença de faixas marginais e de várzeas inundáveis, em conjunto com o pequeno caimento dos leitos dos cursos d'água, constituem traços do meio físico a serem considerados no processo de ocupação.

A expansão rápida e desordenada da cidade resultou no aumento populacional, aliado à ausência de planejamento adequado durante o crescimento da malha urbana. Nesse caso, o resultado se expressou na implantação de disparidades entre partes de uma mesma cidade, oficializando a segregação entre bairros privilegiados e desfavorecidos pela instalação de equipamentos urbanos públicos.

Como se constatou em trabalho de campo, *a distribuição espacial das praças públicas pela malha urbana da cidade* não segue um critério locacional definido. Araçatuba possui 98 bairros, distribuídos numa área urbana de 59,77 Km². Do total de bairros existentes, 61 possuem praças públicas e 37 não possuem, seja pelo fato de serem

de ocupação mais recente ou de serem bairros ocupados pela população de baixa renda (em especial, os Conjuntos Habitacionais).

É notória, na sociedade urbana brasileira, a concentração da maior parte dos sistemas livres de construção, dentre eles, a praça, em localidades ocupadas pela população de alta e média renda e nos bairros de ocupação antiga. A exemplo disso, tem-se, em Araçatuba, bairros como o Jardim Nova York e Centro, considerados pelo perfil imobiliário como de alto e médio padrão, que possuem, respectivamente, 15 e 10 praças públicas distribuídas em sua abrangência, conforme pode ser observado no mapa da distribuição espacial das praças públicas na malha urbana de Araçatuba/SP (Mapa 2) e na Tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de praças públicas existente nos bairros de Araçatuba/SP.

Bairros	Quantidade de praças públicas	Bairros	Quantidade de praças públicas
Bairro Água Branca	1	Jardim Esplanada	
Bairro Aviação	7	Jardim Guanabara	3
Bairro Boa Vista		Jardim Icaray	1
Bairro da Saudade	4	Jardim Ipanema	3
Bairro Higienópolis	1	Jardim Iporã	1
Bairro Jacutinga	1	Jardim Jussara	1
Bairro Machado de Melo		Jardim Monte Carlo	
Bairro Morada dos Nobres	1	Jardim Montrey	
Bairro Paraíso	7	Jardim Morumbi	1
Bairro Pratinha	1	Jardim Nova York	15
Bairro Rural Prata	1	Jardim Novo Paraíso	1
Bairro Santana	6	Jardim Novo Umuarama	4
Bairro São João	3	Jardim Ouro Preto	
Bairro São Joaquim	4	Jardim Parque Industrial	2
Bairro São Vicente	1	Jardim Paulista	
Centro	10	Jardim Petit Trianon	
Conjunto Habitacional Antonio Pagan	1	Jardim Pinheiros	
Conjunto Habitacional Claudionor Cinti	3	Jardim Planalto	9
Conjunto Habitacional Clovis Valentin Piccolotto	3	Jardim Presidente	
Conjunto Habitacional Doutor Antônio Vilella da Silva	1	Jardim Primavera	2
Conjunto Habitacional Etheocle Turrini	1	Jardim Residencial ETEMP	
Conjunto Habitacional Ezequiel Barbosa		Jardim Rosele	
Conjunto Habitacional Hilda Mandarino	1	Jardim Santa Luzia	

Conjunto Habitacional Jardim das Oliveiras		Jardim São José	1
Conjunto Habitacional João Batista Botelho	1	Jardim São Rafael	1
Conjunto Habitacional José Passarelli		Jardim Sumaré	1
Conjunto Habitacional José Saran		Jardim TV	2
Conjunto Habitacional Manoel Pires		Jardim Umuarama	
Conjunto Habitacional Pedro Perri	1	Jardim Vila Alba	1
Conjunto Habitacional Vicente Luiz Grosso	2	Núcleo Habitacional Nossa Senhora Aparecida	
Engenheiro Taveira	1	Núcleo Habitacional Presidente Castelo Branco	1
Jardim Aclimação	1	Núcleo Habitacional Taane Andraus	
Jardim Alto da Boa Vista		Parque Baguaçu	3
Jardim Alvorada		Parque dos Araçás	
Jardim América		Parque Industrial III	
Jardim Bandeirantes	1	Parque Industrial Maria Izabel de Almeida Prado	
Jardim Brasil		Parque Residencial Aeroporto	2
Jardim Brasília	1	Residencial Habiana	
Jardim Califórnia		Vila Aeronáutica	
Jardim Casa Nova	1	Vila Carvalho	1
Jardim Concórdia		Vila Estádio	
Jardim da Amizade	1	Vila Industrial	3
Jardim das Bandeiras	3	Vila Industrial	
Jardim das Flores	1	Vila Mendonça	3
Jardim das Palmeiras	4	Vila Nova	
Jardim do Lago		Vila Panorama	1
Jardim do Prado		Vila Santa Maria	
Jardim do Trevo		Vila Santo Antonio de Pádua	1
Jardim Dona Amélia	2	Vila São Paulo	3

Para facilitar a acessibilidade e o uso das praças públicas, o ideal seria que estas fossem distribuídas, tanto pelo bairro como na malha urbana, de forma a privilegiar sua utilização e o cumprimento de suas funções. Porém, sabe-se da dificuldade de se estabelecer padrões locacionais e quantitativos para as áreas verdes como um todo. A distribuição espacial e a quantidade de área necessária variam de cidade para cidade, dependendo das condições geomorfológicas e do plano urbanístico adotado.

No entanto, em Araçatuba, seria importante que as leis disciplinadoras do parcelamento do solo no município estabelecessem critérios de distribuição espacial e

locacional. Assim, poderiam ser reservadas para as áreas verdes, de maneira genérica, as áreas próximas aos fundos de vales, as áreas de altas declividades, as bacias hidrográficas de interesse para mananciais, áreas ao longo dos cursos d'água, áreas com cobertura vegetal significativa, áreas de interesse natural, histórico e cultural, entre outros.

No caso específico das praças públicas, seria necessária não só a sua distribuição por todo o tecido urbano, mas também a sua organização espacial, de forma a atender a recreação de toda a população. Além da distribuição geográfica, deve ser levada em conta também a escolha de terrenos, de dimensões, forma e topografia adequadas, proporcionando boas condições de equipamento e tratamento paisagístico característico das praças públicas.

Sempre que possível, dever-se-á escolher áreas que já apresentem algum interesse paisagístico ou cultural, tais como situação visual, vegetação de porte, consagração pública ou existência de estrutura que possa criar identificação e ser incorporada para o uso recreacional. Nesse sentido, as praças públicas devem estar de tal forma inseridas na trama urbana que possibilitem sua participação como elemento vivo na vida das cidades, e não como locais isolados para onde uma parcela da população se desloca para se recrear.

No trabalho de campo, observou-se que a localização das praças públicas ocorre predominantemente em bairros de uso residencial, a fim de viabilizar o lazer próximo de casa. (Tabela 3). Caso haja uma política de implantação e fiscalização dessas praças, é possível que as mesmas exerçam duas importantes funções: a primeira, relacionada à função aglutinadora social, considera o objeto de estudo desta pesquisa um local que pode se tornar um ponto de debates sobre os problemas da comunidade, um espaço para os mais variados tipos de eventos ou encontros de grupos de interesse comum, funcionando como ambiente físico para que aconteça a convergência entre as pessoas; a segunda função, por sua vez, está relacionada ao lazer propriamente dito, que vai desde a contemplação passiva de um ambiente agradável e bonito, até as mais dinâmicas formas de interação com o espaço, com diferentes formas de atividades físicas, jogos e brincadeiras, onde o tempo livre pode ser usado de forma positiva, num local em que as pessoas se sintam bem.

Tabela 3 - Ocupação nas proximidades das praças públicas de Araçatuba/SP.

Ocupação nas proximidades	Quantidade de praças	Em porcentagem (%)
Residencial	102	70,34
Comercial	30	20,68
Comercial e Residencial	13	8,96
Total	145	100

Daí a importância das praças, já que a sua configuração espacial se destina ao atendimento das necessidades de lazer e recreação pública próximo aos locais de moradia ou junto a instituições escolares, culturais ou assistenciais.

Em relação às *condições de relevo das praças públicas*, é importante ressaltar a necessidade de implantá-las em terrenos que favoreçam a instalação de equipamento e infra-estrutura. No entanto, isso não quer dizer que as praças públicas devam ser implantadas somente em áreas planas, por exemplo. Pelo contrário, terrenos que apresentam desníveis propiciam melhores condições para a criação de subespaços dentro de uma mesma área.

Em Araçatuba, aproximadamente 64% das praças localizam-se na vertente, no entanto, pouco acidentada, como pôde ser verificado no trabalho de campo. (Tabela 4).

Tabela 4 - Condições do relevo das praças públicas de Araçatuba/SP.

Condições do relevo	Quantidade de praças	Em porcentagem (%)
Vertente	93	64,13
Fundo de vale	13	8,96
Superfície horizontal	39	26,89
Total	145	100

Para compreender a distribuição espacial das praças públicas na malha urbana de Araçatuba, deve-se ressaltar que a cidade surgiu pela vontade política de desbravamento do Oeste Paulista, por meio do transporte ferroviário, que foi a chamada "ponta de lança" da colonização paulista e brasileira.

A ocupação do sítio urbano de Araçatuba realizou-se permanentemente do lado leste e só depois do lado oeste em relação à Estrada de Ferro Noroeste. A ocupação chegou no ano de 1914, ao local da praça central (Praça Rui Barbosa), com a instalação da Capela, hoje Igreja Matriz de Araçatuba.

Araçatuba, pelo relevo suave, ocupou as áreas de clareira, seguindo a direção dos teodolitos dos agrimensores da época, buscando um desenho urbano que se assemelhava aos clássicos planos urbanísticos europeus. A praça principal, de formato retangular, munida de um sistema radial de 8 ruas, procurava direcionar o incipiente desenvolvimento da malha urbana de então. Embora houvesse o esforço técnico em se traçar um plano urbanístico ainda que desprezioso, a origem da cidade em uma área um pouco distante dessa praça central já se materializava, não obedecendo ao rumo estabelecido.

Nessa paisagem de relevos suaves, a ocupação ocorreu de forma espontânea, pois não havia grandes obstáculos que requisitassem técnicas de maior

envergadura que não a simples demarcação das vias e quadras. A malha urbana cresceu em resposta ao aumento populacional de forma orgânica, apenas respeitando algum planejamento, que se revela no traçado ortogonal, em tabuleiro de xadrez, na maior parte do território urbano. Dessa forma, à medida que as colinas foram sendo ocupadas pelas facilidades do próprio relevo, os vales foram sendo ocupados pelo simples crescimento ou continuidade da malha existente, sem a preocupação com as conseqüências de tal ato.

Araçatuba teve seu traçado estabelecido posteriormente à implantação inicial natural, sendo o desenho da área central atual (Praça Rui Barbosa e vizinhanças) a materialização desse plano original. Em uma mistura dos sistemas radio-concêntrico e tabular, forçada pelo traçado da ferrovia em ferradura, cercando a colina central e pelas estradas e caminhos já estabelecidos nos processos de ocupação territorial, tem-se uma trama urbana complexa, sem uma caracterização clara, havendo, entretanto, uma predominância do traçado ortogonal em grande parte da cidade.

Em respeito às velhas e utilizadas estradas e caminhos, ou talvez mais pela falta de um sistema de planejamento que pudesse traçar um sistema viário mais bem organizado, os loteamentos, que, em sua grande maioria, eram tabulares (quadras retangulares), obedeceram ao sentido, forma e direção das mesmas estradas, criando situações bastante complexas.

Somente a partir da Lei Federal 6 766, de 19 de dezembro de 1979 (alterada pela Lei Federal 9 785/99 de 29 de janeiro de 1999), que dispõe sobre o parcelamento do solo (divisão da terra em unidades juridicamente autônomas) em áreas urbanas e de expansão urbana a nível Federal, que a maioria das cidades brasileiras, inclusive Araçatuba, passaram a se preocupar efetivamente com o planejamento urbano, utilizando tal lei como fio condutor para a implantação dos loteamentos urbanos, já que, na ausência de Plano Diretor ou de Leis que disciplinem o parcelamento do solo, o município deve obrigatoriamente utilizar as diretrizes estabelecidas na referida Lei. Esta, por sua vez, determina que os espaços livres obrigatórios em cada loteamento devem ser proporcionais à densidade de ocupação prevista, com a implantação de equipamentos de lazer.

No entanto, a citada Lei deixa a critério dos municípios, através de seus Planos Diretores, o estabelecimento dos percentuais de espaços livres de uso público a serem reservados nos projetos de loteamento. Possibilidade esta que, atrelada à permissividade pública, auxilia no desenvolvimento especulativo nas cidades, facilmente corrompido para atender a outros tipos de interesse.

Dessa forma, em Araçatuba, novos loteamentos (incluindo chácaras de recreio e conjuntos habitacionais) só foram permitidos quando suas glebas originais fizessem parte da chamada zona urbana, ou de expansão urbana, definidas por lei

municipal específica. As alterações do perímetro urbano não poderiam mais ocorrer à revelia do planejamento urbano.

Nesse sentido, as ações de planejamento urbano deveriam ser utilizadas para a ordenação do desenvolvimento das áreas, a fim de distribuir, sistematicamente, praças e sistemas de lazer, evitando a concentração em algumas zonas e completa escassez em outras.

No entanto, anterior à Lei Federal 6 766/79, o que se verificou em Araçatuba foi a localização dos usos na malha urbana ocorrendo de forma a responder às necessidades cotidianas e das forças produtivas, considerando a disponibilidade de área, e não o crescimento ordenado e planejado da cidade.

Araçatuba dispôs sobre as diretrizes do seu parcelamento do solo somente com a aprovação da Lei Municipal nº 2 913, de 1988, e posteriores Leis Municipais que alteravam a redação de seus dispositivos, como visto no capítulo anterior. Portanto, desde a referida Lei, a política urbana do município prevê a doação de 10% do projeto de loteamento às áreas verdes. Desse total, 50% da área é localizada pela Prefeitura, e os 50% restantes são escolhidos pelo loteador. É exigido apenas que, em qualquer ponto da área doada, seja possível inscrever um círculo de raio de 10 m; portanto, observa-se que não há uma especificidade quanto à área ser loteável e, também, não há nenhum critério locacional apontado.

Assim, o crescimento de Araçatuba foi realizado de modo a priorizar os interesses privados dos loteadores, afigurando-se numa iniquidade praticada contra a comunidade. Isso porque, ao permitir que o loteador escolha a área a ser doada, o poder público desvirtua-se de suas finalidades em detrimento do interesse particular.

Portanto, seja pela inoperância do poder público, seja pela falta de compromisso com crescimento planejado da cidade, com o cumprimento da legislação e, principalmente, com o meio ambiente, observa-se que as políticas públicas tendem a privilegiar o econômico em detrimento da natureza e da qualidade de vida dos cidadãos.

Daí a constatação a campo sobre a *forma geométrica das praças públicas*, em que foi observado que cerca de 40% delas correspondem às formas triangular e circular, que evidenciam a adequação da maior parte das praças ao traçado das quadras e do sistema viário. Essas áreas podem ser consideradas áreas de sobra, destinadas ao lazer e à recreação, em sua maioria, exercendo a função de um canteiro central ou rotatória. No restante, aproximadamente 60% apresentam-se em quadradas ou retangulares, formas preferenciais para a ocupação e uso de praças públicas que requerem áreas condizentes à implantação de mobiliário urbano, voltado ao lazer e a recreação. (Tabela 5).

Tabela 5 - Forma geométrica das praças públicas de Araçatuba/SP.

Forma Geométrica	Quantidade de praças	Em porcentagem (%)
Quadrangular	61	42,06
Triangular	52	35,86
Retangular	27	18,62
Circular	4	2,75
Outra	1	0,68
Total	145	100

Além disso, a partir do registro das áreas das praças públicas de Araçatuba e pela análise do Cadastro Quantitativo, constata-se que 7 praças públicas, ou seja, 4,82%, não poderiam ser consideradas como áreas verdes, já que, pela Lei Municipal nº 2 913, de 1988, para que a área doada pelo loteador seja computada como tal, é necessária a inscrição de um círculo de raio de 10 m em sua extensão, o que equivale a um espaço mínimo de 314 m², conforme demonstrado no capítulo anterior. No entanto, pelo levantamento realizado junto ao Setor de Praças e Jardins, tais praças públicas, cujo projeto de lei é posterior à Lei Municipal nº 2 913, são incluídas como áreas verdes, consideradas pelo órgão público, mesmo com raio inferior a 10 m.

Nessas condições, é possível realizar duas constatações: a primeira sugerindo uma possível política de favorecimento de interesses particulares, e a segunda indicando a ausência de fiscalização do município no projeto de loteamento, durante a fase de implantação.

Outras 7 praças públicas possuem também área inferior a 314 m²; no entanto, são validadas, visto que seus respectivos projetos de lei antecedem a referida Lei Municipal. Cabe ressaltar que, dentre as 145 praças públicas, 20 (que correspondem a 13,79%) não possuem registradas suas respectivas áreas, não sendo possível, portanto, analisá-las sob este aspecto.

De modo geral, atualmente, o sistema viário é questão fundamental na estruturação do espaço urbano, de forma que passa a ser o principal referencial paisagístico. Com os conceitos funcionais e racionalistas da urbanística contemporânea, a via deixou de estar organicamente articulada às edificações e subordinou todo o território da cidade às necessidades dos veículos, onde a pista de rolamento foi alargada em detrimento dos espaços para calçadas de pedestres, canteiros centrais e áreas verdes.

Um fato que é comumente observado nas cidades brasileiras, e Araçatuba não é uma exceção, é o modo como estas foram construídas rapidamente e de modo convencional, preocupando-se, sobretudo, com aspectos políticos e econômicos e esquecendo-se de sua capacidade física de suporte. Em Araçatuba, por exemplo, no início da ocupação de seu território, não foram estabelecidos os percentuais de espaços livres de uso público (que englobam as áreas de lazer, como as praças) a serem destinados nos

projetos de loteamento, dando lugar ao incessante aproveitamento do solo urbano para edificações, em detrimento da qualidade ambiental urbana.

Sob esse aspecto, através dessas pontuações referentes à distribuição espacial das praças públicas pela malha urbana de Araçatuba, conclui-se que o crescimento da cidade foi realizado de maneira espontânea e natural, sem um planejamento adequado. Tal inadequação acarretou problemas, tais como: áreas acrescidas para atender à demanda imobiliária, grande porcentagem de áreas não loteadas dentro do perímetro urbano, e uso e ocupação inadequada do solo.

Outro fator que compromete a eficiência da legislação urbanística é quando a mesma não estabelece padrões que respeitem as características de cada comunidade e de cada área em relação ao meio físico. Verifica-se que o crescimento do aglomerado urbano de Araçatuba, num processo claro de aglutinação, deu-se pela justaposição de loteamentos na forma tabular genérica, alterada apenas quando algum fator de relevo ou barreira artificial não permitisse essa simples continuidade. A ausência de política adequada e corretiva facilitou as ocupações irregulares, que comprometeram o perfil urbanístico, quando não o uso e ocupação criteriosa do solo.

4.2. Aspectos quantitativos e qualitativos das praças públicas de Araçatuba/SP.

Serão apresentadas, a partir de então, algumas constatações diagnosticadas através do levantamento de campo de *informações quali-quantitativas* das praças públicas, que forneceram subsídios para análise do ambiente. Para o levantamento das características de cada praça, foi utilizado um formulário. (Anexo). É importante observar que todo o trabalho de campo foi realizado pela pesquisadora, pautado na sua percepção visual e nos parâmetros estabelecidos mediante referencial bibliográfico, como exposto nos procedimentos metodológicos.

A análise do *tipo de ocupação das praças públicas* teve como objetivo verificar se as mesmas estão exercendo suas funções, sejam elas ambientais, paisagísticas, de defesa, psicológica e/ou recreativa dentro do urbano, bem como avaliar sua efetivação de fato, correspondente ao seu acesso e uso pleno.

Dentre as 145 praças públicas, 48 não passam de áreas vazias, que, ao invés de desempenharem papel fundamental na qualidade ambiental urbana, com aspectos referentes ao conteúdo paisagístico e de infra-estrutura, acabam pulverizadas no contexto da malha urbana, pois exercem a função de área de depósito de entulho e lixo ou de área de sobra do traçado viário urbano.

Na maioria dos casos, as praças não efetivadas evidenciam uma política de negligência pública, visto que, pela observação de seus decretos e leis, as áreas já deveriam ter sido equipadas e dotadas de infra-estrutura.

Essas áreas que constam como praças públicas, mas que não passam de terrenos baldios, não cumprem com suas funções ambientais, tornando-se depósitos de resíduos sólidos e, portanto, potenciais abrigos para organismos vivos como macrovetores (ratos, baratas, moscas etc.) e microvetores (vermes, bactérias, fungos e outros), que podem ser, inclusive, agentes portadores de doenças, e nocivos à saúde humana. O abandono ao qual tais áreas estão relegadas acaba, também, transformando esses locais em pontos utilizados para atividades marginais, como prostituição, tráfico de drogas, entre outros. Além disso, notam-se, outras vezes, freqüentes invasões dessas áreas por particulares que se apoderam dos espaços, devido à ausência de uso e fiscalização.

A *vegetação urbana existente nas praças públicas* foi também um dos parâmetros utilizados para a análise, pois é um importante agente atenuante dos efeitos causados pelas interferências humanas, principalmente no tocante às alterações de elementos climáticos que resultam em desconforto térmico e comprometem, inevitavelmente, a qualidade de vida. Embora a vegetação, isoladamente, não tenha o poder de alterar, de modo significativo, a qualidade de vida urbana, sua eficiência na recuperação das condições ambientais é, hoje, altamente reconhecida no meio científico.

Em Araçatuba, observou-se a predominância da vegetação exótica (quase 64%). Resultado esperado, já que o desmatamento intensivo em todo o Estado reduziu a vegetação natural de Araçatuba a pequenas áreas localizadas nas margens dos cursos d'água de maior porte e a pequenas manchas isoladas de matas e cerrados, que constituem, portanto, a reserva de áreas de vegetação remanescente do município. A fauna natural, de modo geral, é pobre. A quase totalidade das espécies vegetais e animais nativas desapareceram.

Destaca-se também a vegetação espontânea (cerca de 29%), cuja existência se explica pelo fato de haver áreas sem ocupação, que, embora bem capinadas, não contribuem para a melhoria da qualidade ambiental urbana. O ideal seria que as praças públicas possuíssem uma mistura de vegetação nativa e exótica, a fim de manter a diversidade de espécies e a biodiversidade local, como árvores, arbustos, herbáceas e palmeiras bem distribuídas, de modo a exercer tanto as funções ambientais quanto as paisagísticas. Para tanto, é essencial que haja, pelo menos, um jardineiro responsável pela manutenção da área. (Tabela 6).

Tabela 6 - Vegetação existente nas praças públicas de Araçatuba/SP.

Vegetação existente	Quantidade de praças	Em porcentagem (%)
Exótica	92	63,44
Espontânea	41	28,27
Exótica e Espontânea	10	6,89
Nativa e Exótica	1	0,68
Sem Vegetação	1	0,68
Total	145	100

Quanto aos *aspectos físicos e sanitários da vegetação*, foram identificados, nas praças públicas de Araçatuba, na maioria dos casos, pequenos problemas relacionados com pragas e também sérios problemas relacionados ao corte indevido das árvores e à ausência de uma política de substituição. No geral, as áreas apresentaram aspectos físicos e sanitários satisfatórios, como pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 - Aspectos físicos e sanitários da vegetação das praças públicas de Araçatuba/SP.

Aspectos físicos e sanitários da vegetação	Quantidade de praças	Em porcentagem (%)
Bom	3	2,06
Satisfatório	96	66,20
Ruim	45	31,03
Sem vegetação	1	0,68
Morta	0	0
Total	145	100

No que se refere a este parâmetro, ressalta-se que a vegetação urbana deve ser manejada constantemente com a realização de podas em árvores com galhos podres, secos ou lascados, extrações de árvores com risco de queda ou que apresentam algum problema fitossanitário irreparável, plantio de novas árvores, visando à substituição daquelas extraídas, ou mesmo para adensamento da vegetação de porte arbóreo, poda de levantamento de copa, trato dos problemas de pragas e doenças, capinamento do gramado e poda da vegetação arbustiva, e diversificação das espécies utilizadas e priorização das nativas. Também deve ser levada em consideração, na fase de planejamento de uma área verde, a preocupação com espécies que dão maior demanda de manutenção e altos custos de implantação, como as capinas de gramas exóticas.

Além disso, ao longo da realização do trabalho de campo, observou-se, em Araçatuba, que as práticas de manejo não obedecem a um critério definido, já que são realizadas mediante solicitação da comunidade, sendo praticadas, muitas vezes, de maneira equivocada, com presença de podas mal feitas (durante a floração, executadas com equipamento inadequado etc.), que deformam e prejudicam o bom desenvolvimento das

árvores, além de presença de espécies inadequadas no local, interferindo na fiação elétrica, redes de água e de esgoto e calçamentos.

Em trabalho de campo, foram também analisados os aspectos relativos ao *porte e densidade da vegetação, cobertura do solo, qualidade paisagística*, que se referem ao mobiliário urbano existente nas praças públicas e *estado de conservação e limpeza*.

Em relação ao *porte e densidade da vegetação e cobertura do solo*, constatou-se, nas praças públicas de uso efetivo, a quase total predominância de gramado e calçado. Nesse sentido, a maioria das áreas apresenta carência de vegetação arbórea, cuja importância é fundamental, em especial, pela promoção de maior sombreamento e, por conseguinte, sensação de conforto térmico aos frequentadores.

Já no que tange à cobertura do solo, o ideal seria que a impermeabilização ocorresse somente em pistas de caminhada e em pequenos trechos de passagens, mas o que se observou foi o quase total calçamento das praças públicas, o que, de um lado, limita a infiltração da água da chuva e, de outro, facilita a limpeza da área, sendo que o último aspecto tende sempre a prevalecer na escolha da implantação da área. As áreas não impermeabilizadas se limitam praticamente às praças públicas não efetivadas, portanto, àquelas que não recebem nenhum tipo de mobiliário ou equipamento urbano. (Tabela 8).

Tabela 8 - Impermeabilização das praças públicas de Araçatuba/SP.

Impermeabilizada (em %)	Não Impermeabilizada (em %)
63,41	36,55

Outro fator observado foi o tipo de material utilizado na impermeabilização das praças públicas. Nesse aspecto, ressalta-se a importância da manutenção da área quanto ao assentamento da pedra portuguesa, em especial. (Tabela 9). Esse fato se agrava quando as pessoas deficientes físicas se deparam com qualquer objeto localizado sobre as praças que reduza a largura da mesma, inviabilizando a sua circulação, devido ao tamanho, por exemplo, da cadeira de rodas, ou às irregularidades das calçadas que dificultam o uso de muletas, e ainda aos inúmeros buracos que prejudicam a caminhada de pessoas com movimentos limitados. Além disso, observou-se que, nas praças públicas de Araçatuba, não há rebaixamentos nas guias de meio-fio para melhorar o acesso às calçadas por meio de rampas identificadas, cuja inclinação facilite a locomoção das pessoas portadoras de mobilidade reduzida.

Tabela 9 - Tipo de material de construção das praças públicas impermeabilizadas de Araçatuba/SP.

Bloquetes	Concreto	Paralelepípedo	Pedra portuguesa	Outros
1,37	28,96	0,68	29,65	2,75

Para que a praça pública cumpra suas funções, é necessário que a área seja dotada de aspectos urbanísticos e de infra-estrutura, além de mobiliário urbano e equipamentos que possibilitem seu uso efetivo.

No tocante aos *equipamentos de lazer e mobiliário urbano* que fazem parte das praças públicas, observou-se, em Araçatuba, vários danos existentes. Para este aspecto, é recomendável que o poder público desenvolva campanhas educativas aos usuários quanto à sua utilização adequada e conservação.

Foram identificados, em trabalho de campo, todo o mobiliário urbano existente nas praças públicas e sua qualidade, no que se refere à possibilidade de uso da população, de modo que sua distribuição apresenta-se conforme a Tabela 10:

Tabela 10 - Mobiliário urbano e equipamento existente nas praças públicas de Araçatuba/SP.

Equipamentos	Existente
Banca de revista	5,51
Bancos	58,62
Bebedouro	11,72
Brinquedos	7,58
Campo de Futebol	3,44
Chafariz ou fonte	3,44
Coreto	0,68
Edificação	5,51
Estacionamento	5,51
Inexistente	27,58
Lixeiras	12,41
Luminárias	54,48
Mesa de jogos	0,68
Obras de arte	2,75
Placa de identificação	13,79
Ponto D'água	2,06
Ponto de ônibus	15,86
Quadra de vôlei de areia	9,89
Quadra de futebol de salão	1,37
Quiosque fixo de alimentação	0,68
Sanitários	10,34
Telefone público	29,65
Trailer de alimentação	19,29

De maneira geral, todos os equipamentos listados na tabela acima têm sua importância no contexto de uma praça que apresente uma área suficiente para alocá-los. O ideal seria que pelo menos algumas praças, na centralidade dos bairros, pudessem dispor

de toda infra-estrutura levantada, favorecendo todas as idades, em todos os horários e de diversas formas.

Segundo Demattê (1999), numa praça, deve haver água potável para beber, caminhos e espaços para pedestres, guias rebaixadas e rampas para deficientes físicos, bancos, lixeiras e iluminação noturna. Se houver possibilidade, a praça deve ter ainda telefone público, banheiros feminino e masculino, playground, quadra de esporte, coreto, ponto de táxi, abrigo para ponto de ônibus, caixa de correio, quiosques, relógio e fonte luminosa, entre outros elementos. (apud CARVALHO, 2001, p. 24).

Pela identificação do mobiliário urbano e equipamento existente, é possível constatar a falta de condições de uso das praças, já que apenas 58% possuem bancos e 54% luminárias, que são equipamentos elementares para que a área cumpra sua função.

Com relação à iluminação, em Araçatuba, constataram-se atos de vandalismo referentes às luminárias quebradas, que, associadas ao descaso público, acabam tornando-se áreas mal iluminadas e propícias às atividades marginais. Outro aspecto igualmente importante é o registro de áreas sem iluminação (totalmente desprovidas de postes de luz), em especial, nas praças públicas não ocupadas efetivamente, que se configuram como ponto de insegurança à comunidade circunvizinha à área. (Tabela 11).

Tabela 11 - Iluminação das praças públicas de Araçatuba/SP.

Iluminação	Quantidade de praças	Em porcentagem (%)
Bom	11	7,58
Regular	68	46,89
Ruim	09	6,2
Sem iluminação	57	39,31
Total	145	100

Cerca de 28% das praças públicas apresentaram equipamento, infra-estrutura e mobiliário urbano inexistente, fato que pode ser explicado em virtude das praças não efetivadas.

Pela análise, também é possível constatar que as praças de Araçatuba quase não oferecem equipamentos de recreação e lazer. Aproximadamente, 7,8% delas possuem brinquedos, 3,5% oferecem campo de futebol, 0,7% mesa de jogos, 9,9% quadra de vôlei de areia e 1,4% apresentam quadra de futebol de salão.

Quanto ao comércio em geral existente nas praças, tem-se, aproximadamente, 5,5% de banca de revista e estacionamento, 15,8% de ponto de ônibus e 19,29% de trailer de alimentação. Com relação aos serviços oferecidos pelas praças, tem-se

11,7% das praças com bebedouros, 12,4% com lixeiras, 10,3% com sanitários, e 29,6% com telefone público.

Destacam-se também as edificações institucionais encontradas (creche, capela, centro comunitário, estruturas operacionais de água e polícia) circunscritas às praças de Araçatuba, em especial, as igrejas católicas. Como é comumente observado nas cidades brasileiras, as igrejas se localizam na praça ou em suas imediações, de modo a se destacarem na paisagem urbana e, até mesmo, de oferecer, através da praça, um espaço em comum para a sociabilidade da comunidade cristã. Do total, 5,5% das praças públicas apresentaram edificações.

Poucas praças públicas apresentam equipamentos contemplativos. 3,4% possuem chafariz ou fonte, 0,6% oferecem coreto e 2,7% têm obras de artes. Ressalva-se ainda a quase ausência de placa de identificação, sendo que apenas 13,7% das praças o possuem. Em trabalho de campo, observou-se também atos de vandalismo que foram responsáveis pela falta de identificação de alguns logradouros que tiveram suas placas de metal roubadas.

Para a realização da análise da qualidade paisagística das praças públicas, foram utilizadas como referência as condições de uso do mobiliário urbano, variando, portanto, conforme os problemas identificados e segundo a qualidade dos equipamentos disponíveis.

No geral, a *qualidade paisagística* das áreas apresentou-se ruim e inexistente, justamente pelo fato de a maioria das praças públicas apresentarem danos nos equipamentos e não serem ocupadas de forma efetiva, respectivamente, conforme pode ser verificado na Tabela 12.

Tabela 12 - Qualidade paisagística das praças públicas de Araçatuba/SP.

Qualidade paisagística	Quantidade de praças	Em porcentagem (%)
Bom	1	0,68
Satisfatório	40	27,58
Ruim	54	37,24
Inexistente	50	34,48
Total	145	100

As praças podem agregar as diversas formas de lazer, entre o lazer ativo – ligado a alguma atividade – e o lazer passivo – mais contemplativo. Podem servir como espaço de transição; podem ser utilizadas para manifestações populares; podem, temporariamente, abrigar feiras de artesanato ou de outros produtos, nos fins de semana ou em outros dias da semana; enfim, as praças são espaços muito relevantes para uso de toda a população, além de funcionarem, quando corretamente projetadas, como elemento de

amenização climática. Exercem um efeito visual muito importante dentro da paisagem urbana, organizando o espaço urbano e a vida coletiva, exercendo um papel centralizador, funcionando ainda como regulador da qualidade do meio ambiente urbano, e como lugar de contemplação e amenização emocional do estresse urbano. Pode também ser considerada um prolongamento do espaço interior das casas que ficam em sua volta.

Entretanto, para que as funções das praças públicas sejam cumpridas, há a necessidade de se avaliar a qualidade das mesmas, levando em consideração seus equipamentos e vegetação. Segundo Barbosa (1989), a manutenção da praça é a base de sua sobrevivência e sempre espelhará sua qualidade e aparência. (apud CARVALHO, 2001, p. 23). Porém, convém ressaltar que não há um modelo de qualidade das praças públicas, já que as pessoas apresentam padrões de comportamento distintos, que são influenciados por fatores como aptidão física e mental, idade, sexo, entre outros. Por isso, o ideal seria planejar espaços livres maiores que pudessem atender a toda a população dos bairros que circundam a área.

No que se refere ao *estado de conservação e limpeza das praças públicas*, considerou-se uma definição que variou de bom a inexistente. No município de Araçatuba, a limpeza pública é administrada diretamente pela Divisão de Serviços Públicos da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal. O setor da limpeza pública se responsabiliza pela gerência e execução dos serviços que vão da coleta à disposição final dos resíduos sólidos, gerados na região urbana e nos distritos rurais de Taveira, Major Prado, Vicentinópolis e Santo Antônio do Aracanguá. O setor abrange, ainda, varrição, limpeza de logradouros públicos, serviços de podas, entre outros.

Possivelmente, em virtude do acúmulo de funções, a Divisão de Serviços Públicos não consegue atender a todas as necessidades da cidade, dando prioridade à limpeza das praças públicas mais freqüentadas, como foi possível constatar no trabalho de campo. Normalmente, as praças que recebem atendimento são aquelas ligadas às áreas circunvizinhas aos setores de prestação de serviço e comércio em geral.

A área servida por serviços de varrição é de cerca de 30% do total de área pavimentada; a varrição é diária na zona central da cidade e, no restante, a média é de 1 a 2 vezes por semana, chegando a 3 vezes em alguns trechos. A limpeza dos logradouros públicos, mercados e feiras consiste na varrição e na coleta do lixo.

Por sua vez, os serviços de raspagem, roçadas e capina são tarefas especiais não integradas em programas sistemáticos. Esses serviços são realizados em mutirões e efetuados a pedidos. Já os serviços de poda e plantio de árvores e apreensão de animais soltos não estão integrados em programas sistemáticos; são executados como tarefas especiais e a pedidos. São atendidos em média 5 pedidos diários de podas de

árvores. Há também um serviço de acompanhamento das condições das árvores mais antigas.

No trabalho de campo, aproximadamente 72% das praças apresentaram estado de limpeza e conservação ruim e inexistente, resultado que pode ser explicado por dois fatores: o primeiro se deve às lixeiras, que estão presentes em apenas 12,4% das praças da cidade. A existência desse equipamento é relevante por elas serem, em grande parte, responsáveis pelo estado de limpeza dos referidos locais. Em segundo lugar, destacam-se as praças públicas não efetivadas e algumas outras abandonadas pela comunidade e pelo setor público. (Tabela 13).

Tabela 13 - Estado de limpeza e conservação das praças públicas de Araçatuba/SP.

Limpeza e Conservação	Quantidade de praças	Em porcentagem (%)
Bom	0	0
Satisfatório	41	28,27
Ruim	60	41,37
Inexistente	44	30,34
Total	145	100

Ao final, conclui-se, pela análise das praças públicas de Araçatuba, que os espaços livres devem ser racionalmente planejados e distribuídos dentro dos loteamentos e pela malha urbana, levando-se em conta o tipo de espaço necessário e sua área de influência, além do adensamento e necessidades populacionais de cada setor, evitando-se o uso de rotatórias e canteiros centrais como praças públicas, observados em trabalho de campo.

No entanto, reconhece-se, neste estudo, a importância desses sistemas de integração urbana, uma vez que se entende que as áreas verdes são como um sistema, onde cada elemento – parque, bosque, praça – se complementa e se reestrutura em funções, sobretudo, ao se interligar com os demais componentes do espaço urbano. Cada um desses elementos está fisicamente determinado e isolado no interior da cidade, sendo que uma perfeita arborização das vias ou de áreas públicas de pequenas dimensões complementar as funções primárias exercidas por esse sistema. Isso possibilitaria distribuir por todo o espaço urbanizado uma massa de vegetação que, ao amenizar e complementar a paisagem, favoreceria melhorias do micro clima local através de renovação do ar e sombreamento dos espaços, intensificando o contato da população com a vegetação.

“A arborização de cidades, realizada de forma planejada, apresenta-se como uma opção para a melhoria da qualidade ambiental urbana tendo em vista os

benefícios diretos e indiretos proporcionados pelas áreas verdes e árvores de ruas”. (DETZEL, 1992 apud GÜRTLER, 2000, p. 8).

De um modo geral, observa-se que, no município de Araçatuba, a expansão urbana acelerada e a falta de controle dificultaram, quando do parcelamento do solo urbano, a reserva de áreas com atributos naturais significativos para áreas verdes. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de serem incentivadas, nos novos projetos paisagísticos, áreas verdes – corredores verdes, parques lineares, praças, parques e arborização de acompanhamento viário –, pois alguns locais considerados como praças públicas sequer apresentam uma espécie arbórea. Esses locais devem ser priorizados, levando em consideração que ocorre uma descontinuidade do verde público, uma vez que a arborização viária é muito restrita. A recomposição vegetal desses espaços, quando da reforma e/ou adensamento de vegetação, deve priorizar a utilização de espécies ocorrentes na fisionomia da vegetação natural da região, favorecendo a biodiversidade local.

Assim, a qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infra-estrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas, em especial, as praças públicas, constituem-se elementos imprescindíveis para o bem estar da população, visto que influenciam diretamente a saúde física e mental da população.

Ao final, conclui-se que, apesar de serem múltiplos os fatores que contribuem para a degradação da qualidade de vida nas cidades, importa aqui destacar o relevante papel das praças públicas no contexto urbanístico-ambiental.

4.3. Sistematização das condições de acesso e uso das praças públicas de Araçatuba/SP: propostas de ações e medidas para o planejamento ambiental urbano voltado às políticas públicas das áreas verdes.

O processo de crescimento desenfreado e, na maioria das vezes, desordenado, vivenciado atualmente pelas cidades brasileiras, aliado à falta de planejamento adequado que viabilize uma integração da área construída com a cobertura vegetal, acaba por provocar uma significativa queda na qualidade ambiental e de vida.

Nesse cenário, a manutenção de espaços livres e verdes urbanos traz benefícios de ordem direta e indireta, que se interligam aos aspectos ambientais e sócio-econômicos. Contudo, a criação, conservação e a gestão das áreas verdes urbanas como importantes elementos ambientais e de qualidade de vida urbana, no contexto da gestão municipal brasileira, ainda é bastante deficiente e enfrenta diversos obstáculos de ordem legal e operacional.

Com o intuito de amenizar e controlar os impactos gerados pela forma de ocupação vigente, entra em cena o papel a ser desempenhado pela administração municipal. A ela compete orientar o desenvolvimento do município através dos instrumentos de gestão e de leis específicas que tornem compatíveis os aspectos de desenvolvimento econômico e os de preservação ambiental.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, esses instrumentos de gestão tiveram que ser reformulados, a fim de atender aos novos preceitos por ele instituídos, cabendo essa tarefa ao novo Plano Diretor, Código de Meio Ambiente, Código de Posturas e de Obras do Município.

Tais regramentos, relacionados à prevenção, ao controle e à recuperação do meio ambiente e da qualidade de vida, visam, sobretudo, ao bem estar da população e envolvem todos os aspectos ambientais relacionados.

A qualificação ambiental do território compreende: estruturar o território do município, através da valorização de seu patrimônio ambiental; promover a preservação e conservação do potencial ambiental do município; garantir a perpetuação do patrimônio ambiental do município, sempre buscando a superação de conflitos relacionados à poluição e degradação ambiental.

Já a valorização dos espaços públicos abrange a reorganização e revitalização de áreas públicas, de forma a evitar sua ocupação desordenada e a assegurar o cumprimento de sua função social. No entanto, a formulação dessa estratégia e dos programas a ela associados depende da vontade política e eficiência jurídico-financeira da sua administração municipal.

Nesse sentido, a fim de contribuir com o planejamento ambiental urbano do município de Araçatuba, propôs-se, aqui, apresentar de modo sistematizado alguns apontamentos relacionados às condições de acesso e uso das praças públicas, com o intuito de ressaltar o papel dessas áreas como indicador de qualidade ambiental urbana.

Para tanto, foi necessária uma análise correlacionando a distribuição espacial das praças públicas com as características quali-quantitativas diagnosticadas a campo. Nesse sentido, com o objetivo de facilitar a análise, foram elaborados três mapas temáticos – referentes aos aspectos físicos e sanitários da vegetação, estado de conservação e limpeza das praças públicas e qualidade paisagística – que, associados à distribuição das mesmas na malha urbana, permitiram uma visão integradora da realidade.

Cabe destacar, neste momento, a importância do conhecimento do quadro atual a fim de propor ações e medidas que auxiliem os gestores municipais. Desse modo, acredita-se que a distribuição espacial, a quantificação e qualificação das praças públicas em Araçatuba apresentam-se como fator essencial para a consolidação de uma estrutura específica, capaz de planejar e gerir ações voltadas às áreas verdes urbanas. A realização

desse levantamento possibilita definir políticas, propor e implantar programas e projetos de gestão de áreas verdes.

No caso de Araçatuba, os problemas existentes requerem ações expressivas para sua superação, como foram detalhados mediante a análise anterior, pautada segundo dois aspectos: o primeiro considerando a distribuição espacial, e o segundo referindo-se às características obtidas por meio de trabalho de campo de cada praça pública.

De modo geral, a distribuição das praças públicas de Araçatuba não é regular, sendo que esses espaços se concentram mais na porção central da cidade e em bairros considerados mais nobres, segundo o padrão urbanístico e de infra-estrutura e nível sócio-econômico da população. Nesse aspecto, em função da área da cidade, essa situação é problemática, já que os bairros periféricos acabam sendo prejudicados quanto ao acesso e uso das praças.

Assim, observa-se pela distribuição espacial das praças públicas que, na cidade de Araçatuba, não há um critério locacional definido quanto à sua implantação. Caberia aqui propor aos gestores municipais desenvolver políticas de adequação às áreas voltadas ao lazer e recreação, buscando realizar alterações na redação de seus dispositivos da Lei Municipal 2 913, de 1988, especialmente, àquele referente ao Artigo 2º, inciso V, item “a” e “b”, que estabelece que a área a ser doada fique a critério e escolha do loteador.

Em trabalho de campo e mediante consulta aos Cadastros Quali-Quantitativos (Quadro 5 e 6) e aos Mapas Temáticos (Mapas 3, 4 e 5), nota-se que as praças públicas, nas áreas centrais e em seu entorno, apresentam-se em grande quantidade e muito próximas uma às outras, enquanto, em outros bairros considerados de baixo padrão sócio-econômico, há uma carência de áreas públicas destinadas ao lazer e à recreação. Há, nessas áreas, portanto, a predominância de terrenos vazios e não implantados efetivamente.

Esse resultado se agrava quando avaliado sob a perspectiva da qualidade paisagística e do estado de conservação e limpeza das praças públicas, uma vez que há uma observância clara quanto à distribuição das mesmas. As praças públicas dotadas de equipamentos, infra-estrutura e mobiliário urbano, conservadas e limpas, estão efetivamente localizadas na área central e em seus arredores, salvo aquelas que possuem mantenedores.

Em relação aos aspectos físicos e sanitários da vegetação, seria importante destacar a necessidade de uma reformulação das espécies vegetais a serem implantadas, as quais apresentam uma variabilidade muito baixa e com predominância de espécies exóticas, que pouco contribuem às funções ambientais.

Mediante a sobreposição das informações presentes nos mapas temáticos, é possível observar que a distribuição espacial das praças públicas e suas características particulares mantêm como eixo norteador as condições de vida e classificação do perfil imobiliário ao qual o bairro está inserido. Por essa razão, a área central e seu entorno, bem como os bairros considerados de alto padrão, apresentam as praças públicas mais adequadas no que se refere ao seu acesso e uso. Independentemente dos problemas diagnosticados, o padrão locacional ao qual se impõem as praças acaba aumentando a frequência da população, seja por estarem localizadas próximas às escolas, instituições assistenciais e comerciais, bem como aquelas ligadas ao caráter religioso, entre outros.

De modo geral, a distribuição espacial das praças públicas na malha urbana de Araçatuba permite distinguir a existência de feições marcantes do seu processo de urbanização, no qual o núcleo central da cidade apresenta estrutura urbana bem planejada, estabelecida pelo traçado urbanístico, privilegiado quanto à existência de áreas verdes. O traçado do sistema viário da cidade em um sítio plano abrigou canteiros centrais, praças públicas e rotatórias que beneficiaram a região central de Araçatuba. No entanto, com o decorrer do tempo e a necessidade da expansão urbana, o traçado viário inicial sofreu modificações em sua estrutura, fazendo com que os bairros periféricos, devido à falta de planejamento adequado, apresentassem uma carência de praças públicas, quando comparados aos bairros localizados na região central da cidade.

Ademais, o traçado viário do núcleo urbano de Araçatuba se expandiu além do relevo plano, ocupando áreas de maior declividade, determinando o crescimento urbano de forma inadequada, no qual seu traçado viário foi limitado pelas condicionantes topográficas. Dessa forma, podem ser observadas algumas distorções na atual configuração espacial da cidade, cuja expansão urbana resultou em uma ineficiente implantação de áreas verdes públicas e equipamentos comunitários, ligados, especialmente, às áreas de lazer e recreação, da inexistência de terra urbana livre de propriedade pública e de loteamentos em áreas impróprias.

Desse modo, algumas ações e medidas deveriam ser tomadas pelo poder público para que as praças dos bairros periféricos e daqueles de ocupação mais recente do município fossem inseridas no contexto da vida cotidiana da população. Caberia ao poder público, mediante planejamento urbano, readequá-las sob o ponto de vista de infra-estrutura e mobiliário urbano, a fim de dotá-las de equipamentos que possibilitem as mesmas a exercer as funções para as quais se destinam. Portanto, para a implantação dessas praças públicas, seria importante considerar os requisitos necessários ao desenvolvimento das funções a que se designam, e seu projeto poderia estar definindo tanto as características físicas e estéticas, quanto a formação das esferas social e cultural, e as implicações e potencialidades do local. E, se necessário, o poder público deveria incorporar novas áreas

de lazer e recreação naqueles bairros, com o objetivo de estruturá-las para o uso da comunidade.

A implementação de novas áreas verdes deve ser realizada em Araçatuba de forma a proporcionar benefícios ao longo da malha urbana; preferencialmente, devem ser utilizadas espécies nativas, com a perspectiva do zoneamento ambiental que contemple áreas de conservação, considerando diferentes habitats. As áreas verdes urbanas públicas devem estar conectadas entre si, dentro do possível, com os canteiros centrais e a arborização viária funcionando como corredores; para isso, é essencial o uso de espécies nativas existentes nos mesmos. Além disso, o sistema de áreas verdes deve prever a conexão com a zona periurbana.

Acredita-se que, em Araçatuba, o acesso e uso das praças públicas dependem, exclusivamente, da readequação, reestruturação e reorganização das mesmas. Para inverter esse quadro, propõe-se um trabalho de desenho urbano com o tratamento dos espaços públicos no sentido da adequação e organização do mobiliário urbano, considerando quesitos necessários para manifestações artísticas, culturais, de lazer e recreação, além da valorização do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico.

No sentido da reestruturação urbana, conclui-se que as áreas designadas como praças públicas – mas que, pelo contexto da malha urbana, assemelham-se mais a rotatórias e canteiros centrais – deveriam ser incorporadas pelo planejamento ambiental urbano como áreas de funções ambientais de sistema de integração urbana, formando a rede rodo-ferroviária, que, se bem vegetada, contribuiria também com a função estética e paisagística. Associado a esse aspecto, seria interessante promover a arborização urbana tanto nas áreas verdes quanto em áreas de circulação, visando a oferecer aos habitantes da cidade as condições de conforto climático e visual necessárias.

Cabe ressaltar que a implementação das praças públicas deve estar associada a um programa de educação ambiental, visto que a cobertura vegetal influencia no bem-estar das pessoas, melhorando a qualidade de vida, proporcionando lazer, descanso e recreação, além de influenciar psicologicamente os indivíduos.

Nesse sentido, a observância na dinâmica populacional na área urbanizada é de fundamental importância para que se possa fomentar um planejamento urbano e ambiental mais condizente com a realidade, de forma que a densidade populacional seja um parâmetro efetivamente programado nos futuros loteamentos, possibilitando que a administração pública garanta áreas públicas para fins de atendimento às demandas por áreas verdes e equipamentos urbanos diversos.

De modo a se consolidar a caracterização das praças públicas, recomenda-se, adicionalmente, avaliar o perfil do usuário desses espaços, almejando

compreender como a população percebe o seu ambiente, quais valores são atribuídos às áreas verdes e às funções por elas desempenhadas.

Em suma, conclui-se que as 145 praças públicas presentes em Araçatuba seriam suficientes para contribuir com a qualidade ambiental urbana. Entretanto, isso só ocorreria, de fato, se, primeiro, os aspectos quali-quantitativos, como infra-estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos das praças obedecessem a critérios definidos; segundo, se as áreas fossem de uso efetivo e não terrenos baldios. Além disso, a disponibilidade de espaços para o lazer nas cidades não depende exclusivamente da existência de áreas para o desenvolvimento dessas atividades. A conservação e manutenção de todos os elementos que compõem as praças devem merecer atenção contínua dos órgãos públicos, que possuem a obrigação de gerenciar essas áreas, e da população que as utiliza. Enfim, o uso público de uma praça está intimamente ligado à manutenção, conservação e segurança que essa área recebe.

A análise pontual da distribuição das praças públicas nos leva a crer que, para o município atender adequadamente à demanda por essas áreas, terá que criar mecanismos de aquisição de terrenos públicos e critérios adequados para que tais espaços possam suprir as necessidades locais de acessibilidade, escala e diversidade de atividades públicas coletivas, gerando meios de reverter a atual tendência em agravar ainda mais as condições de qualidade ambiental e de vida para as futuras gerações.







CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças públicas foram escolhidas para estudo por serem um importante componente físico na paisagem urbana, e também pelo fato de possuírem funções específicas, que colaboram para a qualidade ambiental urbana. Destacam-se, igualmente, pelo seu valor paisagístico e cultural. Nesse sentido, as praças formam representações de um espaço natural dentro do ambiente construído pelo homem. Quando efetivadas de fato, as mesmas contribuem para o aspecto da verdadeira identidade do espaço urbano, no qual ambientes construídos e livres deveriam formar um mosaico harmonioso.

No entanto, para que essas características sejam concretizadas, as praças públicas devem ser planejadas e implantadas levando-se em conta a sua multifuncionalidade, ou seja, com melhor aproveitamento de suas funções, visando à obtenção da melhoria na qualidade ambiental urbana. Por isso, para planejar uma praça, é preciso, no mínimo, realizar um levantamento junto à comunidade que irá utilizá-la, a fim de conhecer seus desejos e necessidades expressas segundo níveis sócio-econômicos, sócio-culturais e etários, aliados à densidade de ocupação aceitável para o espaço em função, principalmente, das características ambientais locais.

Em Araçatuba, foram observadas mudanças nos padrões urbanísticos, provenientes de um processo de ocupação desordenado, que nem sempre se preocupou em preservar as praças públicas existentes ou criar áreas verdes que atendam às demandas dos habitantes. Inúmeros problemas foram identificados a campo. Em primeiro lugar, as praças da cidade surgiram sem um planejamento adequado que visasse à organicidade da malha urbana, acesso e uso das mesmas. Face às condições citadas, é comum observar praças sendo utilizadas como local de passagem, perdendo a função aglutinadora de seus primórdios. Em segundo lugar, verificou-se o descaso público quanto à implantação e manutenção de tais espaços públicos.

Foi possível verificar, sob o primeiro aspecto, que a *distribuição espacial das praças públicas na malha urbana da cidade* não obedeceu a um critério definido, daí a existência de inúmeros casos de áreas designadas como praças públicas, mas que exercem função de canteiro central ou rotatória. Percebe-se, portanto, uma política de valorização do sistema viário e da desenfreada ocupação do solo, de modo a delimitar áreas de sobra do traçado viário como sendo aquelas doadas ao poder público. Além disso, observou-se a valorização das áreas centrais e arredores – dotadas de infra-estrutura e mobiliário urbano condizente com as funções das praças públicas –, e uma gradativa carência na medida em que as mesmas se distanciam dos bairros nos quais predominam as atividades relacionadas aos setores comerciais e de prestação de serviços.

No que se refere ao segundo aspecto, *implantação das praças públicas*, obteve-se o seguinte resultado: dentre as 145 praças públicas existentes, 48 apresentam-se vazias (não implantadas de fato), sem nenhum tipo de equipamento, infra-estrutura e mobiliário urbano. Deve-se ressaltar que os decretos e leis dessas 48 praças públicas remontam desde o ano de 1982, sendo impossível justificá-las pela falta de tempo hábil de execução, com ressalva aos projetos registrados de 2000 em diante, que, salvo exceções, podem ser explicadas pelo curto prazo de tempo.

No geral, as áreas que não são de uso efetivo encontram-se com vegetação rasteira e gramado em estado satisfatório e qualidade paisagística inexistente, devido à ausência, então, de equipamentos e mobiliário urbano. A maioria das áreas transformou-se em depósitos de lixo e entulhos e, ainda, são consideradas perigosas pela população de seu entorno, que teme o abandono, ficando as mesmas à mercê de usos para fins marginais e de violência. A falta de iluminação e de capina – apontada pela comunidade – são aspectos que agravam a situação.

Quanto à *manutenção das praças públicas*, verifica-se a quase total ausência de uma Política de Fiscalização e Manutenção das Praças Públicas. Estas deveriam apresentar-se adequadamente arborizadas, de modo a produzir áreas de sombra, com a presença de vegetação de grande, médio e pequeno porte; os assentos deveriam ser bem distribuídos, confortáveis e localizados em áreas sombreadas; a iluminação deveria ser adequada e bem planejada, e, se possível, deveriam existir espaços destinados à recreação e ao lazer, além de outros tipos de serviços como telefones públicos, bancas de revistas, caixas de correio e cestos de lixo, o que nem sempre ocorre.

Através da análise dos equipamentos de infra-estrutura e mobiliário urbano, observou-se a falta de manutenção e fiscalização das praças públicas. Foram constatados vários danos quanto a bancos, bebedouros e luminárias, equipamentos esportivos não adequados ao uso, bem como a falta de aparatos que contribuíram para a função de recreação e lazer. Além disso, notou-se também que as praças públicas de Araçatuba deixam a desejar em relação à função contemplativa, devido à ausência de uma política de manejo de ajardinamento e arborização das cidades.

A falta ou a má iluminação também contribuiu para o fato de as praças públicas serem pouco freqüentadas no período noturno, já que, em alguns bairros, as mesmas se tornaram ponto de marginalidade. Atrelado a esse problema, encontra-se a falta de limpeza e conservação às quais as praças estão relegadas.

Um agravante para a manutenção das praças públicas é a falta de recursos de ordem financeira e estrutural (maquinário, mão-de-obra). A ausência de legislação mais específica também dificulta o trabalho de fiscalização e conservação das mesmas na cidade.

No que se refere às praças públicas efetivadas, observou-se a predominância de vegetação exótica, de porte arbustivo e rasteiro, que pouco contribui na função ambiental e de defesa. Portanto, como proposta, sugere-se a substituição de parte de tal vegetação pela nativa, dando prioridade às espécies arbóreas, que agem como obstáculo contra o vento, reduzem os ruídos, filtram o ar, dão suporte à fauna, promovem a amenização do clima urbano, proporcionando conforto térmico aos habitantes, graças ao aumento da evapotranspiração e umidade do ar e na diminuição da temperatura, devido ao efeito sombra. Além disso, essa medida contribuiria para o exercício da função estética, paisagística e psicológica das praças públicas, já que o planejamento paisagístico e o embelezamento desse ambiente físico tende a se relacionar com a diversidade de emoções e sentimentos que a praça pública pode proporcionar.

Outra constatação feita em campo foi a realização de podas e cortes incorretos que são praticados mediante solicitações da comunidade, sem acompanhamento de um critério definido. Como proposta, seria importante que a Prefeitura Municipal, em função do quadro deficitário de funcionários, contratasse profissionais capacitados para o cargo de jardineiro e mantenedor das praças públicas. Segundo moradores, havia mantenedores para as praças públicas, mas o número de funcionários foi diminuindo na medida em que alguns se aposentaram, não havendo a reposição desses profissionais.

Uma vez realizado o levantamento das praças públicas de Araçatuba, para conhecimento de sua situação atual e esclarecida a importância das mesmas para a qualidade de vida da população urbana, pôde-se propor algumas diretrizes para o seu planejamento ambiental urbano.

Com relação ao *uso das praças públicas* pela comunidade, a implantação de atividades terapêuticas, físicas e de lazer pode ser uma solução para atrair a população a essas áreas, a fim de desfrutar de uma relação mais próxima dos moradores com a natureza. Portanto, os equipamentos para lazer ativos, como playground e áreas para esportes, ou simplesmente passivos, como bancos, devem ser implantados nas praças, procurando-se suprir todas as faixas etárias da população.

Desse modo, as praças públicas devem ter uma funcionalidade ambiental, sem que isso interfira nas atividades de lazer e recreação, mas que determine o seu desenvolvimento e manutenção.

É de vital importância um programa municipal de revitalização das praças públicas que envolva a sociedade tanto na conscientização da importância das mesmas para a melhoria da qualidade social e ambiental, como na conservação e recuperação do mobiliário e da vegetação arbórea.

As ações de planejamento urbano e os instrumentos normativos que devem ser utilizados para a ordenação do desenvolvimento da cidade deverão incorporar as

presenças das pequenas áreas verdes e da arborização urbana e viária como elementos constitutivos e também estruturadores do solo urbanizado. Deveria ser criada uma sistemática de distribuição de praças pelo território da cidade, com o intuito de orientar a futura expansão da malha urbana, impedindo o surgimento de grandes zonas despojadas da presença de vegetação de maior porte. Poderia haver, ainda, orientação e incentivo da arborização em áreas residenciais, de forma a melhor compatibilizar as espécies a serem plantadas, em acordo com as dimensões do lote e com o porte das construções existentes.

Alguns aspectos devem ser considerados quando a Administração Pública de Araçatuba vier a estabelecer uma política de gestão das praças públicas:

- ▶ adequação da área à função exercida, com a implantação de mais equipamentos de infra-estrutura e mobiliário urbano;
- ▶ assegurar a gestão do patrimônio por um serviço municipal especializado;
- ▶ conhecer o patrimônio das praças públicas quantitativa e qualitativamente;
- ▶ desenvolver e/ou aplicar métodos e procedimentos que possibilitem a administração;
- ▶ desenvolver legislação específica sobre a arborização e meio ambiente;
- ▶ desenvolver uma Política de Recuperação, Integração e Socialização das Praças Públicas com a comunidade do bairro;
- ▶ desenvolver uma Política de Fiscalização e Manutenção das Praças Públicas;
- ▶ estabelecer a conscientização pública sobre a importância da vegetação como elemento indispensável à cidade (manutenção e qualidade de vida);
- ▶ execução de arborização e ajardinamento das praças públicas;
- ▶ implantação de equipamentos, infra-estrutura e mobiliário urbano de acordo com a necessidade da comunidade do bairro, principalmente aqueles ligados à recreação e ao lazer;
- ▶ incentivar a pesquisa científica aplicada;
- ▶ padronizar conceitos acerca de áreas verdes urbanas, dando ênfase às praças públicas e suas formas de uso;
- ▶ revitalizar os equipamentos de infra-estrutura e mobiliário urbano.

Espera-se, nesse sentido, que o estudo viabilize algumas medidas do Setor de Planejamento da cidade, para que essas áreas, denominadas “praças públicas”, tornem-se, de fato, efetivadas, e para que aquelas efetivadas passem a cumprir a função social a qual se destinam, com a implantação de equipamentos necessários.

Um problema observado em grande parte das cidades brasileiras, inclusive em Araçatuba, refere-se à reserva de espaços para áreas verdes, que se faz, principalmente, através do processo de parcelamento do solo, regulamentado pela legislação municipal. Esse processo é precário, pois a reserva é feita a partir do critério quantitativo (no caso específico, 10%), não se vinculando a área verde à densidade

populacional, à sua localização ou ao volume de edificações, fato que explica a presença de muitas praças com áreas reduzidas, restringindo o exercício de sua função e utilização.

Além disso, a carência de consistentes políticas públicas em relação às áreas verdes, em parte, resulta de uma visão que persiste nos meios políticos e técnico-administradores que entendem o lazer como algo supérfluo. Contribuindo para essa idéia, ainda esses meios políticos consideram que a simples existência de áreas de lazer é capaz de resolver as necessidades da população, independentemente das condições de uso que ofereçam. Ainda que se possam explicar esses processos pelo caráter excludente do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, a verdade é que, no momento, as políticas municipais se encontram desaparelhadas para planejar e otimizar os investimentos públicos, de modo a realizar uma distribuição mais eqüitativa de seus benefícios.

Para ser efetivo, o plano do sistema de áreas verdes, em especial, as praças públicas, deve ser orientado por um modelo orgânico que viabilize seu desenvolvimento coerentemente com o crescimento urbano.

Araçatuba, portanto, tem que ser vista como um grande organismo vivo, extremamente dinâmico, em processo de crescimento, devido à ação de forças sociais, econômicas e políticas. Reconhecendo a importância dessa ação, é primordial que se busquem formas legais e administrativas para coordenar esse processo, visto que o empirismo e o imediatismo não podem mais orientar uma cidade cuja complexidade dos fatores que nela agem obrigam maior intensidade e compromisso com o seu desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, A. M. D. de. Análise e diagnose da paisagem urbana de Machado, MG – uso do solo e sistema de áreas verdes. 1990. 48 f. Monografia (Bacharel em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

AMORIM, M. C. C. T. Análise ambiental e qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente/SP. 1993. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Caracterização das áreas verdes em Presidente Prudente. In: SPOSITO, M.E.B. Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. 18 ed. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – GAsPERR – FCT/UNESP, 2001. p. 37-52.

ANGELIS, B. L. A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá-PR. 2000. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANJOS, R. B. dos.; FERREIRA, M. C. Mapeamento do índice de área verde por habitante através do SIG. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 5., 1993, São Paulo. Anais... São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia, 1993. p. 381-385.

AQUINO, J. A. de. Levantamento das áreas verdes de Ribeirão Preto – SP. 1988. 61 f. Monografia (Bacharel em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

ARAÇATUBA. Decreto nº 2 913, de 04 de março de 1988. Dispõe sobre o parcelamento do solo, mediante loteamento ou desmembramento, 1988.

_____. Plano Diretor Participativo (2006-2015). Organização do texto por Fundação paulista de Tecnologia e Educação, 2006.

BARCELLOS, V. Q. Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília. 1999. 214 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BARROS, M. V. F.; VIRGILIO, H. Praças: espaços verdes na cidade de Londrina. In: GEOGRAFIA. 12., 2003, Londrina. Anais...Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2003. p. 533-544.

BARTALINI, V. Parques públicos municipais de São Paulo: A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. , 1999. 218 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal, coletânea de legislação de direito ambiental. Organização do texto por Odete Medauar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 766 p.

BRESSAN, D. Gestão Racional da Natureza. São Paulo: Hucitec, 1996. 111 p.

CARLOS, Ana Fani A. A (re) produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. A natureza do espaço fragmentado. In: Anais do V Encontro Nacional da Anpur. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belo Horizonte, 1995.

CARVALHO, L. M de. Áreas verdes da cidade de Lavras/MG: caracterização, usos e necessidades. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CASÉ, P. A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano: seus mistérios e fascínios. Ediouro, Rio de Janeiro, 2000.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Anais... Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, 4, I e II, Vitória, 1992.

CAVALHEIRO, F. Apostila do Curso de Teoria Geográfica da Paisagem. São Paulo, edição do autor, 2002.

_____. O planejamento de espaços livres: o caso de São Paulo. In: Anais... Congresso Nacional sobre Essências Nativas, 1, Anais do Instituto Florestal, Campos do Jordão, 1982. p. 1819-1830.

_____. Urbanização e alterações ambientais. In: TAUKE, S.M. Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 114-124.

CAVALHEIRO, F.; PRESOTTO, A.; ROCHA, Y. T. Planejamento e Projeto Paisagístico e a identificação de unidades de paisagem: o caso da Lagoa Seca do Bairro Jardim América, Rio Claro (SP). GEOUSP, número 13, São Paulo, 2003.

CENSO 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 04 jan. 2007.

CONSTANTINO, N. R. T. Sistema de áreas verdes para a cidade de Bauru. 1995. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Universidade Estadual Paulista, Bauru.

CORREA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Princípios, 1979. 85 p.

DADOS populacionais. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br> Acesso em: 04 jan. 2007.

DORST, J. Antes que a natureza morra. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. 394 p.

DOZENA, A. Qualidade de vida e desenvolvimento em São Carlos. In: GEOUSP ESPAÇO E TEMPO. 7., 2000, São Paulo. Anais...São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 39-49.

ENGE, O. T.; SCHRÖER, C. F. La architecture des jardins in Europe 1450-1800. Alemanha, Benedikt Taschen, 1990.

ESCADA, M. I. S. Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo. 1992. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos.

FERRER, H. J.; ZEN, S. E. Arborização urbana de Piracicaba: funções e estudo das condições limitantes de crescimento. 1984. 71 f. Monografia (Bacharel em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

FORESTI, C.; CECCATO, V. A. Aspectos da gestão urbana e qualidade de vida analisados com utilização de sensoriamento remoto. In: TAUK, S.M. Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

GOMES, M. A. S. As Praças de Ribeirão Preto-SP: Uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos. 2004. 196 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

_____. Dinâmica sócio-espacial e análise da vegetação das praças públicas de Presidente Prudente. 2002. 66 f. (Relatório final apresentado à FAPESP referente ao período de julho a dezembro de 2002) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GÜTLER, S. Mapeamento e distribuição de áreas verdes urbanas do município de Americana, SP. 2000. Monografia (Bacharel em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

JACOBS, J. Morte e vida nas grandes cidades. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. 510 p.

LARGO de São Francisco. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br>> Acesso em: 09 jan. 2007.

LARGO São Bento 1950-2005. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br>> Acesso em: 09 jan. 2007.

LIMA, A. M. L. P. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luís. Anais... São Luís: [s.n.]. p. 539-550.

LIMA, S. T. de. Verde urbano – uma questão de qualidade ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 3., 1991, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina - NEMA (Núcleo de Estudos do Meio Ambiente), 1991. p. 707-717.

LOMBARDO, M. A. Ilha de calor nas metrópoles. São Paulo: Hucitec, 1985. 224 p.

LOPES JUNIOR, W. M. Análise das áreas verdes da cidade de Bauru – SP. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LUCHIARI, A.; IRALINO, C. As áreas verdes como índice de qualidade de vida em áreas sujeitas à expansão urbana. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 7., 1999, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Geociência, Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia, 1999. p. 224-225.

MACEDO, R. K. A importância da avaliação ambiental. In: TAUKE, S.M. Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 13-31.

MACEDO, S. S. Espaços Livres. São Paulo: FAUUSP, 1995.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. Parques urbanos no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2003.

MACHADO, A. C. Z. Qualidade ambiental urbana: a arborização dos logradouros da cidade de Corumbataí – SP. 2003. Monografia (Bacharel em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MARX, M. Cidade brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MELO, N. A. de. Gestão urbana e qualidade de vida. In: TAUJK, S.M. Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 193-198.

MENDONÇA, F. Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: Contexto, 1993. 80 p.

MERCANTE, M. A. A vegetação urbana: diretrizes preliminares para uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE. 3., 1991, Londrina. Anais...Londrina: Núcleo de Estudos do Meio Ambiente – NEMA, 1991. p. 511-515.

MODNA, D. Influência das áreas verdes urbanas na temperatura e na umidade do ar em São Carlos - SP. 2004. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

MONTEIRO, CARLOS. A. F. O clima e a organização do espaço no estado de São Paulo: Problemas e Perspectivas. Série Teses e Monografias, 1976.

MONTEIRO, CARLOS. A. F. Teoria e clima urbano. Série Teses e Monografias nº 25, p. 01-181, 1976.

MORENO, M. F. N. Qualidade ambiental nos espaços livres em áreas verticalizadas da cidade de São Paulo. 2001. 162 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MOTA, S. Urbanização e meio ambiente. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 352 p.

NEVES, E. Praças de Belém. 1997. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

NUCCI, J. C. Qualidade Ambiental & Adensamento Urbano. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP, 2001. 235 p.

_____. Qualidade Ambiental e Adensamento: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP). 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NUCCI, J. C.; CAVALHEIRO, F. Cobertura vegetal em áreas urbanas – conceito e método. In: GEOUSP ESPAÇO E TEMPO. 6., 1999, São Paulo. Anais...São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999. p. 29-36.

NUCCI, J. C.; LOPES, M. P.; CAMPOS, F. P. de; ALVES, U. M.; MANTOVANI, M. Áreas verdes de Guarulhos/SP – Classificação e Quantificação. In: GEOUSP ESPAÇO E TEMPO.

8., 2000, São Paulo. Anais...São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 10-15.

OLIVEIRA, S. A. B. de. Os espaços livres nos bairros periféricos da cidade de São Paulo: O caso da Zona Leste. 2003. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, W. R. de. Áreas verdes e áreas de lazer em loteamentos e conjuntos habitacionais em Presidente Prudente – 1991/2001. 2002. 90 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PASSEIO público de Belém. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>> Acesso em: 08 jan. 2007.

PASSEIO público do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.riototal.com.br>>. Acesso em: 08 jan. 2007.

PIATO, A. P.; SANDÃO, P. S. de S. Análise de áreas verdes e conforto térmico na cidade de Santo Anastácio/SP. 2002. 71 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PRAÇA da República de Recife. Disponível em: <<http://www.brasilviagem.com>> Acesso em: 09 jan. 2007.

PRAÇA Municipal de Salvador. Disponível em: <<http://www.arquitextus.com.br>> Acesso em: 10 jan. 2007.

PRESOTTO, A. Espaços livres públicos: um estudo no município de Ilhabela (SP). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, 2004.

QUAIATO, E.; NUCCI, J. C. O sistema de classificação das áreas verdes da Prefeitura do Município de Guarulhos/SP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 8., 1999, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. p. 535-536.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2002. 311 p.

RODRIGUES, S. C. Contribuição da Geografia Física para o Plano Diretor do município de Santo André. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 4., 1991, Porto Alegre. Anais...Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991. p. 365-371.

SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 384 p.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Huditec, 1993. 155 p.

_____. Manual de geografia urbana. São Paulo: Huditec. 1981.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Huditec, 1996. 124 p.

_____. Por uma nova geografia. São Paulo: Huditec, 1978. 236 p.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: Geografia do Brasil. ROSS, J. L. S. (org.). 4 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

SCIFONI, S. O verde do ABC: reflexões sobre a questão ambiental urbana. 1994. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SEGAWA, H. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1996.

SILLMAN, V. H.; VILLELA, Y. S. B. S. V. Estudo das áreas verdes de Limeira (SP). 1979. 50 f. Monografia (Bacharel em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SOARES, P. M. Verdes urbanos e rurais: orientação para arborização de cidades e sítios campestres. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1998. 242 p.

SOUZA, C. J. de O.; SAADI, A. A qualidade de vida no município de Belo Horizonte – MG – Um ensaio metodológico sobre o quadrante noroeste. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 3., 1989, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989. p. 255-278.

SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560 p.

TARNOWSKI, L. C.; MOURA, R. Preservação do meio ambiente e a arborização urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE. 3., 1991, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina - NEMA (Núcleo de Estudos sobre o Meio Ambiente), 1991. p. 530-541.

TEIXEIRA, Í. F.; SANTOS, N. R. Z. dos. Caracterização das áreas verdes do perímetro urbano de Santa Maria – RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO

AMBIENTE. 3., 1991, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina - NEMA (Núcleo de Estudos sobre o Meio Ambiente), 1991. p. 517-529.

VERONA, J. A.; TROPPIAIR, H. Evolução das questões ambientais, qualidade ambiental e de vida e a cidade de Várzea Paulista – SP: breve comparação de conceitos. In: GEOGRAFIA. 1., 2004, Rio Claro. Anais...Rio Claro: Associação de Geografia teórica, 2004. p. 111-126.

ANEXO

FICHA PARA CARACTERIZAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS DE ARAÇATUBA/SP.

Pesquisadora: Mônica Minaki.

1. Nome da Praça Pública: _____

2. Localização: _____

3. Altitude: _____ 4. Número de identificação: _____

5. Vegetação existente:

nativa exótica espontânea sem vegetação

6. Porte e densidade da vegetação (%⁶):

arbóreo _____% arbustivo _____% rasteiro _____%

7. Cobertura do solo:

calçado _____% solo nu _____% gramado _____% outros _____%

8. Condições de relevo:

fundo de vale vertente superfície horizontal

9. Tipo de construções nas proximidades:

comercial residencial sem ocupação

10. Aspectos físicos e sanitários da vegetação:

bom satisfatório ruim morta inexistente

11. Mobiliário urbano e equipamentos existentes:

Banca de Revista Bancos Bebedouro Brinquedos
 Chafariz ou Fonte Coreto Edificação Institucional Estacionamento
 Equipamentos Esportivos Lixeiras Luminárias Mesa de jogos
 Obras de arte - como estátuas Pista de caminhada Placa de identificação
 Ponto de Ônibus Ponto de Táxi Quadras Poliesportivas
 Quiosque Fixo de Alimentação Sanitários Telefone Público

12. Qualidade paisagística:

boa satisfatória ruim inexistente

13 – Aspecto Geral da Praça, no que se refere à limpeza e conservação:

boa satisfatória ruim inexistente

14. Aspectos urbanísticos e de infra-estrutura:

Pavimentação: impermeabilizada não impermeabilizada

⁶ As porcentagens referentes, ao porte e densidade da vegetação e cobertura do solo, foram estimadas pela pesquisadora, com o auxílio de um técnico da SOSPA.

Se impermeabilizada - tipo do material de construção:

() concreto () bloquetes () paralelepípedo () pedra portuguesa () outros

Canteiros: () existente () não existente

Se existente: () com meio fio () cerca viva () grades () outros

Pontos d'água: () existente () não existente Total _____

Se existente: () suficiente () não suficiente

Iluminação: () bom () regular () ruim () sem iluminação

Mobiliário e equipamento existente	Total existente	Total quebrado
Bancos		
Bebedouro		
Brinquedos		
Chafariz ou Fonte		
Equipamentos Esportivos		
Lixeiras		
Luminárias		
Mesa de jogos		
Obras de arte - como estátuas		
Placa de identificação		
Sanitários		
Telefone Público		

Banca de Revista	Ocupada ()	Não ocupada ()
Coreto	Utilizado ()	Não utilizado ()
Quadras Poliesportivas	Adequado ao uso ()	Não adequado ao uso ()
Quiosque Fixo de Alimentação	Conservado () Utilizado ()	Não conservado () Não utilizado ()

15. Forma geométrica da Praça Pública:

() Circular () Retangular () Triangular () Quadrangular
() Outros _____

**FICHA DESCRITIVA DAS OCORRÊNCIAS CADASTRADAS E NÃO CONTEMPLADAS NO
FORMULÁRIO:**
